

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ROBERTO CARLOS KLAUCK

**A LUTA DOS “BRASIGUAIOS”
PELO ACESSO À TERRA (1971 - 2006)**

**MARINGÁ
2012**

ROBERTO CARLOS KLAUCK

A LUTA DOS “BRASIGUAIOS”
PELO ACESSO À TERRA (1971 - 2006)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História (Área de Concentração: Política, Movimentos Populacionais e Sociais).

Orientador: Prof. Dr. Angelo Priori

Maringá
2012

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

K63L Klauck, Roberto Carlos
A luta dos "brasiguaios" pelo acesso à terra (1971
- 2006) / Roberto Carlos Kauck. -- Maringá, 2012.
142 f. : il. col., figs., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Angelo Aparecido Priori.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Departamento de História, Programa de Pós-Graduação
em História, 2012.

1. Imigração. 2. Brasiguaios. 3. Luta - Posse de
terra. I. Priori, Angelo Aparecido, orient. II.
Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências
Humanas, Letras e Artes. Departamento de História.
Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDD 21.ed.304.8

981

ECSL-00085

ROBERTO CARLOS KLAUCK

A LUTA DOS “BRASIGUAIOS”
PELO ACESSO À TERRA (1971 - 2006)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História (Área de Concentração: Política, Movimentos Populacionais e Sociais).

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Angelo Aparecido Priori (Orientador)
Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. João Fábio Bertonha
Universidade Estadual de Maringá

Odair da Cruz Paiva
Universidade Federal de São Paulo

*Dedico este trabalho
Aos meus pais, José Inácio e Lenir*

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Angelo Priori, meus sinceros agradecimentos, pela orientação deste trabalho, confiança e amizade nesses anos de convivência.

Ao Prof. Dr. Peter Mainka pelas correções e valiosas sugestões durante a qualificação.

Ao Prof. Dr. João Fábio Bertanha, pelas correções e importantes sugestões dadas na qualificação e na Banca de Defesa.

Ao Prof. Dr. Odair da Cruz Paiva, pela contribuição que dera na Banca de Defesa.

À equipe do Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (CSEM/Brasília), especialmente à Tuíla Botega Cruz, Amanda Fonseca e à Ir. Terezinha Lúcia Santin, pelo auxílio e presteza.

À CAPES, pelo auxílio financeiro.

E aos meus pais, irmãs, esposa e amigos.

Quando eu vim da minha terra,
Despedi da parentaia.
Eu entrei em Mato Grosso,
Dei em terras paraguaia.
Lá tinha revolução,
Enfrentei fortes bataia,ai,ai,ai

(Trecho da música *Cuitelinho*,
colhido popular / Adaptação: Paulo Vanzolini e Antônio Carlos Xandó)

RESUMO

O objetivo desta dissertação é investigar a luta dos brasiguaios pelo acesso à terra entre os anos de 1971 e 2006. Os sujeitos de nossa pesquisa possuem um longo itinerário de busca pelo acesso à terra. Naturais de diversos estados do Brasil, grande parte deles, antes de ingressar no Paraguai, tinham em comum uma passagem anterior pelo estado do Paraná, onde, durante os anos de 1950 e 1960, trabalhando como parceiros, empreiteiros, peões, etc., muitos conseguiram adquirir das companhias colonizadoras alguns hectares de terra. Entretanto, a partir do final da década de 1960, começou um processo de transformação do setor agrário do país, no qual os pequenos agricultores não foram beneficiados. Pelo contrário, foram excluídos. Assim, a partir da década de 1970, muitos dos antigos empreiteiros, parceiros e mesmo pequenos proprietários, “atraídos” pelos emissários de fazendeiros e de companhias colonizadoras, foram para o Paraguai na esperança de conseguir o acesso à terra. Os camponeses que tinham conseguido adquirir um pequeno pedaço de terra durante os anos de colonização no Paraná (no final insuficiente para a sobrevivência da família) tiveram a chance de vendê-la e chegar no Paraguai podendo iniciar a luta naquele país já como proprietários. Os demais tinham de começar do nada. Para estes, o início da luta se dava como arrendatários ou trabalhadores de “empreitadas”. Os mais otimistas esperavam ficar ricos na nova terra, outros simplesmente melhorar de vida.

Palavras-chave: Imigração. brasiguaios. luta pelo acesso à terra.

RESUMEN

El objetivo de esta disertación es investigar la lucha de los brasiguayos para el acceso a la tierra entre los años de 1971 y 2006. El tema de nuestra investigación tienen un largo camino de búsqueda de acceso a la tierra. Nativos de los diferentes estados de Brasil, la mayoría de ellos, antes de unirse en Paraguay, tenían en común un pasaje anterior por el estado de Paraná, donde, durante los años 1950 y 1960, trabajando como socios, contratistas, trabajadores, etc. muchos conseguirán adquirir de las compañías colonizadoras unas cuantas hectáreas de tierra. Sin embargo, desde finales de la década de 1960, se inició un proceso de transformación del sector agrícola del país, donde los pequeños productores no se beneficiaron. Por el contrario, fueron excluidos. Así, desde la década de 1970, muchos de los antiguos contratistas, socios e incluso los pequeños propietarios, "atraídos" por los emisarios de los hacendados y empresas colonizadoras, se fueron al Paraguay con la esperanza de conseguir acceso a la tierra. Los campesinos que habían logrado adquirir un pequeño pedazo de tierra durante los años de la colonización en Paraná (al final insuficiente para la supervivencia de la familia) tuvo la oportunidad de vender y llegar en Paraguay y comenzar la lucha en ese país ya como propietarios. Otros tuvieron que empezar de cero. Para ellos, el principio de la lucha fue dada como arrendatarios o como trabajadores contratos. Los optimistas esperaban hacerse ricos en la nueva tierra, otros simplemente a mejorar sus vidas.

Palabras Clave: Inmigración. brasiguayos. lucha por el acceso a la tierra.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|-----------|--|-----|
| FIGURA 1 | Concessões e propriedades para colonização no Paraná – 1930 | 21 |
| FIGURA 2 | Anúncio da CTNP publicado em jornal em 1950 | 26 |
| FIGURA 3 | Anúncio da CTNP publicado em jornal em 1949 | 29 |
| FIGURA 4 | Serraria de João Goulart sendo construída em Puerto Stroessner | 89 |
| FIGURA 5 | Famílias recém chegadas ao Paraguai descarregando suas mudanças | 91 |
| FIGURA 6 | Anúncio de venda de terras no Paraguai | 91 |
| FIGURA 7 | Território paraguaio majoritariamente sob domínio de brasileiros em 1971 | 96 |
| FIGURA 8 | Território paraguaio majoritariamente sob domínio de brasileiros em 1979 | 97 |
| FIGURA 9 | Estradas secundárias que davam acesso às colônias abertas em meio à mata no Paraguai | 98 |
| FIGURA 10 | “Uma grande faixa de terra roxa: boa para cultivar a esperança” | 100 |
| FIGURA 11 | “Vilas pobres em terras férteis, o resultado da ‘invasão brasileira’” | 101 |
| FIGURA 12 | Produção manual dos primeiros anos | 102 |
| FIGURA 13 | Trilhadeira utilizada pelos pequenos agricultores | 103 |
| FIGURA 14 | Produção semi-mecanizada da soja | 104 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | | |
|-----------|--|----|
| GRÁFICO 1 | Destino da população que saiu do Paraná: 1980 | 82 |
| GRÁFICO 2 | Período de chegada dos brasileiros ao Paraguai | 82 |
| GRÁFICO 3 | Pessoas residentes no Paraguai nascidas no Brasil, segundo o período de chega | 83 |
| GRÁFICO 4 | Produção da soja no Brasil – evolução por estado..... | 94 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|-----------|--|-----|
| TABELA 1 | Confronto de Censos Demográficos de 1970 e 1980, segundo as regiões “norte” e sudoeste/extremo oeste paranaense | 40 |
| TABELA 2 | Confronto de Censos Agropecuários de 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/1996, segundo a condição do produtor. Norte Paranaense | 41 |
| TABELA 3 | Confronto de Censos Agropecuários de 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/1996, segundo a condição do produtor. Oeste Paranaense | 41 |
| TABELA 4 | Confronto dos resultados dos censos agropecuários de 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1995-1996, segundo condição do responsável e grupos de áreas | 44 |
| TABELA 5 | Confronto de Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985, segundo grupos de área. Norte Paranaense | 45 |
| TABELA 6 | Confronto de Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985, segundo grupos de área. Sudoeste/Extremo Oeste Paranaense | 46 |
| TABELA 7 | Proporção de proprietários e ocupantes nas três maiores colônias do IBR, no eixo de colonização leste | 69 |
| TABELA 8 | Disponibilidade de terra no Brasil e depois no Paraguai | 113 |
| TABELA 9 | Tipos de residência e categorias de ocupação, com idades entre 30 e 49 anos e residência rural. Departamento de Alto Paraná | 114 |
| TABELA 10 | Pesquisa Diocese de Encarnación. Dados sobre a ocupação familiar | 115 |
| TABELA 11 | Formas de acesso à terra dos brasileiros no Paraguai | 115 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------|---|
| BID | Banco Interamericano de Desenvolvimento |
| BNF | Banco Nacional do Fomento |
| BRAVIACO | Companhia Brasileira de Viação e Comércio |
| CAND | Colônia Agrícola Nacional de Dourados |
| CANGO | Colônia Agrícola Nacional General Osório |
| CEFSPRS | Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande |
| CEM | Centro de Estudos Migratórios |
| CEREP | Centro de Estudos Rurais e Avaliação de Projetos |
| CEPAL | Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe |
| CIAP | Comitê Interamericano de Aliança para o Progresso |
| CIPAE | Comitê de Igrejas para Ajudas de Emergência |
| CITLA | Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. |
| CPES | Centro Paraguaio de Estudos Sociológicos |
| CPJP | Comissão Pontifícia de Justiça e Paz do Paraná |
| CTNP | Companhia de Terras Norte do Paraná |
| GERCA | Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura |
| IAF | Fundação Interamericana |
| IBC | Instituto Brasileiro do Café |
| IBR | Instituto de Bem-Estar Rural |
| IICA | Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas |
| IRA | Instituto de Reforma Agrária |
| MAG | Ministério da Agricultura e Pecuária |
| MERCOSUL | Mercado Comum do Sul |
| MIRAD | Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário |
| MST | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra |
| OEA | Organização dos Estados Americanos |
| STICA | Serviço Técnico Interamericano de Cooperação Agrícola |
| USAID | Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional |

SUMÁRIO

| | | |
|-------|--|-----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 15 |
| 2 | CAPÍTULO 1: O PROCESSO DE (RE)OCUPAÇÃO NO PARANÁ NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960 | 20 |
| 2.1 | A “colonização moderna” no Paraná | 20 |
| 2.1.1 | A frente de (re)ocupação no Norte do Paraná | 22 |
| 2.1.2 | O Eldorado no Norte do Paraná | 25 |
| 2.1.3 | A frente de (re)ocupação no Sudoeste / Extremo Oeste do Paraná | 31 |
| 2.2 | O fim do Eldorado paranaense | 36 |
| 2.2.1 | A crise de superprodução do café no final da década de 1950..... | 37 |
| 2.2.2 | Os efeitos para os lavradores | 39 |
| 2.3 | As condições de acesso à terra no Paraná | 47 |
| 3 | CAPÍTULO 2: A MARCHA PARA O LESTE NO PARAGUAI E O INCENTIVO A IMIGRAÇÃO DE CAMPONESES BRASILEIROS | 54 |
| 3.1 | A marcha <i>hacia el este</i> no Paraguai | 54 |
| 3.1.1 | Os preparativos para a marcha <i>hacia el este</i> | 57 |
| 3.1.2 | As colônias do Instituto de Bem-Estar Rural | 64 |
| 3.2 | O discurso da reforma agrária na Era Stroessner | 71 |
| 3.3 | A política de incentivo à entrada de capital e de mão de obra brasileira no Paraguai | 75 |
| 3.4 | A dinâmica das duas frentes de colonização | 77 |
| 4 | CAPÍTULO 3: A LUTA DOS “BRASIGUAIOS” PELO ACESSO À TERRA | 80 |
| 4.1 | A emigração de agricultores brasileiros para o Paraguai | 80 |
| 4.2 | As motivações da “escolha” do Paraguai | 84 |
| 4.2.1 | Por ação das companhias colonizadoras e de grandes proprietários | 85 |
| 4.2.2 | “Norte” do Brasil visto com desconfiança | 93 |
| 4.2.3 | Importância das redes de solidariedade | 94 |
| 4.3 | Tempos de esperança: os primeiros anos dos camponeses brasileiros na luta pelo acesso à terra no Paraguai | 95 |
| 4.3.1 | Abertura das “roças” | 102 |
| 4.4 | O acesso à terra dos brasileiros no Paraguai | 107 |

| | | |
|-------|--|-----|
| 4.5 | Problemas com as escrituras da terra | 118 |
| 4.5.1 | Núcleo colonial de Santa Teresa | 121 |
| 4.5.2 | Problemas com escrituras registrados em outras colônias | 124 |
| 4.6 | Extorsões na comercialização da produção agrícola e na exigência de documentos pessoais | 126 |
| 5 | CONCLUSÃO | 132 |
| 6 | REFERÊNCIAS | 137 |

INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação é analisar a luta¹ dos brasiguaios pelo acesso à terra no Paraguai no período de 1971 a 2006. Entretanto, ao investigar isso, não poderíamos ignorar outros fatores diretamente relacionados ao tema, como as motivações da escolha do Paraguai, a questão da documentação pessoal, as condições de produção e comercialização, as dificuldades de receber as escrituras da sonhada terra, etc.

Essa delimitação foi determinada precisamente em função da disponibilidade de fontes. Em 1971, religiosos do Centro de Estudos Migratórios realizaram a primeira pesquisa entre imigrantes brasileiros residentes no Paraguai. No mesmo ano, o sonho dos camponeses brasileiros pelo acesso à terra no Paraguai já aparecia nas páginas da Revista Veja (3 mar. 1971). Em 2006, a pesquisa realizada pelos Missionários Scalabrinianos na Diocese de Encarnación é o último informe que temos disponível sobre a situação dos imigrantes brasileiros residentes no Paraguai.

Apesar do foco da pesquisa ser a partir do ano de 1971, foi na década de 1960 que os primeiros camponeses brasileiros ingressaram no Paraguai em busca do acesso à terra. Esse movimento migratório coincide com uma época de mudança social que, segundo o historiador inglês Eric Hobsbawm (1995), nos separou para sempre do mundo do passado, tratava-se da “morte do camponês”, onde somente “três regiões do globo permaneceram essencialmente dominadas por aldeias e campos: a África subsaariana, o sul e o sudeste da Ásia continental e a China” (p. 286).

É claro que o prognóstico de desaparecimento do campesinato não se cumpriu. Mas, durante o decênio de 1960, assim como em diversas outras partes do mundo, o Brasil passou a ter uma população predominantemente urbana. Nessa década, 13 milhões de brasileiros saíram do campo e, no decênio seguinte, foram mais de 15 milhões (VALIM, 1996). Se no transcurso da década de 1960 a população citadina ultrapassou o número da população rural, cabe-nos pensar no que aconteceu para que isso viesse a ocorrer.

Conforme já explicara France Luz (1988), o trabalhador rural resiste tanto quanto possível a ideia de migrar para a cidade. Mas, à medida que ele se tornava um simples proletário no campo, essa resistência perdia força. Entretanto, no caso dos camponeses que viviam no Paraná, na década de 1970 ainda havia a possibilidade de continuar a viver no

¹ No caso dos brasiguaios não temos um movimento organizado de luta pela terra, no mais das vezes armado, como fora os casos das revoltas dos Possesiros no Sudoeste e em Porecatu, no Paraná mesmo. Entretanto, entendemos que, ao emigrar para uma nova frente agrícola, como no caso do Paraguai, em busca de um pedaço de terra para arrendar ou para financiar, esses migrantes também estavam **lutando pelo seu quinhão de terra**.

campo, se migrassem em direção não só às frentes agrícolas no Centro-Oeste e na Região Amazônica, mas até mesmo ao Paraguai, conforme veremos nessa dissertação.

Destarte, só poderemos entender a questão da imigração brasileira no país vizinho se compreendermos o significado que a posse da terra tem para o campesinato. E esse entendimento está na definição do conceito de camponês.

Para Angelo Priori, a literatura, sobretudo aquela de origem sociológica, classifica o termo camponês basicamente em três características: subordinação, diferenciação sociocultural e posse efetiva da terra. “Subordinação aos fazendeiros, com fortes reflexos na lei; nítidas distinções culturais em relação às outras classes, sobretudo pela quase ausência de instrução escolar; e necessidade da terra – não necessariamente precisa ser a propriedade – para poder trabalhar e produzir” (2005, p. 158).

Embora essas sejam definições fundamentais, segundo Priori, para melhor se definir o termo “camponês”, a condição de “posse efetiva da terra” deve ser substituída pelo seu contraponto, ou seja, a ausência da posse. “Não é a posse, mas sim a perda da posse, ou do controle sobre a posse e ainda, do controle sobre o próprio processo de trabalho que caracteriza o camponês” (2005, p. 159).

Ao perder o acesso à terra, os camponeses tendem a se deslocar onde ela ainda é oferecida, isso porque, para essa população, a posse da terra representa a “possibilidade de trabalho, quesitos fundamentais para a reprodução de suas condições sociais de camponeses” (PRIORI, 2005, p. 159).

Portanto, os chamados “brasiguaios”, sujeitos do nosso trabalho, enquadram-se no conceito de camponês descrito acima, pois foram uma população que se viram “obrigadas” a deixar sua região e seu país e ir para o Paraguai onde novas oportunidades de acesso à terra eram anunciadas principalmente pelos emissários das companhias colonizadoras e dos grandes proprietários de terras.

Nesse sentido, estes movimentos migratório, primeiramente de chegada ao Paraná e, posteriormente, de ida ao Paraguai, serão analisados levando-se em conta a questão do acesso à terra. Nossa hipótese é a de que a trajetória dos chamados brasiguaios pode ser explicada a partir da luta pela terra. Inicialmente, de diversos estados do Brasil – em grande parte da região Nordeste, dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e de Santa Catarina – partiram para a conquista da terra no Paraná. Depois, quando a fronteira agrícola no estado se fechou para o pequeno lavrador, parte dessa população (ou seus filhos) seguiu rumo à região extremo oriental do Paraguai, onde esperavam adquirir a sonhada terra.

Salientamos que existem diferenças notáveis entre a população brasileira que reside no Paraguai. A bibliografia mais recente costuma dividi-los em dois grandes grupos: os “brasiguaios” e aqueles que são chamados de “brasileiros no Paraguai”. Os primeiros “são os pobres, os oprimidos, os sem direitos trabalhistas e sociais, enfim, aqueles sem pátria e sem esperança”; os segundos, pelo contrário, “tem pátria, porque tem poder econômico, político e simbólico para escolher a pátria que melhor lhes convier” (FERRARI, 2009, p. 113).

Elaborada essas considerações, no primeiro capítulo analisamos os principais motivos que pressionaram à saída dos chamados brasiguaios do estado do Paraná, a partir do final da década de 1960, para adentrar em território paraguaio, principalmente no decorrer das décadas de 1970 e 1980. Para compreender esse fenômeno migratório, primeiramente analisamos, com base na bibliografia pertinente, o processo de (re)ocupação² das regiões conhecidas com as denominações de “Norte do Paraná” e “Sudoeste/extremo oeste do Paraná”.

Os primeiros projetos ou ideias de (re)ocupação das terras paranaenses, tidas como “demograficamente vazias”, começaram a existir desde meados do século XIX. Entretanto, fluxos migratórios maiores e mais dinâmicos só começaram a chegar às terras novas do Paraná nos anos de 1950. Posteriormente, nas décadas de 1970 e 1980, uma parte expressiva dessa população deixou o estado em busca de oportunidades em novas fronteiras agrícolas, tais como, por exemplo, o centro-oeste e a região amazônica (ou simplesmente “norte”) e uma parte expressiva foi para o Paraguai.

Em seguida, analisamos a transformação do padrão fundiário brasileiro que se processou, notavelmente, entre 1968 a 1979, com a implantação do projeto agrário militar³, bem como o impacto desse processo sobre aquela população que havia empreendido a denominada “colonização moderna” em território paranaense.

Consideramos importante a análise sobre as condições em que os lavradores conseguiram o acesso a terra no Paraná. O resultado, em primeiro lugar, nos auxiliará a explicar por que uma parte significativa dessa população de trabalhadores seguiu rumo ao território paraguaio a partir da década de 1960. Dar-nos-á também alguns elementos para compreender as condições de acesso a terra no Paraguai. Por um lado, se seriam pequenos proprietários no Brasil, possivelmente teriam conseguido comprar uma área bem maior no

² Segundo a distinção elaborada por Nelson Tomazi, em sua análise sobre o norte do Paraná, **ocupação** é “o longo caminho percorrido por povos que ocuparam a região, hoje situação ao norte do estado do Paraná, desde há milhares de anos e que utilizavam todo este território como espaço para o desenvolvimento de suas sociedades”, ao passo que, a **(re)ocupação** é “o processo que se desenvolveu a partir de meados do século XIX, com a preocupação de integrar estas terras, consideradas ‘vazias’, ao processo de valorização do capital ou ao processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil” (1997, p. 10).

³ Sobre o projeto agrário militar, ver Peter P. Houtzager (2004). Especialmente os subtítulos *O projeto agrário militar, 1968-1979* e *Política agrícola*.

Paraguai, por outro lado, se não tinham nada no Brasil, no outro lado da fronteira, o acesso à terra certamente deve ter sido majoritariamente na condição de arrendatário, empreiteiro, etc.

No segundo capítulo, utilizamos bibliografia das décadas de 1960, 1970 e 1980 produzidas por diversas entidades, tais como o Instituto de Bem-Estar Rural (IBR) e o Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA) da Organização dos Estados Americanos (OEA). Também estudamos alguns discursos do Presidente do IBR, Juan Manuel Frutos, e algumas leis do governo paraguaio dos anos de 1960.

Nesse capítulo, o objetivo fundamental foi estudar como se construiu, no Paraguai, uma política de incentivo à imigração de camponeses estrangeiros, brasileiros, considerados, pelos grupos hegemônicos daquele país, como mais aptos do que os camponeses nacionais para levar adiante os planos de expansão da fronteira agrícola almejados pelo governo do General Alfredo Stroessner Matiauda.

Veremos no decorrer do capítulo que essa ideia, de atrair mão de obra imigrante, não foi propriamente do ditador paraguaio Alfredo Stroessner, mas dos proprietários que possuíam grandes extensões de terras na região extremo oriental do país.

Após a leitura do capítulo, o leitor poderá perceber que essa ideia servia aos interesses tanto de Stroessner como do Brasil que estava interessado em se aproximar do Paraguai. Para alguns autores, a partir dos anos 1970, também interessava à ditadura militar brasileira exportar o excesso de mão de obra nos estados do Sul do Brasil, provocada pela modernização da agricultura.

Do lado do Paraguai, a imigração dessa mão de obra ao país, conforme almejavam os “donos” das terras, possibilitaria a expansão da fronteira agrícola em poucos anos. Essa expansão seria fundamental à própria sustentação do stonato enquanto regime, pois o poder do ditador era sustentado fundamentalmente com base na distribuição de vantagens de toda ordem, principalmente em cargos públicos e em terras.

Além disso, devido, de um lado, às reivindicações dos latifundiários da Região Central (a região compreende os departamentos próximos de Assunção, principalmente Cordellera, Central, Paraguari e Caaguazú), e, por outro, à preocupação dos Estados Unidos com a “ameaça comunista”, o stonato também adotou uma política de transferência dos camponeses dessa zona para instalá-los na região leste do país. Era, conforme discurso do stonato, a realização da chamada “reforma agrária integral e pacífica”.

Entretanto, veremos que, para os opositores do regime, a chamada promoção do “bem-estar rural” dos camponeses paraguaios era apenas discurso que tinha o objetivo de camuflar a “invasão brasileira” no Paraguai.

No terceiro capítulo, utilizamos pesquisas sobre os imigrantes realizadas por entidades confessionais do Brasil e do Paraguai. Também nos valemos de reportagens de época do Jornal Folha de São Paulo, do Jornal do Brasil e da Revista Veja.

Com isso, tivemos o objetivo de analisar a busca dos brasiguaios por um pedaço de terra na frente de colonização na região leste do Paraguai. Com as análises feitas no primeiro capítulo, sabemos que a saída dos agricultores, sobretudo do estado do Paraná, foi motivada pela falta de terra e de trabalho no Brasil. Com o segundo capítulo, veremos que essa migração era desejada pela ditadura paraguaia e pelos latifundiários.

Foi assim que, junto com a necessidade de migrar em busca da sobrevivência, no caso dos chamados brasiguaios, a migração era acompanhada pela esperança de dias melhores na nova terra. Isso porque o destino era apresentado como Eldorado, onde os colonos poderiam desbravar as terras de excelente fertilidade que eram vendidas por baixos preços.

A constituição do imaginário do Eldorado era feita pela propaganda das companhias colonizadoras e de grandes proprietários, que enviavam corretores nos estados do sul do Brasil, para oferecer aos camponeses o que seria uma nova oportunidade para melhorar de vida. Para uma importante parte dessa população, a esperança não passaria de uma ilusão. Também pelos próprios lavradores, que voltavam ao Brasil e comentavam com vizinhos e parentes as possibilidades “de ficar rico” no Paraguai.

Na década de 1970, a posse de um pequeno pedaço de terra no Paraná não garantia mais a reprodução da família. Estes tiveram a chance de vendê-la, podendo com o dinheiro da venda chegar ao Paraguai e iniciar a luta naquele país já como proprietários. Outros tinham de começar do nada. Para estes, o início da luta se dava como arrendatários ou trabalhadores de “empreitadas”. Mas, a ambos, esperanças não faltaram. Os mais otimistas esperavam ficar ricos na nova terra, outros simplesmente melhorar de vida.

Diante dessas “promessas” e das expectativas dos agricultores, analisamos como foi a luta cotidiana dos pequenos agricultores brasileiros no Paraguai na abertura das colônias e na plantação das primeiras lavouras, seja na condição de proprietários de uma pequena parcela de terra ou como arrendatários.

Também apresentamos alguns poucos dados sobre as condições em que se deu o acesso à terra. Dentre aqueles que conseguiram financiar um lote de alguma companhia imobiliária, verificamos que, ao terminarem de pagar a última parcela, muitos tiveram dificuldades de receber as escrituras, conforme prometido pelos corretores das companhias. Além disso, quando o agricultor comercializava a produção e na exigência de documentos de imigrantes, se verificou a ocorrência de diversos casos de extorsão.

CAPITULO 1

O PROCESSO DE (RE)OCUPAÇÃO NO PARANÁ NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960

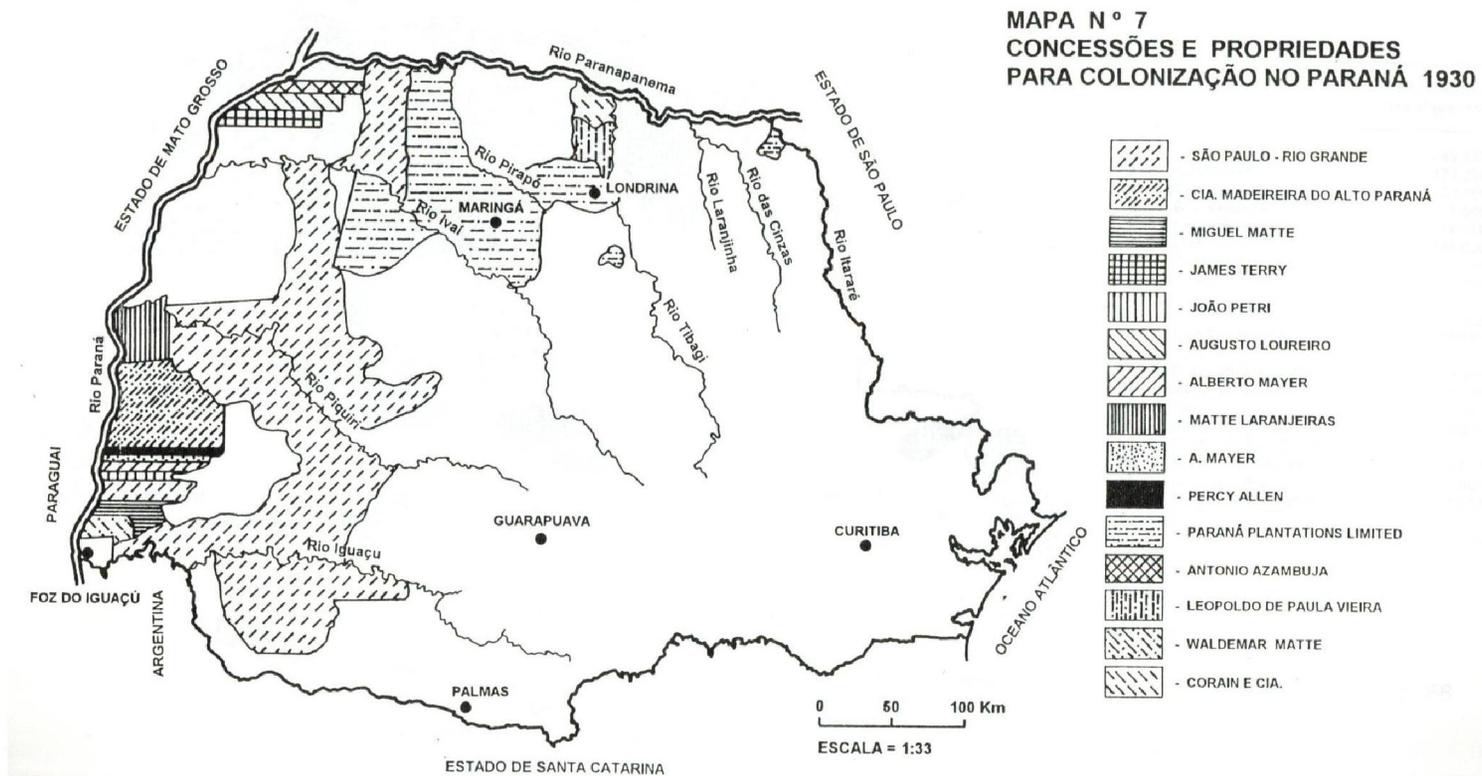
2.1 A “colonização moderna” no Paraná

A chamada “colonização moderna” se processou em duas extensas regiões paranaenses historicamente denominadas de “Norte do Paraná” e “Sudoeste/Extremo Oeste do Paraná”. As terras dessas regiões eram, desde tempos imemoriais, habitadas por indígenas e, por um tempo não tão distante, também por populações de camponeses denominados de *caboclos*.

No entanto, a partir de meados do século XIX, no interior das elites políticas e econômicas do país, começaram a surgir preocupações no sentido de integrar as terras consideradas demograficamente “vazias”. Sob o ideário republicano de “progresso, modernidade e igualdade de oportunidades, etc.” (TOMAZI, 1997, p. 15), aos poucos os projetos de (re)ocupação das terras novas paranaenses foram pensados, sendo a violência e a exclusão, à começar pela população indígena e cabocla, elementos constitutivos desse processo (TOMAZI, 1997).

O principal instrumento empregado para fomentar a colonização era a concessão de terras devolutas às companhias colonizadoras. Em 1930, conforme podemos ver na figura 1, quase todas as terras das regiões norte e sudoeste/extremo oeste do Paraná estavam nas mãos de empresas, muitas delas de capital externo.

Embora essas duas regiões fizessem parte de um mesmo processo de ocupação de terras consideradas “virgens”, a colonização nesses territórios teve algumas características distintas entre si. De um lado, o “Norte do Paraná”, situando-se na fronteira com o estado de São Paulo, sobretudo a partir da década de 1930, representou certa continuidade do processo de expansão das lavouras de café. Por outro lado, o “Sudoeste/Extremo Oeste do Paraná” encontrava-se na rota de dispersão da população das antigas colônias dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.



Fonte: SERRA, E. 1991, p. 66

Figura 1: Concessões e propriedades para colonização no Paraná – 1930
Fonte: TOMAZI (1997, p. 196).

Nos anos posteriores a 1930, esses movimentos migratórios em direção às terras consideradas “demograficamente vazias”, como no caso do Paraná, foram incentivados pelas elites que tinham o objetivo de levar o excesso de mão de obra para longe da estrutura agrária estabelecida (ARIAS NETO, 1998).

Com a chegada de parte dessa mão de obra ao Paraná, principalmente entre as décadas de 1950 e 1960, o estado se transformou na principal fronteira agrícola do Brasil. Centenas de milhares de homens e mulheres, vindas especialmente dos estados de São Paulo, Minas Gerais, da região Nordeste, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, chegavam todos os anos no Paraná em busca do acesso a um pedaço de terra. Vir para o Paraná, nesse período, era a aspiração de boa parte dos camponeses brasileiros.

2.1.1 A frente de (re)ocupação no Norte do Paraná

O processo de (re)ocupação do Norte do Paraná, de acordo com Nelson Tomazi (1997), se desenvolveu a partir das tentativas de tornar as novas terras produtivas para o capital, cujo avanço esteve ligado às conjunturas regionais, nacionais e mesmo internacionais. Os fatos que originaram o processo de (re)ocupação do Norte do Paraná encontram-se no fim do tráfico de escravos, na Lei de Terras, na colônia Militar de Jataí e na emancipação política do Paraná.

Os primeiros a chegar foram os fazendeiros do estado de Minas Gerais, cuja atividade produtiva era a agricultura e a criação de suínos. No final do século XIX, a vinda de fazendeiros paulistas passou a ser maior.

No início do século XX, à começar pelo governo paranaense de Afonso Camargo, visando dinamizar o processo de (re)ocupação, se iniciou no Norte do Paraná uma série de concessão de terras devolutas à particulares. Em troca, as empresas beneficiadas se comprometiam em construir obras de infraestrutura de transporte e em implantar programas de colonização que possibilitasse aos pequenos agricultores a compra facilitada de um lote (ARIAS NETO, 1998).

Esse programa foi definido primeiramente por meio da Lei Estadual n. 1642 de 5 de abril de 1916, que tinha como objetivo fazer com que as terras devolutas fossem “ocupadas de modo mais rápido, através de concessões governamentais a empresas particulares” (TOMAZI, 1997, p. 161). Mais tarde, em 19 de março de 1919, essa política foi enfatizada com a Lei Estadual n.1845, o qual autorizava as companhias colonizadoras a adquirir até 50 mil hectares no estado. Também determinava que os lotes fossem revendidos com tamanho mínimo de 5

ha e máximo de 25 ha. Posteriormente, no ano de 1922, a Lei Estadual n. 2125 de 31 de março criara novas normas de colonização (TOMAZI, 1997).

Até a década de 1920, além das intervenções do governo estadual com o objetivo de acelerar a (re)ocupação, esta, ao menos em parte, também era impulsionada pelo esgotamento de algumas áreas ocupadas pela cafeicultura no estado de São Paulo, até então maior produtor. Em parte porque, segundo Tomazi (1997), nesse início de século, naquele estado ainda havia terras novas disponíveis que eram próprias para a produção do café. Além disso, os produtores de São Paulo ainda tinham vantagem, em relação ao Paraná, na disponibilidade de transporte até o porto de Santos.

Apesar disso, nos primeiros anos do século XX diversos produtores de São Paulo abriram negócios no Paraná, não pelo fator da disponibilidade de terras novas, mas por outro motivo. Em 1902, enquanto o governo daquele estado proibia o plantio de novas lavouras de café por um período de 5 anos, o governo paranaense, ao contrário, procurava por todos os meios possíveis estimular a plantação de novos pés de café no Paraná, especialmente mediante a redução das taxas de confisco de exportação (CANCIAN, 1981).

Entretanto, essa política de incentivo não garantiu a aceleração da produção desse produto no Paraná, apenas assegurou um crescimento lento. Tanto que o primeiro incremento significativo que o estado teve foi somente a partir do ano de 1924, quando, segundo Winston Fritsch (1980), o Presidente Arthur Bernardes fez uma série de mudanças na política econômica do país, dentre as quais transferiu a responsabilidade pela gestão do programa de defesa permanente do café para o governo do Estado de São Paulo. Ainda no mesmo ano, Carlos de Campos, então governador paulista, promulgou a Lei N. 2 004, de 19 de dezembro, que criou o Instituto Paulista da Defesa Permanente do Café.

Essa estabilidade nos preços, mesmo que artificial, levou ao aumento da produção no Paraná. Essa expansão fica evidente nos números apresentados por Nadir Cancian (1981); de 1920 a 1926, a produção de café aumentou 43%, e, até 1930, expandiu 99%.

Até final da década de 1920, mesmo com a intervenção dos sucessivos governadores paranaense na concessão de terras e na política de incentivo à produção e exportação de café; e, ainda que a produção no estado quase tenha dobrado entre 1920 e 1930, a produção de café no Paraná, embora significativa para a arrecadação de impostos ao estado (frente à progressiva decadência da atividade extrativa da erva mate no extremo oeste), era irrisório em relação à produção nacional.

Isso fica demonstrado nos dados citados por Nelson Tomazi (1997). Segundo esse autor, no decorrer dos anos 1920, a produção de café no Norte do Paraná não chegou alcançar

1% da produção total do país. Nesse sentido, a Grande Depressão mundial que estourou em 1929 não alterara significativamente a dinâmica da ocupação que ocorria no Norte do Paraná.

Mas, se a crise mundial não alterou a dinâmica de ocupação no Norte do Paraná, ela alterou a composição das elites políticas hegemônicas no Rio de Janeiro com a ascensão do gaúcho Getúlio Vargas ao poder, que, desde a proclamação da República, era controlado por fazendeiros de Minas e, sobretudo, de São Paulo. No Paraná, até 1930, fazendeiros vinculados à pecuária e ao mate controlavam o governo estadual que, por sua vez, ditava as regras de ocupação das terras devolutas no interior do estado. Mas, no primeiro governo Vargas, a nomeação de interventores estaduais, segundo Nelson Tomazi (1997), vinculou o Paraná aos projetos governamentais do governo central.

O reflexo mais imediato das novas políticas governamentais foi a anulação de algumas concessões de terras públicas. O Decreto-Lei estadual n. 300 de 3 novembro de 1930 anulou a maior das concessões, a da *Brazil Railway Company* e da subsidiária Companhia Brasileira de Viação e Comércio (BRAVIACO). Uma delas era a chamada *Fazenda Brasileira*, situada na atual região de Paranaíba, onde mais tarde foram criadas colônias oficiais. Entretanto, posteriormente, várias concessões anuladas voltariam às mãos de particulares.

Em 1931, também como reflexo da crise do capitalismo liberal que afetou a economia cafeeira, o Decreto-lei Federal n. 19.688 proibiu o plantio de novas lavouras de café em todo o país. Entretanto, uma empresa inglesa, Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), estava interessada na venda de lotes e a proibição de formar novas lavouras cafeeiras prejudicaria seu negócio imobiliário. Entretanto, a empresa, com a ajuda do interventor do estado, conseguiu reverter à proibição e liberar o plantio do café no Paraná (TOMAZI, 1997).

Liberada à formação de novas lavouras, entre os anos de 1930 e 1945, a cafeicultura paranaense continuou com seu crescimento lento, muito em função de ter sido favorecida pela disponibilidade de terras novas e de ter sido formada com base nas pequenas propriedades. Isso, de um lado, aumentava o rendimento dos cafeeiros e, por outro, o uso de mão de obra familiar diminuía os custos de produção, o que garantia maior competitividade à produção paranaense (CANCIAN, 1981).

Tanto que, nesse período, a produção de café em São Paulo, onde se produzia em grandes propriedades, declinou. A diminuição da produção cafeeira paulista teve como consequência a liberalização de mão de obra, o que acabaria por beneficiar a produção paranaense, pois, parte desses trabalhadores (antigos colonos) se deslocaram para o Norte do Paraná trazendo consigo sua experiência na produção cafeeira.

Assim Nadir Cancian explicou a luta desses colonos pelo acesso à terra no Norte do Paraná no decorrer dos decênios de 1930 e 1940.

Quase não tendo dispêndio de mão-de-obra, morando no lote, realizando ele mesmo derrubada da mata e ainda vendendo a madeira de lei encontrada, alimentando-se com o produto de seu próprio esforço e trabalho, vivendo em casas que eram verdadeiras choupanas de pau a pique recobertas de tabuinhas de palmito ou folhas de palmeira, conseguiu capitalizar para pagar sua terra (CANCIAN, 1981, p. 76).

No Paraná, ao conseguirem adquirir pequenos lotes através do pagamento parcelado, esses antigos colonos foram os principais responsáveis pelo aumento da produção paranaense de café e de culturas intercalares nos anos de 1930 e 1940 (CANCIAN, 1981).

Assim, de um lado, a crise dos anos de 1930 levou à redução da produção cafeeira paulista, provocando a liberalização de mão de obra, por outro lado, no Paraná, a CTNP procurou atrair esses trabalhadores para o estado oferecendo a venda facilitada de pequenos lotes. Após conseguirem o acesso à terra, esses agricultores cultivaram o café e diversas outras culturas intercaladamente aos cafeeiros, cuja prática levou à diversificação da produção agrícola paranaense.

Já a partir de meados de 1940, a progressiva reabilitação do mercado de café na Europa, após o fim da Segunda Guerra Mundial, e a recuperação econômica dos Estados Unidos, deram um novo impulso à demanda da bebida. Em pouco tempo o café se transformou em “ouro verde”, atraindo uma multidão de agricultores para o Norte do Paraná. A partir de então, finalmente pode-se dizer que “a (re)ocupação completou-se com base na expansão da cafeicultura” (TOMAZI, 1997, p. 232).

2.1.2 O Eldorado no Norte do Paraná

Desde o início da década de 1930, os fluxos migratórios em direção ao Norte do Paraná foram alimentados, em boa parte, pelas companhias colonizadoras, pois foram elas as principais “responsáveis pela divulgação da fertilidade das terras paranaenses e das supostas facilidades em adquiri-las, em todo o país e no exterior” (SPRANDEL, 1992, p. 59).

Em se tratando de Norte do Paraná, a companhia mais conhecida era CTNP; ela mesma se autodenominara a “maior empresa colonizadora da América do Sul”, conforme o anúncio da figura 2. Essa companhia foi fundada em 1925 e, até 1944, era subsidiária da

Parana Plantations LTD (com sede em Londres), cujos proprietários era um grupo de acionistas ingleses, entre os quais o mais citado pela bibliografia é Lord Lovat.

NORTE DO PARANÁ *Terra abençoada!*



Nas terras férteis do NORTE DO PARANÁ tudo cresce e progrediu. Em torno da crescente cidade de MARINGÁ, גדולam colheitas vergadas ao peso dos frutos, viciajam campos de arroz, lírios de febrez, hortas riquíssimas, livras de águas, produzem todos as legumes e, nos pomares nascem, laranjas, pêraes, bananas, uvas e morangos se multiplicam, doces e saborosas.

VENDAS E PRESTAÇÕES EM PEQUENOS E GRANDES LOTES
CIA. DE TERRAS NORTE DO PARANÁ
 A MAIOR EMPRESA COLONIZADORA DA AMÉRICA DO SUL
 Sede: São Paulo, Rua São Bento, 259 - 5º andar
 Centro de Administração e Agência Princesa
 Londres E. W. A. S. C. P. Verde

Informações com os escritórios de São Paulo, Londrina, Arapongas e Maringá, onde está centralizada a Seção de Vendas de Terras da Companhia.

ESTAB. FOTOLITH. SÃO PAULO - 1950

Você Sabia...?

...por que a riqueza agrícola do NORTE DO PARANÁ é o novo auge do Brasil no desenvolvimento agrícola do continente do sul?

...em que o novo café, o novo algodão, o novo arroz, o novo milho, o novo trigo quando serão colhidos, o ferro e o aço sempre de abundante fertilidade?

Na Natureza Marítima...

...o mundo inteiro a olhar.

Figura 2: Anúncio da CTNP publicado em jornal em 1950
 Fonte: Jornal o Estado de São Paulo (22 jan. 1950).

O nascimento do interesse dos ingleses no Norte do Paraná comumente é atribuído, pela bibliografia, à vinda ao Brasil de uma missão financeira de banqueiros ingleses, a chamada *Missão Montagu*, supostamente à convite do governo brasileiro. O chefe da *Missão*

era precisamente Lovat que, paralelamente à *Missão*, estaria de olho em terras próprias para o cultivo de algodão para suprir as indústrias têxteis na Inglaterra. Mirando esses objetivos, depois de conhecer o Norte do Paraná, Lovat teria voltado à Londres e, em 1924, ao reunir seus sócios, criou a *Brazil Plantations Syndicate Limited*.

No ano seguinte, supostamente devido aos prejuízos com a produção de algodão, Lovat e os demais acionistas da *Brazil Plantations* teriam mudado seus planos, do propósito inicial de produzir algodão, passaram para o negócio imobiliário, de venda de pequenos lotes. Para por em prática esse novo empreendimento, teriam fundado duas outras empresas: a *Parana Plantations LTD*, sediada em Londres, a qual ficara encarregada de elaborar os planos de colonização e as estratégias de venda dos lotes; e, sediada em São Paulo, com a missão de executar os planos colonizadores e imobiliários, teriam criado a CTNP.

Entretanto, para Nelson Tomazi, essa era uma explicação comumente ancorada no discurso da própria CTNP, à começar pelos reais objetivos da Missão Montagu. Para esse autor, a vinda da missão financeira inglesa ao Brasil se tratou, na verdade, de uma imposição da Casa de Rothschild à solicitação de um empréstimo de 25 milhões de libras feito pelo Presidente Arthur Bernardes. O objetivo da instituição bancária inglesa era averiguar a “situação institucional e operacional de implantação das políticas monetária e fiscal que dessem garantias de pagamento” do empréstimo (1997, p. 181).

Além disso, desde o início, a CTNP tinha o objetivo de “desenvolver um projeto imobiliário e não tinha nenhum interesse em plantar algodão” (TOMAZI, 1997, p. 183). Para tanto, segundo Tomazi, os ingleses encontraram principalmente em Willie Davis (filho de ingleses no Brasil, fazendeiro, ex-prefeito de Jacarezinho e deputado por 3 mandatos em Curitiba) o elo com o governo paranaense. Dessa ligação e do interesse do próprio governo do Paraná, a CTNP adquiriu entre 1925 e 1927 uma área de 515 017 alqueires no norte do Paraná.

Ainda para Tomazi (1997), a origem do interesse dos ingleses era a construção de ferrovias. Para esse autor, eles já conheciam o Norte do Paraná anos antes da *Missão Montagu* e tinham o interesse de investir na construção de ferrovias em terras paranaenses desde 1919, num ambicioso projeto de ligar os Oceanos Atlântico e Pacífico por uma estrada de ferro.

Na prática, entre 1925 e 1944, a atuação mais importante da CTNP foi a venda facilitada de pequenos lotes. Em 1944, a Companhia foi adquirida pelo grupo Vidigal/Mesquita de São Paulo. Após a nacionalização, seguindo a tradição da elite econômica paulista, a companhia passou a vender lotes com extensões maiores. Mas, estrategicamente, ao lado dos grandes, também eram vendidos lotes com tamanho bem

reduzido, estrategicamente com o objetivo de suprir o vizinho grande proprietário com mão de obra (ARIAS NETO, 1998).

Quanto à propaganda para vender os lotes, no período conhecido como “fase inglesa”, a CTNP chegou a trazer para o Norte do Paraná até imigrantes europeus, como, por exemplo, nos casos de Heimtal e Rolândia. Para o antigo patrimônio (Vila) de Heimtal⁴ (posteriormente se transformou em um bairro da cidade de Londrina com o mesmo nome) – o primeiro da CTNP – vieram 120 famílias de camponeses da Alemanha excluídos do processo de desenvolvimento do capitalismo naquele país (ALMEIDA, 1995).

Mas, a CTNP, bem como as demais companhias que atuaram na região, procuravam atrair camponeses principalmente nos estados de São Paulo, Minas Gerais e na região Nordeste, que eram os focos de grandes tensões econômicas e sociais daquela época (ARIAS NETO, 1998)⁵.

O chamariz para atrair o excesso de mão de obra dessas regiões foi diversificado. Podemos colocar isso em dois exemplos, em um anúncio de 1949 (figura 3), a CTNP divulgara como fator atrativo a fertilidade das terras no Norte do estado, onde “reinam padrões de terras boas”, e a diversidade e abundância de madeiras de leis que nelas existiam.

Nas matas virgens do Norte do Paraná reinam as madeiras de lei e os padrões de terra boa. Em torno da florescente cidade de Maringá abunda o melhor cedro vermelho, livre de brocas e defeitos. Peroba rosa de múltiplas aplicações, cabreuva para esquadrias e construções rodoviárias, pau marfim para móveis e parques, caviunas, paus d’alho e figueiras brancas se multiplicam, belos e robustos (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1 jan. 1949).

Além disso, o cartaz informa que a CTNP abria estradas por onde florescem várias cidades e povoados, dentre os quais o anúncio destacara Maringá: “Vá conhecer Maringá... e venha buscar a família” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1 jan. 1949).

⁴ Para conhecer mais sobre o patrimônio de Heimtal, ver Almeida (1995).

⁵ Além desses, deve-se acrescentar as antigas colônias nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.



Nas matas virgens do NORTE DO PARANÁ reitam as madeiras de lei e os padrões de terra boa. Em torno da florescente cidade de Maringá abunda o melhor cedro vermelho, livre de brocas e defeitos. Peroba rosa de múltiplas aplicações, cabriuva para esquadrias e construções rodoviárias, pau marfim para móveis e parques, cavilunas, pau d'alho e figueiras brancas se multiplicam, belos e robustos.

Cia. de TERRAS NORTE do PARANÁ

Sede: São Paulo: Rua São Bento, 399 - 6.º andar.
Centro de Administração e Agência principal:
Londrina, S.V.P.S.C. Paraná

Datas e Chacaras em MARINGÁ, os interessados na compra de Datas e Chacaras em Maringá deverão procurar a seção de vendas da Cia. nesta cidade.

Ativos registrados sob n.º 15 de acordo com o Decreto 1.976 de 15 de dezembro de 1956

VOCÊ SABIA QUE

...A COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ abriu, neste mundo que surge, 2.004 quilômetros de excelentes estradas de rodagem?

...so longe dessas estradas, 31 cidades e povoações se ergueram?

...entre as cidades que assim brotaram, figuram Londrina e Maringá, duas das mais prósperas centros urbanos do país?

...a Companhia concede franquias para o pagamento dos lotes que vende?

Vá conhecer Maringá...

...o maior lazer a família.

Figura 3: Anúncio da CTNP publicado em jornal em 1949
Fonte: Jornal o Estado de São Paulo (1 jan. 1949).

No ano seguinte, outro cartaz anunciava o Norte do Paraná como uma *Terra Abençoada* (figura 2). Nele, a fertilidade das terras do norte do estado aparece novamente. Particularmente neste anúncio, a CTNP também destaca como chamariz a venda parcelada tanto de pequenos como de grandes lotes.

Nas terras férteis do Norte do Paraná tudo cresce e progride. Em torno da florescente cidade de Maringá ondulam cafezais vergados ao peso dos frutos; vicejam campos de arroz, livres de febres; hortas riquíssimas, livres de saúvas, produzem todos os legumes e, nos pomares nascentes, laranjas, pêssegos, bananas, uvas e morangos se multiplicam, doces e saborosos.

Vendas a prestações em pequenos e grandes lotes. Cia. de Terras Norte do Paraná – A maior empresa colonizadora da América do Sul (O ESTADO DE SÃO PAULO, 22 abr. 1950).

No decorrer do processo de (re)ocupação do Norte do Paraná, devido à fertilidade das terras e supostas facilidades em adquiri-las, houve a circulação de diversas imagens sobre a região: *Terra da Promissão*, *Nova Canaã* ou como *Eldorado*. Para Arias Neto (1998), as figurações Terra da Promissão e Nova Canaã em referência ao norte do estado teriam sido utilizadas até 1938. Entretanto, nesse ano, com a proclamação da *marcha para o oeste* do governo do Estado Novo, a imagem da região teria se adaptando à nova realidade. Com isso os colonizadores passaram a divulgar a imagem de Eldorado.

Por outro lado, segundo Nelson Tomazi (1997), a imagem de Eldorado para se referir ao Norte do Paraná já era pronunciada antes de 1939, como quer Arias Neto. Além disso, Terra da Promissão ou Nova Canaã são imagens que evocam lugar onde se tem a felicidade e o bem-estar para todos; e Eldorado é a imagem de um local onde há riquezas. Isso significa que todos esses lugares são “locais imaginários onde a felicidade e a riqueza estariam ao alcance de todos” (TOMAZI, 1997, p. 277). Por isso não haveria diferenças entre as figurações, como propôs Arias Neto.

Todas essas figurações chegavam aos ouvidos dos camponeses nos estados de São Paulo, Minas e região Nordeste, que alimentavam o “sonho do Paraná” diante das dificuldades de sobrevivência naqueles estados. A imagem do norte do Paraná como um lugar onde se tem a felicidade e onde há riquezas, que a CTNP veiculara em suas propagandas, também teria “atraído” as primeiras famílias de Heimtal vindas da Alemanha (ALMEIDA, 1995).

No Brasil, para fomentar ainda mais a esperança dos camponeses em conquistar uma vida melhor, no fim da década de 1940, o preço do café disparou no mercado internacional. Isso contribuiu para aumentar extraordinariamente os fluxos migratórios que abastecia com mão de obra a cafeicultura no Norte do Paraná. Após confrontar dados dos Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970 e 1980, verificamos que as décadas nas quais mais entrou pessoas no Paraná foi durante o decênio de 1950. O norte foi a região do estado que mais contribui para o crescimento demográfico paranaense daquele período.

No Censo de 1950, as pessoas naturais da Região Nordeste do país presentes no Paraná somavam 35 572 pessoas; e as naturais de Minas Gerais e São Paulo totalizavam 509 mil e 319 pessoas. No Censo seguinte, de 1960, as pessoas naturais do Nordeste eram 267 mil e 929; de Minas e de São Paulo era 1 040 589 pessoas.

A entrada de toda essa população em busca do “sonho do Paraná” acarretara duas consequências importantes para o estado. Uma de ordem demográfico, que foi o crescimento expressivo da população rural. No Censo de 1950, a população rural paranaense era de 1 587 259 pessoas. Em 1970, era de 4 425 490 pessoas.

A outra fora de ordem econômica, pois graças ao trabalho dessa população – além dos paulistas, também havia os mineiros e “nortistas” (muitos tinham uma passagem anterior por São Paulo antes de chegar ao Paraná) – o centro dinâmico da produção de café deslocou-se de São Paulo para o Paraná. No final da década de 1950, o estado se transformara no maior produtor de café do Brasil.

2.1.3 A frente de (re)ocupação no sudoeste/extremo oeste do Paraná

A região em tela, por sua localização em região fronteiriça internacional, a partir da ascensão de Getúlio Vargas ao poder, teve um processo de colonização pautado no discurso de segurança nacional. Isso porque, durante o século XIX e início do XX, a região estava sendo explorada por companhias de capital inglês e/ou da Argentina, tais como, por exemplo, a Companhia Matte Laranjeiras e a Companhia Madeiras del Alto Paraná. Essas empresas, conhecidas como *obrages*, atuavam não só no extremo oeste do Paraná, mas também no sudoeste do Mato Grosso e na região Leste do Paraguai, nas atividades extrativas da erva-mate e da madeira e sua comercialização nos mercados argentino e inglês.

Desde o século XIX, as *obrages* também foram beneficiadas pelas políticas de concessão de terras devolutas feitas pelo Império e depois pela República Velha (SPRANDEL, 1992). Assim como nas concessões feitas no Norte do Paraná, a contrapartida que essas companhias dariam ao Estado pela concessão seria a realização, paralela à exploração extrativista, de uma atividade de colonização e de construção de obras públicas. Um exemplo, através da Lei n. 68 de 08 de abril de 1893 foi concedido à Companhia inglesa Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (CEFSPRG) as glebas de Missões e Chopin, no Paraná, em troca da construção de uma ferrovia que ligaria Guarapuava e Foz do Iguaçu (BATISTA, 1990).

Entretanto, na prática, as *obrages* não empreenderam a (re)ocupação, pois limitaram-se à exploração extrativista com o emprego de mão de obra servil de trabalhadores paraguaios, os chamados *mensú*. Outras não atingiram nem mesmo o estágio de exploração, como no caso da CEFSPRG, com exceção da Meyer Ammes e Cia Ltda. que teria realizado uma atividade colonizadora (SWAIN, 1998).

Diante da presença dos *mensú*, mas sobretudo das empresas de capitais argentino e inglês, pouco antes do golpe de Getúlio Vargas, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil já manifestara preocupação com a presença econômica e física da Argentina no extremo oeste do Paraná e no sudoeste do Mato Grosso. Em um documento confidencial datado de 1929, o Ministério das Relações Exteriores formulara “uma Política Nacional de Fronteira, direcionada para o povoamento e valorização do solo fronteiriço, baseando-se da trilogia *fixação, demarcação e nacionalização*” (SPRANDEL, 1992, p.29. grifos da autora).

Contudo, no ano seguinte, a ascensão de Vargas ao poder provocou mudanças no regime político brasileiro. Sob o governo Vargas, a preocupação com o povoamento das regiões de fronteira internacional deu-se de modo pragmático⁶: a começar pelo Decreto 19.842, de 12 de dezembro de 1930, o qual exigia das empresas que elas tivessem em seus quadros de empregados no mínimo dois terços de trabalhadores nacionais; houve também a anulação de várias concessões feitas nos governos anteriores que tinham o objetivo de promover a colonização e a construção de obras públicas, mas que não foram executadas (SPRANDEL, 1992).

Dentre as concessões anuladas, já citamos o caso da falida *Brazil Railway Company*. No sudoeste do Paraná, a companhia tinha como subsidiária a CEFSPRG. Nesse caso, o interventor Mario Tourinho teria constatado “irregularidades no comprimento do contrato assinado com a CEFSPRG, vindo a anular a concessão das glebas Missões e Chopim” (AMÂNCIO, 2009, p. 36). Discordando da decisão do governo do estado, a Companhia iniciou uma disputa jurídica contra o Paraná com o objetivo de retomar a posse das citadas glebas. Essas terras em litígio abarcava nada menos que quase a totalidade das terras do sudoeste paranaense.

Posteriormente, aproveitando-se do contexto da Segunda Guerra Mundial e alegando motivos de segurança nacional, Getúlio Vargas, além de proibir a venda de terras para estrangeiros nas regiões de fronteira internacional, também decretou a nacionalização de várias companhias de capital externo, como a *Companhia Maderas del Alto Paraná* e da *Brazil Railway Company* (no caso dos bens desta, a disputa judicial que a CEFSPRS tinha contra o Estado do Paraná transferira para o Governo Federal), que possuíam grandes extensões de terras no Paraná e no Mato Grosso.

⁶ Conforme analisar-se-á no próximo capítulo desta dissertação, a anulação das concessões feitas às companhias ervateiras também deveu-se à decadência das mesmas. De acordo com Silva (2007), com a entrada da erva-mate produzida nos territórios de Misiones no mercado, os preços da erva-mate despencaram. Com isso, “as empresas mateleiras entraram em franca decadência, e já no final dos anos 1930 poucas ainda permaneciam no negócio. Em 1951, com a falência da Matte Laranjeiras, as terras sob seu domínio e concessão retornaram ao controle do estado do Paraná e sua sede social deu lugar ao atual município de Guaíra” (SILVA, 2007, p. 120).

A essas políticas de nacionalização das terras orquestrados pelo governo Vargas, insere-se um programa mais amplo de colonização denominado de “Marcha para o Oeste”. Esse programa, além do discurso da segurança nacional e da propagação de uma democracia rural construída em torno das supostas facilidades de aquisição de terras nas novas frentes de expansão, em especial no Paraná e no Mato Grosso, ele tinha por objetivo “priorizar a expansão das ‘fronteiras econômicas’, em especial as ‘fronteiras agrícolas’, do Estado Brasileiro, centrando esforços no sentido de ampliar o crescimento dos setores que pudessem contribuir para o aumento das exportações” (ZAAR, 2001, p. 3).

Tais prerrogativas começaram a ser executadas com o Decreto nº 12.417, de 12 de maio de 1943, que criou a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) no sudoeste do Paraná. Ainda em 1943, o Decreto nº 5 941 criara a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) no Mato Grosso. O objetivo dessas colônias era fomentar a vinda de colonos dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Logo depois, para facilitar o andamento do processo de povoamento da região fronteira com o Paraguai, o Decreto nº 5 812 de maio de 1943 criou o Território Federal do Iguazu, nas terras do oeste/sudoeste do Paraná e parte do Estado de Santa Catarina; o mesmo decreto também criara o Território Federal de Ponta Porã, na região do atual Estado do Mato Grosso do Sul.

A criação desses territórios federais

foi um dos mecanismos encontrados pelo Estado Novo para fomentar a ocupação e colonização das terras que abrangiam as áreas do oeste de Santa Catarina, do sudoeste do Paraná e do sul do Mato Grosso, dinamizadas por empresas de capital e recursos humanos originários do Rio Grande do Sul. Entretanto, tal medida provocou acirramento nos ânimos políticos regionais, de modo que, com a queda do regime de Vargas, acabou sendo revogada pela Constituição de 1946, quando o processo de colonização da região já estava em pleno curso (SILVA, 2007, p. 120-121).

Ao mesmo tempo em que se arquitetou esses programas de colonização, pensou-se também sobre as infraestruturas de transporte que seria necessário para dar suporte ao processo de colonização e povoamento. Para tanto, em 1938, foi criado o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. No Paraná, uma das rodovias mais importantes deste programa seria a BR-35 (atualmente BR-277) que conectou as cidades de Ponta Grossa e Foz do Iguazu, passando por Prudentópolis, Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Cascavel (GREGORY, 2008).

A (re)ocupação do sudoeste/extremo oeste do Paraná e do sudoeste do Mato Grosso, como queria o governo do Estado Novo, efetivou-se em grande medida devida às dificuldades se sobrevivência de muitas famílias gaúchas e catarinenses. Esses agricultores viam no deslocamento rumo ao Paraná e Mato Grosso uma oportunidade de acesso à terra que não tinham mais em seus lugares de origem.

Em síntese, os fatores, que, segundo Valdir Gregory, teriam levado a (re)ocupação das microrregiões em tela foram estes:

A conjuntura mundial em crise e as incertezas das companhias estrangeiras que operavam no Oeste do Paraná fizeram com que fossem desativados seus empreendimentos ou entrassem em falência, abrindo fabulosos espaços para o investimento de capitais nacionais no pós-Segunda Guerra Mundial. Esses fatos foram fundamentais para criar as condições de colonização da Região. Outro fato importante já tinha dado sinais vigorosos no contexto da história do Sul do País: a migração de colonos, num processo de expansão das fronteiras agrícolas (GREGORY, 2008, p. 91).

Os primeiros colonos vindos do Sul conseguiram o acesso à terra por meio da posse, e “se dedicavam ao corte de madeira, cultivo de cereais, algodão e criação de suínos” (FIORENTIN, 2010, p. 11). Contudo, não tardou para que aquelas terras, das antigas *obrages* e de Companhias cujos contratos haviam sido anulados, fossem, novamente, concedidas às colonizadoras, por preços irrisórios, sobre a justificativa de promover a colonização.

Dentre as companhias que atuaram no sudoeste/extremo oeste do Paraná, destacam-se Companhia Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A (MARIPÁ), a Pinho e Terras, a Industrial Agrícola Bento Gonçalves Ltda., a Colonizadora Gaúcha Ltda., a Colonizadora Matelândia Ltda. e a Colonizadora Criciúma Ltda.

Estas empresas foram criadas para se dedicarem à exploração da madeira, à mercantilização de terras, ao comércio e à indústria. Seguindo experiências do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, pessoas físicas capitalizadas das antigas regiões coloniais tornaram-se subscritores dos capitais que formavam as empresas. No que tange à venda de terras, optaram pela colonização na base da pequena propriedade familiar, priorizando colonos descendentes de europeus imigrantes do século XIX do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Para a consecução dos planos de colonização, os trabalhadores remanescentes da região se constituíam em empecilho, pois os euro-brasileiros tinham restrições em participar da colonização de áreas onde havia presença de pessoas “sem origem”. Desta forma, a questão étnica se confundia com interesses econômicos das empresas madeireiras e colonizadoras (GREGORY, 2008, p. 93).

A partir do final da década de 1940, após a chegada de novas companhias, vieram os conflitos violentos para desalojar a população indígena e os posseiros. Na região em tela, o

caso emblemático de luta pela terra envolvendo posseiros e companhias colonizadoras foi aquele que envolveu as glebas Missões e Chopim. Vimos que o Estado do Paraná havia anulado o contrato de concessão que tinha com a CEFSPRG; mais tarde, quando Vargas nacionalizou os bens da *Brazil Railway Company*, empresa a qual a CEFSPRG era subsidiária, as glebas foram incorporadas ao Patrimônio Nacional, bem como a pendência jurídica que a CEFSPRG tinha contra o Estado do Paraná. Ignorando a luta jurídica que havia em torno da posse da terra, Getúlio Vargas criara nas glebas a CANGO, para onde os agricultores sem terra dos estados do Rio Grande e Santa Catarina se dirigiram, incentivados diretamente pelo governo Vargas ou de forma “espontânea”. Devido à situação litigiosa das terras, em nenhum dos dois casos os colonos conseguiram as escrituras dos lotes.

Apesar disso, em 1951, a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda (CITLA), instalou escritórios na região e, dizendo possuir o título de propriedade das terras, começou a cobrar pelas mesmas. É interessante notar que a transação que permitiu à CITLA tornar-se dona “legal” das terras do sudoeste paranaense foi facilitada pelo fato de Moisés Lupion (Partido Social Democrata – PSD), governador do Estado no período, ser, conforme bibliografia disponível, um dos seus principais acionistas. Tanto que no período compreendido entre 1951 e 1955, quando o Paraná foi governado por Bento Munhoz da Rocha Neto, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a presença da companhia quase não foi percebida.

Porém, em 1956, a volta de Lupion ao governo possibilitou o retorno da CITLA que, juntamente com suas subsidiárias Comercial e Apucarana, passou a exigir a assinatura de contratos e a quitação dos débitos provenientes do fato de os posseiros estarem na posse das terras que pertenceriam às companhias.

Os interesses conflitantes gerados em torno da posse da terra no sudoeste do Paraná fizeram surgir, portanto, dois grupos contrários: de um lado o dos posseiros, que acreditavam ser os donos por direito das terras da região e, de outro, o das companhias imobiliárias, que, beneficiadas pelo governo estadual, acreditavam ser as donas legais das mesmas terras (AMÂNCIO, 2009, p. 12-13).

A cobiça das companhias imobiliárias pela posse das terras no sudoeste/extremo oeste do Paraná, durante a década de 1950, segundo explicara Sílvia Amâncio (2009), deu-se pela valorização das mesmas depois das políticas de povoação implantadas durante o Estado Novo. A fim de valorizar ainda mais as terras na região, as colonizadoras adotaram um sistemático trabalho de propaganda nas colônias de eurobrasileiros nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde divulgavam como “fator atrativo” a fertilidade das terras no Paraná e no Mato Grosso, bem como a semelhança do clima destes estados aos daqueles de origem (ZAAR, 2001).

Somente na década de 1950, essa “atração”, combinada com as dificuldades de acesso à terra no oeste de Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, mais que triplicou o número de gaúchos e catarinenses presentes no Paraná. Podemos ver isso ao confrontar os Censos Demográficos de 1950 e 1960: em 1950, viviam no Paraná 98 863 pessoas naturais desses dois estados; no Censo de 1960, devido a propaganda (feitas nos anos de 1950) das companhias colonizadoras interessadas em lucrar com a venda de lotes no sudoeste/extremo oeste paranaense, o número de pessoas naturais dos dois estados se elevava para 327 076 pessoas.

À julgar pelos dados dos censos, no decênio de 1960 quase cessou a vinda de novos migrantes gaúchos e catarinenses para o Paraná, pois o Censo de 1970 registrou apenas 4 540 pessoas (naturais nesses dois estados) a mais do que no Censo anterior. Entretanto, na década de 1970, os fluxos migratórios vindos dos dois estados do Sul voltara a aumentar, passando de 331 616 pessoas no Censo de 1970 para 736 841 no Censo de 1980.

2.2 O fim do Eldorado paranaense

No sudoeste/extremo oeste do Paraná, na década de 1970, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que a região passou a “expulsar” parte expressiva de sua população, ela ainda era o destino de fluxos migratórios vindos dos dois estados do sul.

No Norte do Paraná, o processo de “expulsão” dos pequenos agricultores já começara no final dos anos de 1950, com a desestruturação do colonato. Vimos que até a década de 1940, intercaladamente entre os pés de café eram cultivadas outras culturas temporárias, principalmente gêneros alimentícios. Entretanto, devido o *boom* do café na década seguinte, os agricultores começaram a perder o direito de plantar “intervaladamente aos cafezais gêneros alimentícios, ou então, destinar [receber] ‘terras solteiras’ para essa atividade” (PRIORI, 1996, p. 58).

Diante disso, Priori (1996) explicara que o salário começou a ser a única fonte de renda dos trabalhadores. Conseqüentemente, esse processo levou à deterioração progressiva das condições de sobrevivência do campesinato no norte paranaense. Nos anos 1970 em diante, a quase total eliminação da cafeicultura e a modernização conservadora da agricultura completara esse processo de expulsão dos trabalhadores rurais do campo na região norte, pois agora nem o trabalho assalariado na cafeicultura não existia mais.

Aos camponeses dessas duas regiões, a partir da década de 1970, se quisessem continuar a viver no campo, não restara outra alternativa a não ser migrar rumo às novas fronteiras agrícolas, no Brasil bem como em terras paraguaias.

2.2.1 A crise de superprodução do café no final da década de 1950

Superada a crise da década de 1930, antes mesmo do término da II Guerra Mundial, o café voltou a ter uma conjuntura favorável impulsionada pelos bons preços que se manteve até o início da década de 1960, quando uma nova crise de superprodução atingira a economia cafeeira.

Para Nadir Cancian, o Instituto Brasileiro do Café (IBC) teve, devido sua política de valorização artificial dos preços, uma grande parcela de responsabilidade pela superprodução do café no país. Pois, criado em 1952,

entre as suas atribuições [do IBC] constava a defesa dos preços, inclusive a retirada do café do mercado em caso de necessidade. Era o retorno à valorização com as mesmas consequências daquelas realizadas em conjunturas anteriores [1906 a 1929], isto é, o incentivo ao plantio e à produção (CANCIAN, 1981, p. 44).

Para pôr em prática essa política, o IBC comprava a produção do produtor e realizava a exportação, conforme a demanda do mercado internacional. A produção excedente, que não dispunha de mercado, era mesmo assim comprada e mantida em estoque à espera de novas demandas pelo produto. Entretanto, o consumo da bebida manteve-se relativamente estável, ao passo que a produção crescia a cada ano.

Diante disso, no ano de 1960, o Brasil já havia acumulado um estoque acima de 54 milhões de sacas de café, o suficiente para abastecer o mercado externo por dois anos somente com os estoques (MORO, 1991). Sendo o IBC subordinado ao Governo Federal, a superprodução onerava, portanto, os cofres do próprio governo central.

Para tentar resolver essa questão, em 1961, o Presidente João Goulart criou o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA). Além do objetivo básico de reduzir a capacidade brasileira de produção do café, principalmente mediante a erradicação dos cafeeiros de baixo rendimento, no seu lugar, o governo procurou incentivar a plantação de culturas alimentares ou de matérias-primas industriais. Essa política teve notável êxito, principalmente porque o Banco do Brasil, além de financiar a maior parte dos custos da

erradicação (que ao final se convertia em doação), ainda concedia empréstimos subsidiados para a plantação das novas culturas, tais como a soja, trigo, milho, etc. (PRIORI, 1996).

No Paraná ainda havia outros fatores envolvidos na política de erradicação do café, como “as mudanças ocorridas no ecossistema, provocando geadas, o que tornou o café uma cultura de risco” (CEM, 1989, p. 7). No estado, houve ocorrências de geadas em agosto de 1963, que afetou 900 milhões de cafeeiros (MORO, 1991), e, nos anos de 1967, 1969, 1972 e a derradeira de 1975.

Particularmente no Paraná, segundo Dalton Moro, o processo de substituição do café por outras culturas efetuou-se em duas etapas:

A primeira etapa do processo de substituição de culturas, desenvolvido entre os anos agrícolas de 1962/1963 a 1967/1968, está vinculada mais estreitamente ao Programa de Racionalização da Cafeicultura, elaborado em 1961, pelo GERCA. Nesse período a área ocupada pela cafeicultura paranaense foi reduzida de 1.620.798 ha para 1.187.532 ha, acusando uma redução de 433.266 ha equivalente a 26,70% da área. Durante essa fase, a erradicação oficial de cafeeiros no Estado do Paraná, liberou uma área de 307.062 ha, ficando os restantes 126.204 ha por conta da erradicação espontânea.

A erradicação promovida pelo governo foi acompanhada de um programa de diversificação que, na primeira etapa, foi orientado basicamente para a formação de pastagens [...], visando a exploração da pecuária. Na segunda etapa, colocada em ação em 1967, não foi permitida, inicialmente, a formação de pastagens nas áreas liberadas, exigindo-se dos cafeicultores a diversificação de suas atividades produtivas apenas com as culturas permitidas pelo Instituto Brasileiro do Café – IBC (1991, p. 69).

De 1962 a 1975, “os planos de eliminação alcançaram um redução de 47% das plantações cafeeiras” no Estado (SWAIN, 1998, p. 30). Vê-se que a política de substituição do café não só teve continuidade como foi acelerada após a mudança de regime político, em 1964, com o advento do Golpe Militar. O governo ditatorial modificou facilmente a legislação sobre a terra, já em 1964, promulgou o Estatuto da Terra. Para Henrique M. da Silva, o novo Estatuto se transformou em “um efetivo instrumento de caráter institucional para a transformação das relações sociais e econômicas no campo” (SILVA, 2007, p. 87).

Por outro lado, para Peter Houtzager, a equipe econômica comandada por Delfin Neto, com o auxílio do Banco do Brasil, teria ignorado o Estatuto da Terra de 1964. Segundo Houtzager, nos anos de 1970, foi feito “dos créditos agrícolas, subsidiados abundante e extensamente, o único e mais importante instrumento na modernização da agricultura” (HOUTZAGER, 2004, p. 54).

Nesse sentido, a transformação do padrão fundiário, como no caso do Paraná, foi conservadora, ou seja, restringiu-se à introdução de inovações tecnológicas, mecânicas e biológicas, sem alterar a estrutura seletiva e excludente (GREGORY, 2008). Na verdade, com os créditos agrícolas, a estrutura seletiva e excludente ainda aumentara significativamente, pois os maiores beneficiários de tais programas foram as grandes empresas agrícolas e industriais bem como o mercado financeiro na qual elas estavam integradas.

Conforme ver-se-á na sequência, para uma grande quantidade de trabalhadores rurais no Paraná, a pior consequência desse processo foi a perda do acesso à terra, mesmo àqueles que haviam conseguido adquirir uma pequena propriedade durante a fase de expansão da fronteira agrícola no estado.

2.2.2 Os efeitos para os lavradores

Como resultado dos novos rumos tomados pelo setor agrícola brasileiro, no decorrer da década de 1970, o Paraná deixou de ser o estado que mais recebia população e se transformou no que mais perdia população, notavelmente aquela que vivia no campo nas regiões norte e sudoeste/extremo oeste.

Ao confrontarmos os Censos Demográficos de 1970 e 1980, percebemos que saíram mais de 1 milhão e 268 mil camponeses das lavouras do Paraná rumo às cidades e em direção a outros pontos do Brasil, principalmente a Amazônia Legal, e também para o Paraguai. Na tabela 1 podemos verificar que só as microrregiões de (re)ocupação mais recente do norte do Paraná tiveram um saldo demográfico negativo em mais de 1 milhão de pessoas no decorrer da década de 1970. Nesse mesmo período, na outra frente de (re)ocupação, no sudoeste/extremo oeste paranaense, embora o saldo demográfico tenha sido levemente positivo, conforme vê-se na tabela 1, fica evidente que a região também perdeu população, pois só o número de gaúchos e catarinenses que chegaram no Paraná na década de 1970 foi mais de 400 mil pessoas, conforme já vimos anteriormente.

Tabela 1: Confronto de Censos Demográficos de 1970 e 1980, segundo as regiões “norte” e sudoeste/extremo oeste paranaense

| Censos Demográficos | Sudoeste e Extremo Oeste Paranaense | Norte Novo de Londrina, Maringá, Apucarana e Norte Novíssimo de Paranavaí e Umuarama |
|---------------------|--|---|
| 1970 | 1 198 792 | 2 453 840 |
| 1980 | 1 481 958 | 1 411 856 |
| Saldo Demográfico | + 283 166 | - 1 041 856 |

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1970 e 1980 – Paraná.

Por trás desse êxodo dos camponeses das lavouras paranaenses encontramos duas questões diretamente relacionada: 1, a escassez de terras disponíveis para os contratos de arrendamento ou parceria, a substituição do café por culturas temporárias (como por exemplo a soja); 2, e pelo processo de reconcentração fundiária.

A primeira questão atingira sobretudo o norte do Paraná, onde uma parte significativa da população dependia, para sobreviver, dos trabalhos nas lavouras de café, particularmente na forma de *colonos* ou dos regimes de arrendamento/parcerias para a formação de novas lavouras cafeeiras. Nessas situações, a “expulsão” da população rural deu-se gradativamente conforme o progresso dos programas de erradicação do café do GERCA (bem como a substituição de culturas feitas por muitos agricultores de forma espontânea) e à medida que a lavoura mecanizada das novas culturas tomava conta da paisagem norte paranaense.

Só nos primeiros anos de implantação dos programas de erradicação do café, especificamente até o ano de 1967, “mais de 100.000 trabalhadores perderam seu emprego [no Paraná]” (SWAIN, 1998, p. 32). Em relação à disponibilidade de terras para pessoas não proprietários, na tabela 2 podemos visualizar o fim de 69 mil contratos de arrendamento/parceria entre 1970 e 1980 e também a diminuição do número de posseiros ou de agricultores que não pagavam renda pelo uso da terra. Na tabela 3 podemos confirmar que esse mesmo processo ocorrera no oeste do estado.

Tabela 2: Confronto dos Censos Agropecuários de 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996, segundo a condição do produtor. Norte Paranaense

| Censos Agropecuários | Norte Paranaense ⁷ | | | | | |
|----------------------|-------------------------------|-----------|---------------------|-----------|------------------|-----------|
| | Próprias | | Arrendadas/parceria | | Ocupadas | |
| | Estabelecimentos | Área (ha) | Estabelecimentos | Área (ha) | Estabelecimentos | Área (ha) |
| 1970 | 99 213 | 3 748 332 | 107 127 | 961 298 | 12 223 | 110 819 |
| 1975 | 96 946 | 4 542 358 | 51 564 | 495 637 | 8 941 | 83 081 |
| 1980 | 91 163 | 4 655 212 | 37 881 | 445 506 | 6 745 | 65 832 |
| 1985 | 83 456 | 4 489 018 | 44 491 | 590 299 | 7 804 | 88 506 |
| 1995-1996 | 83 867 | 4 934 833 | 21 815 | 513 262 | 7 255 | 120 916 |

Fonte: IBGE: Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/1996 – Paraná.

Tabela 3: Confronto dos Censos Agropecuários de 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996, segundo a condição do produtor. Oeste Paranaense

| Censos agropecuários | Oeste Paranaense ⁸ | | | | | |
|----------------------|-------------------------------|-----------|---------------------|-----------|------------------|-----------|
| | Próprias | | Arrendadas/parceria | | Ocupadas | |
| | Estabelecimentos | Área (ha) | Estabelecimentos | Área (ha) | Estabelecimentos | Área (ha) |
| 1970 | 128 865 | 3 727 976 | 61 084 | 512 496 | 23 613 | 305 075 |
| 1975 | 133 870 | 4 126 191 | 59 027 | 515 523 | 21 065 | 219 671 |
| 1980 | 132 760 | 4 408 175 | 45 164 | 493 316 | 19 026 | 161 658 |
| 1985 | 130 316 | 4 427 406 | 47 555 | 544 059 | 18 565 | 151 740 |
| 1995-1996 | 106 932 | 3 869 944 | 21 569 | 393 152 | 11 602 | 136 842 |

Fonte: IBGE: Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/1996 – Paraná.

⁷ Considerou-se as microrregiões de Jacarezinho, Assai, Londrina, Maringá, Paranavaí, Apucarana e Umuarama.

⁸ Considerou-se as microrregiões de Alto Ivaí, Campo Mourão, Pitanga, Extremo Oeste e Sudoeste.

Na segunda questão, vale lembrar que até a década de 1960, havia no Paraná uma tendência de desconcentração da propriedade da terra. No Censo Agropecuário de 1920, os estabelecimentos com menos de 100 hectares somavam 79,4% e controlavam apenas 15,2% da área. No Censo de 1970, 96,7% dos estabelecimentos eram menores de 100 ha e controlavam 52,5% da área.

A inclinação à democratização do acesso à terra no Paraná fora invertido entre o final da década de 1960 e início de 1970: era o tempo da “retomada do latifúndio nas terras do Paraná”, tendo como motor a cultura da soja que “se estendeu como um rastilho de pólvora” (SWAIN, 1998, p. 33 e 31). O cultivo da soja foi sem dúvida o “carro-chefe” da modernização da agricultura nas regiões oeste e norte paranaense.

Nessa época (década de 1970), a grande imprensa propagava aos quatro ventos o notável crescimento da produção da soja, do desempenho cada vez melhor da agricultura brasileira no cenário internacional. Em contrapartida, pouco se falava sobre a proporção significativa de excluídos por esse novo modelo de produção que expulsava milhares de camponeses, muitas vezes de forma violenta, além de aumentar consideravelmente a concentração de terras e de renda (FERRARI, 2009, p. 82).

Essa tendência de alta na concentração das terras, a partir da década de 1970, em médias e grandes explorações agropecuárias pode ser visualizada na tabela 4. Percebe-se que só no confronto entre os Censos Agropecuários de 1970 e 1980, mais de 100 mil estabelecimentos deixaram de existir em todo o Paraná.

A diminuição do número das pequenas propriedades atingira sobretudo o norte do estado. Ao compararmos os Censos Agropecuários de 1970 e 1980 (ver tabela 5), verifica-se que, só nessa região, 75 mil e 842 estabelecimentos com menos de 50 ha foram extintos durante os anos de 1970. Desse total, 71,9% haviam sido anexadas às médias e grandes propriedades entre 1970 e 1975, ou seja, no início da década de 1970 houve no Norte do Paraná uma onda generalizada de venda de pequenos lotes.

No sudoeste/extremo oeste paranaense (ver tabela 6), as explorações menores do que 10 ha, ao contrário do que ocorrera no norte, continuaram a aumentar, pelo menos até o Censo Agropecuário de 1975, quando também começaram a serem anexadas às explorações maiores. Podemos ver que nos Censos de 1970 e 1975, 3 101 explorações de 10 a 50 hectares desapareceram e, entre 1975 e 1980, 9 612 estabelecimentos menores do que 10 ha deixaram de existir, as quais foram tragadas pelas médias e grandes propriedades.

Nos anos de 1970, toda essa população que perdeu o emprego, o arrendamento/parceria ou que haviam conseguido adquirir um lote de extensão

demasiadamente reduzido não foram alvo de nenhuma política específica, “com exceção dos programas de colonização no Centro-Oeste e da região amazônica” (SWAIN, 1998, p. 32).

Tabela 4. Confronto dos resultados dos Censos Agropecuários de 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1995-1996, segundo condição do responsável e grupos de áreas

| Condição do responsável, segundo grupos de área total | Estabelecimentos | | | | | | | | |
|---|------------------|--------|--------|---------|---------|---------|---------|---------|-----------|
| | 1920 | 1940 | 1950 | 1960 | 1970 | 1975 | 1980 | 1985 | 1995-1996 |
| Proprietário | 29 050 | 49 432 | 68 609 | 165 974 | 300 097 | 297 119 | 292 218 | 288 336 | 263 740 |
| Arrendatário | 1 021 | 8 385 | 4 436 | 56 332 | 187 230 | 127 582 | 105 290 | 116 434 | 53 263 |
| Ocupante | - | 2 522 | 12 043 | 33 786 | 49 234 | 43 875 | 41 573 | 45 370 | 31 979 |
| Administrador | 880 | 3 768 | 4 361 | 13 054 | 17 927 | 9 877 | 15 022 | 16 257 | 20 893 |
| Sem declaração | - | 290 | 12 | - | - | - | - | - | - |
| Grupos de área (ha) | | | | | | | | | |
| Menos de 10 | 24 560 | 12 811 | 14 941 | 93 477 | 295 272 | 237 068 | 214 995 | 229 015 | 154 620 |
| 10 menos de 100 | | 41 006 | 61 526 | 159 087 | 240 936 | 218 886 | 215 031 | 212 247 | 188 305 |
| 100 a menos de 1 000 | 5 677 | 9 702 | 12 170 | 15 567 | 17 158 | 20 213 | 22 349 | 23 425 | 25 432 |
| 1 000 a menos de 10 000 | 676 | 825 | 792 | 894 | 1 074 | 1 318 | 1 510 | 1 521 | 1 433 |
| 10 000 e mais | 38 | 14 | 30 | 21 | 13 | 30 | 27 | 27 | 17 |
| Sem declaração | - | 39 | 2 | 100 | 35 | 938 | 191 | 162 | 68 |
| Totais | 30 951 | 64 397 | 89 461 | 269 146 | 554 488 | 478 453 | 454 103 | 466 397 | 369 875 |

Fonte: Censos Agropecuários - Paraná (IBGE).

Tabela 5: Confronto dos resultados dos Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985, segundo grupos de áreas. Norte Paranaense

| Grupos de Área (ha) | Norte do Paraná ⁹ | | | | | | | |
|--------------------------------|------------------------------|-----------|------------------|-----------|------------------|-----------|------------------|-----------|
| | 1970 | | 1975 | | 1980 | | 1985 | |
| | Estabelecimentos | Área (ha) | Estabelecimentos | Área (ha) | Estabelecimentos | Área (ha) | Estabelecimentos | Área (ha) |
| Menos de 10 | 112 280 | 621 071 | 69 456 | 386 282 | 53 941 | 292 223 | 55 328 | 286 955 |
| 10 a menos de 50 | 65 685 | 1 221 702 | 54 003 | 1 121 924 | 48 182 | 1 004 562 | 45 152 | 967 173 |
| 50 a menos de 100 | 4 307 | 304 396 | 5 603 | 395 414 | 6 140 | 434 312 | 6 333 | 440 489 |
| 100 a menos de 1 000 | 4 618 | 1 205 965 | 6 137 | 1 594 680 | 6 831 | 1 776 784 | 7 127 | 1 854 770 |
| 1 000 a menos de 10 000 | 312 | 611 293 | 389 | 771 549 | 407 | 751 624 | 397 | 714 271 |
| 10 000 e mais | 2 | 27 235 | 3 | 38 519 | 3 | 38 796 | 2 | 28 189 |
| Sem declaração | 25 | | 1 | | 20 | | 23 | |
| Totais | 187 229 | 3 991 662 | 135 592 | 4 308 368 | 115 524 | 4 298 301 | 114 362 | 4 291 847 |

Fonte: IBGE: Censos Agropecuários – Paraná.

⁹ Considerou-se as microrregiões de Londrina, Maringá, Paranavaí, Apucarana e Umuarama.

Tabela 6: Confronto dos resultados dos Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985, segundo grupos de áreas. Sudoeste/Extremo Oeste Paranaense

| Grupos de Área (ha) | Extremo Oeste/Sudoeste Paranaense | | | | | | | |
|---------------------------------------|-----------------------------------|-----------|------------------|-----------|------------------|-----------|------------------|-----------|
| | 1970 | | 1975 | | 1980 | | 1985 | |
| | Estabelecimentos | Área (ha) | Estabelecimentos | Área (ha) | Estabelecimentos | Área (ha) | Estabelecimentos | Área (ha) |
| Menos de 10 | 62 103 | 339 447 | 72 539 | 401 575 | 62 927 | 331 382 | 60 799 | 309 129 |
| 10 a menos de 50 | 64 035 | 1 333 923 | 62 584 | 1 284 306 | 60 934 | 1 269 110 | 57 516 | 1 201 665 |
| 50 a menos de 100 | 4 776 | 325 668 | 5 139 | 349 928 | 5 636 | 386 314 | 5 588 | 381 237 |
| 100 a menos de 1 000 | 2 020 | 434 687 | 2 588 | 559 362 | 3 113 | 683 213 | 3 409 | 759 756 |
| 1 000 a menos de 10 000 | 84 | 201 912 | 87 | 182 885 | 105 | 191 800 | 104 | 186 846 |
| 10 000 e mais | - | - | 1 | 10 234 | 4 | 61 331 | 2 | 41 884 |
| Estabelecimento sem declaração | 3 | | 436 | | 39 | | 3 | |

Fonte: IBGE: Censos Agropecuários – Paraná.

2.3 As condições de acesso à terra no Paraná

Como já salientamos, o cenário apresentado acima reforça que a modernização conservadora da agricultura completou o processo de “expulsão” da população que vivia no campo no Paraná, tendência que já havia se iniciado no norte paranaense desde os anos de 1950.

Como nosso objetivo é analisar a luta pelo acesso à terra daquela população que “optou” em emigrar para o Paraguai, consideramos necessário indagar sobre as condições em que esses camponeses haviam conseguido o acesso à terra no norte e no sudoestes/extremo oeste paranaense, ou seja, eram pequenos proprietários ou trabalhavam em terras que não lhes pertenciam?

Para realizarmos um diálogo com a bibliografia sobre as condições de acesso a terra no Paraná, indagamo-la se essas famílias de lavradores realizaram seu sonho no Paraná, ou seja, se conseguiram comprar um lote suficiente para a reprodução social da família no estado. De um lado, de acordo com literatura que estudara as frentes de colonização no sudoeste/extremo oeste e no norte na perspectiva das *frentes pioneiras*¹⁰, quase única explicação que existia até o início da década de 1970, os migrantes tiveram êxito no empreendimento agrícola realizado no estado.

Conforme a tese dessa bibliografia, os chamados *pioneiros* vieram para as *frentes pioneiras* no Paraná na condição de arrendatários, agregados e peões, mas, ao longo do processo de “desbravamento”, conseguiram adquirir uma propriedade rural no Estado ou tiveram a oportunidade de adquiri-la. Como exemplo desse êxito, essa literatura costumava destacar principalmente o “Norte do Paraná”, onde teria se constituído “o mais forte reduto da democracia rural no Brasil” (VALVERDE, 1957, p. 182 apud SPRANDEL, 1992, p. 46).

Por outro lado, parte da bibliografia que investigara os *imigrantes brasileiros no Paraguai*, como Marta Izabel Fiorentin, os mais bem sucedidos no Paraná teriam sido os

¹⁰ “Waibel (1955) definiu uma zona pioneira como um espaço geográfico onde ocorrem a expansão acelerada da agricultura, um grande fluxo de pessoas, um aumento vertiginoso dos preços das terras, a derrubada das matas, a rápida construção de casas, ruas, povoados e cidades e um espírito de aventura, entusiasmo e otimismo na população. O autor identifica cinco zonas pioneiras nos anos 1940: o norte e o sudoeste do Paraná, o noroeste de Santa Catarina, o oeste de São Paulo, a região ao norte do rio Doce (Espírito Santo e Minas Gerais) e a região de Mato Grosso. A maioria desses geógrafos se posicionou ideologicamente desde o ponto de vista dos ‘pioneiros’. Os conflitos sociais e étnicos foram minimizados e os setores subalternos (posseiros, peões, bóias-frias) foram estigmatizados pelos ‘pioneiros’ e pelos geógrafos como ‘caboclos’, ‘turmas de baianos’, ‘população culturalmente atrasada e de nível econômico muito baixo’ que vive ‘à margem da civilização’, (ALBUQUERQUE, 2005, p. 63). Na década de 1970, os antropólogos e sociólogos redefiniram as frentes pioneiras em frentes de expansão que entra em “contradição e conflito com outros grupos sociais e étnicos” (IDEM, p. 63).

colonos sulistas no sudoeste/extremo oeste do estado. De acordo com essa autora, como esses *colonos* vinham “em grande parte providos de algum recurso financeiro, de uma razoável capacidade produtiva e de conhecimento técnico e agrícola e de instrumentos de trabalho, lhes permitia obter sucesso na instalação de uma propriedade rural” (FIORENTIN, 2010, p. 11).

A obtenção de maior êxito por parte dos sulistas também é defendida por José Lindomar Albuquerque. De modo geral, afirmara esse autor, nos ciclos do café, da menta e da soja nos estados do Paraná, Mato Grosso do Sul e posteriormente no Leste do Paraguai, “os nordestinos e mineiros foram e são principalmente peões, arrendatários e posseiros” (ALBUQUERQUE, 2005, p. 84). Essa população se deslocou majoritariamente para o Norte do Paraná e, portanto, em contraste com a tese dos estudiosos das chamadas *frentes pioneiras*, não teriam conseguido adquirir propriedades rurais no Estado; ao passo que, no sudoeste/extremo oeste, “os sulistas se tornaram majoritariamente colonos, pequenos e médios proprietários, especialmente em território paraguaio” (ALBUQUERQUE, 2005, p. 84).

Ao analisarem-se as estatísticas dos estabelecimentos rurais em comparação com a superfície ocupada, no Estado do Paraná como um todo, não se pode negar o destaque que os pequenos e médios estabelecimentos agrícolas chegaram a ocupar na década de 1960, período mais “democrático” na questão do acesso à terra no estado. Se elegermos especificamente as regiões do estado que teriam sido exemplos de “democracia rural”, ou seja, o norte e sudoeste/extremo oeste, podemos vislumbrar qual teria sido o grau de distribuição do acesso à terra no auge do processo de (re)ocupação.

No norte do Paraná, no Censo Agropecuário de 1970 (ver tabela 5), 97,4% dos estabelecimentos tinham menos do que 100 ha e controlavam 53,8% da área. No sudoeste/extremo oeste (ver tabela 6), os estabelecimentos com menos de 100 ha controlavam uma área ainda maior. Essas explorações somavam 98,4% do total e detinham 75,9% da área. Considerando que uma pequena propriedade possui até 4 módulos fiscais e que a média para o Estado do Paraná é de 18,6 ha para cada módulo fiscal, temos que em 1970 quase a totalidade dos estabelecimentos agropecuários possuíam, nas regiões em tela, pouco mais de 5 módulos fiscais. Isso nos leva a confirmar que as frentes de (re)ocupação haviam estabelecido o reino das pequenas propriedades.

Entretanto, isso não significa que a distribuição da terra fora democratizado, tanto no norte quanto no sudoeste/extremo oeste paranaense. Pois, no norte, de um lado, enquanto as áreas com menos de 10 ha (menos de 1 módulo fiscal) totalizavam 60,0% dos estabelecimentos agropecuários e controlavam apenas 15,6% da área. Por outro lado, as áreas

com mil e mais hectares somavam somente 0,2% dos estabelecimentos, entretanto controlavam 16,0% da área.

No sudoeste/extremo oeste, conforme o Censo Agropecuário de 1975, de um lado, 50,6% dos estabelecimentos tinham menos de 10 hectares e ocupavam 14,4% da área total, por outro, as áreas com mil e mais hectares correspondiam apenas a 0,06% dos estabelecimentos, mas controlavam 6,9% da área.

Vê-se que, nas áreas de (re)ocupação mais recentes do Paraná, as pequenas propriedades, com menos de 100 hectares, correspondiam quase à totalidade dos estabelecimentos agropecuários. Isso nos leva a confirmar que muitos camponeses de fato conseguiram adquirir uma propriedade das companhias colonizadoras. Entretanto, temos de ressaltar que eram sobretudo lotes com menos de 10 hectares, o qual praticamente não garantia a sobrevivência de nenhuma família.

Além disso, pelos dados apresentados acima (tabelas 5 e 6), está claro que nas duas frentes de (re)ocupação do Paraná muitos migrantes conseguiram apenas contratos de arrendamento/parceria.

Constatado a preponderância das pequenas propriedades no Paraná, nosso objetivo é compreender as causas que levaram a um processo gradual de extinção de parte delas no decorrer dos anos de 1970. De acordo com a bibliografia que já analisara as condicionantes históricas da emigração brasileira para o Paraguai, a “expulsão” dessas famílias estaria condicionada à lógica de adaptação ou não aos imperativos tecnológicos da modernização agrícola e à seletividade da política de concessão de créditos subsidiados postas em prática na década de 1970.

No caso do camponês eurobrasileiro, historicamente ele

se via e era visto como alguém que portava uma capacidade de trabalho vinculado a técnicas herdadas da tradição. Agora, pelo fato de a técnica moderna ser gestada em ambiente estranho a ele, exigia-se habilidades e capital não encontráveis no espaço colonial (GREGORY, 2008, p. 207).

Nesse sentido, esses camponeses que, de acordo com Izabel Fiorentin (2010) e Lindomar Albuquerque (2005), haviam majoritariamente conseguido adquirir uma pequena propriedade no Paraná, com a modernização agrícola precisaram

se reorganizar frente a esta nova conjuntura onde as determinações do mercado e a racionalidade do lucro tornaram-se exigências a serem consideradas em todo o processo de produção. A agricultura de subsistência dá lugar a empresas familiares que não usam trabalho assalariado, mas se

relacionam com o mercado, produzindo mercadorias (FIORENTIN, 2010, p. 14).

O colono-camponês, que continuou querendo terra para cultivar, sofreu forte impacto com o processo da modernização agrícola. Ele não mais era um policultor para a subsistência e para um mercado próximo. Ele foi se tornando um produtor especializado vinculado ao mercado internacional da agroindústria. Ele, no entanto, ainda, de uma ou de outra forma, era o camponês de outrora (GREGORY, 2008, p. 20).

Ou seja, ou o pequeno agricultor se adaptava à nova racionalidade ou era forçado a vender seu pedaço de terra àqueles que tiveram êxito na adaptação aos novos imperativos, que consistia sobretudo no uso de “pacotes” tecnológicos. Contudo, a questão da adaptação ao novo modo de organização da produção no campo não era uma possibilidade que se colocava no horizonte de todos os produtores rurais. Na verdade, a política de modernização agrícola posta em prática no transcurso da década de 1970 pura e simplesmente inviabilizou a subsistência das propriedades de base familiar

Uma combinação entre os altos custos de mecanização e aumento das taxas sobre a soja que seria exportada aumentou consideravelmente o tamanho mínimo necessário para assegurar um nível de vida decente e adequado no oeste do Paraná. Por volta de 1977, o mínimo necessário era de 125 hectares por família. Sob tais condições, as propriedades com cerca de 100 hectares, ou menos, tendo em vista o alto custo de uso de máquinas por hectares e as condições financeiras existentes entre os pequenos produtores, é que deram as bases da imigração brasileira para o Paraguai (MENEZES, 1987, p. 136-137).

Nesse modo de ver, entende-se que a causa da expulsão de muitos pequenos proprietários deveu-se à questão da diferenciação socioeconômica no campo. E o impulsionador dessa diferenciação teria sido a política de concessão de créditos¹¹ agrícolas dos Governos Militares.

Em síntese, o padrão compulsório que caracterizou a modernização da agricultura nas décadas de 1960 e 1970 só foi possível porque o Estado brasileiro, ao intervir nas condições de produção, praticamente “doando” capital para os produtores capitalistas, o fez assegurando-lhes também a valorização desse capital, transferindo o risco privado para o conjunto da sociedade. Permitia com isso que esses capitalistas direcionassem seus

¹¹ “A implantação dessa política de crédito, para melhor entendimento, pode ser dividida em dois momentos específicos. O primeiro dista da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR, implantado no início de 1965, até o final da década de 1970, e se constituiu na consolidação do padrão integrado de crescimento agrícola vinculado à indústria. No período entre 1970 e 1979, a disponibilidade de crédito subsidiado com taxas negativas cresceu em torno 329%, o que representava quase 54,0% do produto do setor primário. O segundo momento se deu a partir de 1979 e foi marcado pelo início da retração dos referidos créditos, que, ironicamente, foi movida pelas mesmas variáveis que propiciaram a rápida expansão no período anterior” (SILVA, 2007, p. 92).

ganhos e lucros para especulação nos mercados financeiros e também para o investimento na aquisição de mais terras, ativo esse que passou a ser altamente valorizado, inviabilizando em grande medida seu acesso aos pequenos agricultores familiares (SILVA, 2007, p. 94).

Esse crédito só era concedido àqueles agricultores que possuísem uma quantidade mínima de terra e em condições de modernizar-se. Essa seletividade na concessão de créditos “acirrou o processo de concentração dos imóveis rurais em unidades cada vez maiores, que potencialmente apresentavam melhores condições para a incorporação dos pacotes tecnológicos” (SILVA, 2007, p. 92).

Além disso, ao conceder o crédito, as instituições financeiras exigiam a hipoteca da terra, e não da produção como desejavam os pequenos agricultores; como resultado, ao não se alcançar o resultado da produção esperado, inúmeros agricultores (que não conseguiram quitar os empréstimos devidos) perderam suas terras para os bancos (CEM, 1989)¹².

No caso do norte do Paraná, vale lembrar que nessa região parte da mão de obra das propriedades familiares buscavam renda complementar nas lavouras de café; contudo, com a erradicação dessa cultura, aquela população teve de voltar às propriedades familiares, tendo como consequência o “empobrecimento destas explorações, assim como seu desmembramento” (SWAIN, 1998, p. 32).

Assim, a “expulsão” do Paraná deu-se por uma combinação de fatores, tais como: o fracionamento das pequenas propriedades provocadas pela volta dos trabalhadores do café; a falta de crédito para financiar a produção de base familiar; e, a impossibilidade de competir com os grandes proprietários – que contavam com o apoio do Governo – no processo de modernização da agricultura brasileira.

Dentro de setores da Igreja Católica, a modernização agrícola também é apontada como a causa da “expulsão” dos trabalhadores rurais nos Estados do Sul do Brasil. A produção intelectual de alguns religiosos converge na tese de que a modernização agrícola não teve outro objetivo senão gerar lucros às empresas transnacionais do agronegócio. Assim, para esta existência de milhões de despossuídos que perambulavam de um lado para o outro do país, “não basta dizer que a causa é a industrialização ou a mecanização. As origens estão no latifúndio e na multinacional” (ARNS, 1983, p. 15).

Para D. Paulo Evaristo Arns (1983), se a mecanização do campo não tivesse o único propósito de gerar mais lucros e, portanto, fosse adaptada à agricultura familiar, a inovação

¹² Esse processo transparece no imaginário popular por meio de piadas, tais como: o Banco do Brasil é cemitério de gaúcho; gaúcho não chama a mulher de *meu bem* porque senão o Banco do Brasil confiscaria.

tecnológica poderia tornar-se útil à melhoria da qualidade de vida não só da população do campo como também da população urbana, com oferta de mais alimentos e de melhor qualidade à população citadina.

Ainda para Arns, as migrações da década de 1970 no Brasil não tiveram a mesma concepção das migrações que eram realizadas nas décadas anteriores. Antigamente, “há uns 40, 50 anos, os filhos mais decididos das famílias mais numerosas é que iam desbravar, enfrentar a mata”. Identifica que as decisões sobre a realização de uma migração passaram por uma profunda transformação, antes, “os que migravam [...] faziam-no para subir na vida; hoje é para tentar qualquer coisa, enfim, para sobreviver” (ARNS, 1983, p. 13 e 15).

Essa mudança de finalidade das migrações, de desbravamento para a sobrevivência, ocorreu, de acordo com o CEM (1986; 1989), a partir do final da década de 1960; a expulsão dos “colonos” gaúchos, catarinenses, paulistas, mineiros e nordestinos que haviam colonizado o Paraná seria consequência direta da política agrícola do Regime Militar (1964-1985). A partir do Golpe de 1964, os sucessivos governos militares teriam adotado no Brasil uma política de “balança comercial favorável” (CEM, 1989, p. 7) pelo incremento das exportações de produtos primários, daí o incentivo às culturas que haviam se tornado mais competitivos do que o café no mercado internacional.

Além dos problemas por que passou a agricultura familiar até aqui elencados, ainda podem ser destacados outros que ajudaram inflar os fluxos migratórios, como no caso dos brasileiros em direção ao Paraguai. Uma das hipóteses é a questão da dependência dos pequenos proprietários ao intermediário como um limitador ao êxito do empreendimento agrícola.

A esse respeito, de um lado, para Henrique Manoel da Silva (2007), no oeste catarinense e no sudoeste/extremo oeste paranaense, o surgimento das cooperativas teria livrado os camponeses dos intermediários. Por outro lado, para José de Souza Martins (1980), as cooperativas, apesar de baratear os custos de produção, não salvaram os pequenos agricultores, uma vez que o capital continuara (e continua) explorando os cooperados, pois os preços são definidos de cima para baixo.

Durante muito tempo acreditou-se que os impasses da pequena agricultura estavam na comercialização dos produtos agrícolas unicamente: os intermediários apropriando-se de uma parte significativa dos resultados do trabalho dos lavradores. Eliminando-se o intermediário tudo se resolveria. Ocorre, porém, que o capital não age setorizado; ele opera no conjunto dos processos econômicos. Por isso, ele procura dominar tanto a produção quanto a circulação das mercadorias (MARTINS, 1980, p. 62).

O controle da circulação das mercadorias, para o capital, é ainda mais lucrativo do que a produção em si. Por isso que, por exemplo, um litro de leite para o consumidor custa três ou quatro vezes mais do valor pago ao produtor.

Outra questão a ser considerada, também já apontada por Silva (2007), foram os problemas de sucessão e herança que, sobretudo entre os povos eurobrasileiro conhecidos por suas altas taxas de natalidade, provocaram o fracionamento de lotes já diminutos, “forçando” os herdeiros a venderem suas partes e procurar outros destinos onde as terras eram menos valorizadas.

Mas o fenômeno central que alimentou os fluxos migratórios para as cidades, outros pontos do país e mesmo para o Paraguai nos anos 1970 e 1980 foi a modernização conservadora da agricultura brasileira. Essa também fora a conclusão de Henrique Manoel da Silva. Para esse autor, essas migrações, “mais do que os problemas de sucessão familiar ou de pressão demográfica, foram motivados pelo caráter acentuadamente seletivo imposto pela moderna agricultura” (SILVA, 2007, p. 14).

A política agrícola dos anos de 1970, orquestrada pela Ditadura Militar brasileira, elevou para níveis astronômicos o volume dos fluxos migratórios no país. O que mais causou a “expulsão” dos trabalhadores do campo foi a cultura da soja (o chamado “complexo da soja” inclui, além da soja, as culturas do milho e do trigo, dentro outras), pois esta exigia menos mão de obra e porque sua produção se encaminhou para um ritmo acelerado de modernização, pela introdução de máquinas, fertilizantes e defensivos químicos.

Mas isso ainda não foi tudo, para Silva (2007), na política de modernização da agricultura e na integração do setor agrícola à indústria se privilegiou a grande produção agrícola especializada e às grandes companhias internacionais de comercialização, sujeitando, portanto, a produção dos pequenos agricultores aos ditames do capital nacional e internacional.

CAPÍTULO 2

A MARCHA PARA O LESTE NO PARAGUAI E O INCENTIVO A IMIGRAÇÃO DE CAMPONESES BRASILEIROS

3.1 A marcha *hacia el este* no Paraguai

A vida política no Paraguai, até a década de 1950, era extremamente instável. Para se ter uma ideia, mesmo em um dos períodos mais democráticos da história do país, na chamada Era Liberal¹³ (1904-1936): em 32 anos, passaram pelo poder 19 Presidentes (uma média de menos de dois anos de governo para cada um) devido aos vários golpes de Estado, provocados por lutas entre facções do mesmo partido. Com a volta do Partido Colorado ao poder, em 1948¹⁴, a tradição de golpes prosseguiu, pelo menos até 1954, quando o General Alfredo Stroessner assumiu o governo (em outro golpe) e nele permaneceu até 1989, quando fora deposto pelo General Andrés Rodríguez.

No ano da ascensão de Stroessner, o Paraguai era um país de recursos limitados, a agricultura era pouco diversificada e produzia baixos excedentes monetários. Mesmo assim, o setor agrícola empobrecido constituía a base da economia do país. Basicamente, poder-se-ia “dizer que nessa época o Paraguai era um país agrícola sem agricultura” (SOUCHAUD, 2007, p. 75).

No final da década de 1950 e início do decênio de 1960, Stroessner conseguiu apaziguar as disputas pelo poder no interior do Partido Colorado e se consolidar no posto de “Presidente do Paraguai”. A partir de então, segundo o jornalista Carlos Wagner (1989), Stroessner começou a colocar em prática um plano de crescimento econômico por meio de um processo de reforma agrária. O objetivo em vista era expandir a fronteira agrícola do país,

¹³ Em 1904, a revolução protagonizada pelo Partido Liberal, que depôs o governo colorado de Juan Antonio Escurra, pedia apenas que a Constituição de 1870 fosse posta em prática.

¹⁴ Entre os anos de 1932 a 1935, o Paraguai esteve em conflito com a Bolívia na Guerra do Chaco. Como se sabe, o Paraguai venceu a Guerra, entretanto, ao vencê-la, o exército paraguaio foi quem se saiu mais fortalecido, e não os liberais que estavam no governo, tanto que os generais passariam a se sentir no direito de intervir na vida política. A volta dos militares no poder veio a ocorrer em 1939, quando general José Felix Estigarribia (vitorioso condutor da Guerra do Chaco) elegeu-se Presidente com o voto e apoio do Partido Liberal. No ano seguinte, Higinio Morínigo (outro general) ascendeu ao poder, o qual estabeleceu um governo militar onde nenhum partido nem agrupação civil tinha mais poder do que a “Junta de Comandantes”. No século XX, depois de Stroessner, Morínigo foi o “presidente” que mais tempo permaneceu no cargo, de 1940 a 1948.

mas que essa agricultura fosse em bases moderna, destinada, sobretudo, à exportação. Esse processo ficou conhecido como a marcha “hacia el este”, que incluía, também, a aproximação do Paraguai com o Brasil.

Conforme ver-se-á, essa política do ditador Alfredo Stroessner foi de encontro com os interesses do Brasil que pretendia justamente atrair o país vizinho para sua órbita de influência. Até a ascensão de Stroessner era a Argentina que mantinha o Paraguai sob sua influência desde a Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870), quando os sucessivos governos do Paraguai venderam grandes extensões de terras às companhias ervateiras¹⁵ ou *obrages* de capital inglês e argentino. Como já vimos, a atuação dessas *obrages* não se limitavam às fronteiras do Paraguai, suas atividades, de extração da erva-mate e madeira, se prolongavam também para o extremo-oeste paranaense e sudoeste do Mato Grosso.

Entretanto, desde os anos 1940, além das pretensões brasileiras de se aproximar do Paraguai e da influência econômica que a Argentina exercia sobre o país, as políticas agrárias adotadas no Paraguai eram determinadas, na verdade, pela cooperação bilateral que o país mantinha com os Estados Unidos.

Para Luis Doria (2010), consoante a essa cooperação, a política agrária paraguaia divide-se em três períodos distintos: a estratégia dos anos de 1940, marcada pela II Guerra Mundial; a estratégia dos anos 1950, de Guerra Fria e de transição do populismo ao liberalismo econômico; e, a estratégia dos anos de 1960, de modernização agrícola mediante a injeção de fundos externos, resultante da nova política dos Estados Unidos de Aliança para o Progresso.

Na América Latina, foi com o Paraguai que os Estados Unidos assinaram o primeiro convênio de cooperação agrícola. Trata-se do programa STICA (Serviço Técnico Interamericano de Cooperação Agrícola), iniciado em 1942, com a ida de técnicos dos Estados Unidos para o Paraguai.

Um dos objetivos do programa STICA era aumentar a produção agropecuária do Paraguai por meio do repasse da experiência exitosa dos Estados Unidos ao país. Essa experiência, de acordo com Doria (2010, p. 276), “consistía en la combinación de la investigación agrícola, con programas de extensión, enseñanza en aula, crédito supervisado, inseminación artificial, etc.” (DORIA, 2010, p. 276)”. Contudo, o programa não logrou os

¹⁵ Segundo Souchaud (2007), para essas empresas, a melhoria do espaço pouco importava. Sua atividade era constituída apenas na exploração extrativista da erva-mate, com a exploração desumana de camponeses paraguaios, conhecidos como mensú, comparados com uma nova forma de trabalho escravo (EQUIPE EXPA, 1987, p. 63). Para conhecer mais a respeito dos interesses envolvidos e as duras condições de trabalho que os camponeses paraguaios estavam submetidos na atividade extrativa da erva-mate em meio à selva ver Barret (1979).

resultados esperados. Segundo Doria (2010), isso ocorreu porque a realidade econômica e sociocultural dos camponeses paraguaios era totalmente diferente daquela dos granjeiros estadunidenses.

Mas, se o programa STICA não conseguiu transformar o setor agropecuário paraguaio, por outro lado, deixou uma ideia que, segundo Doria (2010), futuramente irá nortear o pensamento do Partido Colorado com relação às políticas agrícolas. Trata-se dos programas de transferência dos camponeses da Região Central do país para colônias agrícola em Piribebuy e Misiones, criadas em 1946-1948¹⁶. O objetivo dos técnicos estadunidenses era tentar dar uma solução aos conflitos agrários na Região Central, envolvendo camponeses sem terra e latifundiários.

Logo depois, em 1950, os técnicos enviados pelo governo dos Estados Unidos teriam elaborado um plano para retirar 100 mil famílias de camponeses da Região Central e transferi-los para as áreas ainda “não povoadas”. Entretanto, nesse momento, era praticamente improvável colocar essa política em prática, visto que as terras da região extremo oriental se encontravam em mãos de empresas ervateiras e de grandes latifundiários. Diante disso, de acordo com Doria (2010), para tentar contornar esse problema, os técnicos americanos, em 1948, teriam escolhido a região sul do Paraguai.

Vale destacar que, a partir do final da década de 1940, a emergência da Guerra Fria passaria a pautar a relação dos Estados Unidos com os países da América Latina, especialmente com a adoção de um discurso de “ajuda” aos países tidos como atrasados, como no caso do Paraguai. Foi assim que, no final daquela década, o Presidente Harry Truman lançou o programa “Ponto Quatro”, o qual tinha a finalidade de passar aos países atrasados os conhecimentos técnicos desenvolvidos pelos Estados Unidos.

Na América Latina, o Paraguai, mais uma vez, foi o primeiro país a firmar, em dezembro de 1950, acordos com os Estados Unidos dentro do Programa Ponto Quatro. Numa evidente relação com esse acordo, no ano seguinte, o BIRD outorgou ao Paraguai um empréstimo de 5 milhões de dólares a ser aplicado no melhoramento da agricultura no país.

Es más, toda la asistencia técnica de los años 40 al Paraguay, como los dos programas de reasentamiento de la población rural ejecutados en 1946 y 1948 y la creación del sistema de crédito supervisado (CAH) en el Paraguay, era presentada por los Estados Unidos como un ejemplo para las naciones latinoamericanas (DORIA, 2010, p. 287-288).

¹⁶ Luis Campos Doria (2010) lembra que o projeto de colonização de Missões pode ter sido desenvolvido como recompensa aos camponeses pela participação, ao lado dos colorados, da guerra civil de 1947, que envolveu os liberais e colorados na disputa pelo poder.

Para o ano orçamentário de 1950-1951, o governo dos Estados Unidos destinou um total de 14,5 milhões de dólares de “ajuda” a título do “Ponto Quatro”. Entretanto, quase todo esse crédito foi gasto com o pagamento dos técnicos americanos, de modo que os resultados dessa “ajuda”, em termos de elevação da produção agropecuária, foram praticamente nulos.

No caso do Paraguai, aquele fundo de 5 milhões de dólares sequer foi aplicado na realização da reforma agrária no país, sendo, portanto, utilizado para outros fins (DORIA, 2010). Diante disso, “fuentes del Departamento de Comercio, más seguras que las del Departamento de Estado [dos Estados Unidos], ya en 1954, expresaban su pesimismo respecto a los resultados de la reforma agraria en curso” (DORIA, 2010, p. 291).

Entretanto, mudanças significativas na política agrária do Paraguai ainda estariam por vir, motivada por mudanças na conjuntura interna e externa. A começar, em 1954, pela ascensão do General Alfredo Stroessner ao poder (1954-1989). Desde a formação dos dois tradicionais partidos políticos paraguaios, a Associação Nacional Republicana (Partido Colorado) e o Partido Liberal, em 1887, era comum as disputas pelo controle da máquina Estatal não só entre esses dois partidos, mas no interior das próprias agremiações haviam grupos antagônicos que disputavam entre si. Possivelmente, ao assumir o governo em 1954, Stroessner estava ciente das disputas que haviam no interior do Partido Colorado e, portanto, dos perigos que seus planos de permanecer no poder corriam. Entretanto, ainda no final da década de 1950, Stroessner, depois de fazer uma série de alianças com a oligarquia fundiária nacional e nomeando militares de alta patente em posições-chave na hierarquia do regime e no Comando Militar, sob um lucrativo sistema de distribuição principalmente de cargos públicos e de terras devolutas, Stroessner conseguiu manter-se no poder até 1989, ou seja, por 35 anos (CHIAVENATO, 1980; SOUCHAUD, 2007; SILVA, 2007).

Entretanto, segundo Silva (2007, p. 52), “a viabilidade dessa estratégia [...] dependia de um elevado custo econômico, fator esse limitado no combalido Estado paraguaio”. Portanto, esse sistema somente se sustentaria mediante um processo de crescimento econômico do país.

3.1.1 Os preparativos para a marcha *hacia el este*

Como o peso da indústria na economia paraguaia daquela época era praticamente nula, sendo ainda hoje bastante limitada, o que poderia garantir a permanência de Stroessner no poder era a expansão extensiva da produção agropecuária. Condições para isso existia, pois no leste do país havia vastas extensões de terras de excelente fertilidade, mas economicamente

pouco aproveitadas. O problema que se colocava em vista era o modo como essa expansão se daria, visto que grande parte das terras localizadas na região oriental encontrava-se em mãos de poderosos latifundiários e de empresas estrangeiras.

A partir de meadas da década de 1950, um conjunto de fatores e de interesses, além dos de Stroessner, passaram a convergir na elaboração de políticas de colonização, tendo como resultado a implantação da *Marcha hacia el Este* (Marcha para o Leste), nos moldes da Marcha para o Oeste no Brasil. Esses fatores que influenciaram a implementação da Marcha para o Leste foram de ordem externa e interna. Em relação aos fatores externos, Luis Doria (2010) aponta que as concepções geopolíticas do Brasil, após o término da II Guerra Mundial, teriam levado o país a investir na aproximação das relações bilaterais com os países vizinhos na Bacia do Prata, principalmente com o Paraguai, cujo alvo era diminuir a influência que a Argentina exercia na Região.

Na verdade, as primeiras investidas do Brasil para tirar o Paraguai da órbita de influência argentina foram empreendidas durante a Guerra do Chaco (1932-1935), numa tentativa de mediar o conflito entre o Paraguai e a Bolívia, mas sem êxito (SILVA, 2006). Mesmo assim, a política de aproximação com o Paraguai prosseguiu. Um grande salto foi dado em 1941, quando Getúlio Vargas, desde o fim da Guerra do Paraguai (1865-1870), tornara-se o primeiro Chefe de Estado brasileiro a visitar o país¹⁷.

Depois da visita de Vargas, o ditador Ernesto Geisel, 35 anos depois, seria o próximo Chefe de Estado brasileiro a ir para o Paraguai. A essas alturas, de 1976, a união dos dois países já havia sido selada com a assinatura do Tratado de Itaipu, em 1973, que, definitivamente, pôs o Paraguai na órbita de influência brasileira¹⁸.

Mas, para que isso ocorresse, ainda vale insistir na importância estratégica no ato do Presidente Vargas para a futura aproximação das relações bilaterais entre Brasil e Paraguai.

En su visita de 1941, Getulio Vargas dejó sentada la definitiva intención de un acercamiento del Brasil al Paraguay. En aquella ocasión firmo varios acuerdos y convenios comerciales y culturales. *Pero sobre todo hizo que el Paraguay comenzara mirar más hacia el Este que hacia el Sur.* El correo

¹⁷ Na ocasião da visita de Vargas a Assunção, foram firmados vários compromissos e protocolos, sendo que somente foram cumpridos no decorrer do governo interino de Café Filho, que assumiu a presidência do país logo após o suicídio de Vargas, e, posteriormente, no governo de Juscelino Kubitschek, empossado em 1956. Conforme Batista (1990), a assinatura desses compromissos permitiram: a troca de livros e outras publicações, um porto livre para o Paraguai em Santos, estudo de navegação no Rio Paraguai, troca de touros de raça e de técnicos, abertura de créditos para o comércio, estudo sobre a possibilidade de construção de uma ferrovia interligando Concepción e Pedro Juan Caballero e para a criação de uma frota brasileira-paraguaia, e acordo cultural.

¹⁸ O Tratado de Itaipu foi firmado mais precisamente no dia 26 abril de 1973, em seus termos, previa a construção da maior hidrelétrica do mundo daquela época, a Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu, cujos estudos haviam sido iniciados em 1962 (CORTÊS, 1993).

Aéreo Militar Brasileiro abriu su ruta semanal hacia Asunción y se incremento en forma notable el intercambio de becarios, funcionarios, técnicos, diplomáticos y militares (FARINA, 2003, p. 62-63 apud SILVA, 2006, p. 56, grifo nosso).

Estas primeiras impressões vieram a se efetivar, mais adiante, com a ascensão de Alfredo Stroessner ao Poder. Uma parte deveu-se em função da maior simpatia que o ditador tinha pelo Brasil do que com a Argentina; havia estudado na Escola Superior de Guerra no Rio de Janeiro. Mas não era apenas afetividade que movia a aproximação bilateral entre os dois países.

Da parte de Stroessner, ao se aproximar do Brasil, seu interesse principal era a abertura de “um novo pulmão econômico que poderia ajudar o Paraguai a se livrar de sua histórica dependência para com a Argentina” (MENEZES, 1987, p. 50). Mas isto não significava, necessariamente, que o país abandonara a Argentina. Na verdade, manteve uma política pendular com o Brasil e Argentina na qual se aproveitava da histórica rivalidade e da contenda pela hegemonia na Bacia do Prata entre essas duas nações para obter benefícios tanto do Brasil quanto da Argentina, ao mesmo tempo em que pendia em favorecer mais o lado do Brasil (MENEZES, 1987).

Da parte do Brasil, além do interesse em diminuir a influência que a Argentina exercia na Bacia do Prata, como já citamos, os governantes brasileiro, ao estreitar relações econômicas e políticas com o Paraguai, também tinham o interesse de conquistar o mercado paraguaio para os produtos brasileiros e, segundo alguns autores, exportar ao país vizinho o excesso de mão de obra nos estados do Sul do Brasil¹⁹.

Em relação aos fatores internos que levaram à marcha *hacia el este*, Doria (2010) destacou dois fatores. O primeiro seria a crise que se acentuou, a partir da década de 1950, nas empresas ervateiras e madeireiras que atuavam na Região Leste, levando-as a vender suas enormes extensões de terras na região. Curiosamente, os compradores dessas terras eram majoritariamente latifundiários vindos do Brasil. No processo de imigração brasileira no Paraguai, esses grandes proprietários foram os primeiros brasileiros a entrar em território paraguaio. Conforme ver-se-á no terceiro capítulo, a atração desses agentes foi um dos fatores determinantes para a ida de camponeses brasileiros ao Paraguai.

¹⁹ Desde a época do Império, segundo Alfredo da Mota Menezes (1987), a política brasileira para com o Paraguai pretendia três objetivos fundamentais: primeiro, definir e delimitar a fronteira entre os dois países; segundo, navegação aberta e livre nos rios Paraguai e Paraná; e, terceiro, preservar a integridade e independência do Paraguai.

O segundo motivo que contribuíra à marcha para o leste foi, conforme Luis Doria (2010), a pressão feita, de um lado, pelos camponeses paraguaios para que se realizasse a reforma agrária e, de outro, pelos latifundiários da Região Central que queriam a transferência dos camponeses para o leste.

Em síntese, no final da década de 1950, há uma conjuntura endógena e exógena – tem-se o Brasil interessando em estreitar as relações bilaterais com o Paraguai; latifundiários estrangeiros, principalmente brasileiros, dispostos em investir em atividades agrícolas, sobretudo em negócios imobiliários; e, com o agravamento dos conflitos agrários na Região Central do país – que iria influenciar a política agrária do Paraguai. Foi nesse contexto que se realizou, no Paraguai, nos meses de junho e julho do ano de 1958, o Primeiro Seminário sobre Reforma Agrária.

As recomendações desse Seminário serviram de base para a política agrária dos anos seguintes. Mais adiante, ainda analisar-se-á a reforma agrária posta em prática por Stroessner, na qual se segue as recomendações do Seminário de 1958. Entretanto, ao verificarmos as entidades políticas, sociais e econômicas que tiveram representação, algumas pistas já podem ser percebidas, do modelo de reforma agrária que será posta em prática.

Del Seminario participaron representantes de FAO, STICA, CAH, del Banco del Paraguay, del Ministerio de Agricultura y Ganadería (MAG), del IRA, de la Asociación Rural de Paraguay (latifundio ganadero), de la FEPRINCO [Federação da Produção, Indústria e Comércio], representantes de la Industrial Paraguaya, de la Fassardi Ltda. y de la Colonización Japonesa en el Paraguay. *No participó ningún representante genuino de los chacreros de la Región Central* (DORIA, 2010, p. 299, grifo nosso).

A maneira pela qual o assentamento seria realizado, conforme o enfoque dado por Doria (2010) em sua análise sobre o evento, foi uma das principais discussões do Seminário. Havia um consenso sobre a necessidade da transferência dos camponeses da Região Central para a Região Leste, política reivindicada principalmente pelos latifundiários daquela região, mas a maneira pela qual isso seria realizado ainda estava em aberto.

Conforme destacou Doria (2010), o então Ministro do MAG, Ezequiel González Alsina, havia sugerido a compra de terras, para fins de reforma agrária, dos latifundiários que aceitassem vender ao menos parte de suas propriedades. Entretanto, essa era uma solução que exigia fundos para a compra das terras e para a implantação das infraestruturas básicas nas colônias, custos que a ditadura certamente não estava disposta em arcar. Mas, para viabilizar essa proposta, o então Ministro do Instituto de Reforma Agrária (IRA), Teodosio Zayas, teria

proposto que se criasse as colônias nas terras do IRA situadas na Região Leste, assim o governo somente teria que cobrir o custo da transferência dos camponeses.

Por outro lado, Juan Manoel Frutos (em 1958 era Deputado Nacional) manifestou-se contra a utilização das terras fiscais para efeito de reforma agrária. Para ele, conforme Doria (2010, p. 300), “se trataba de ‘incitar’ a los latifundistas a parcelar sus tierras contra pagos, evidentemente, y contra exoneraciones fiscales y concesiones otorgados por el Estado”. Para tanto, os latifundiários, representados pela Associação Rural do Paraguai, exigiam modificações na legislação então vigente, para que pudessem vender as parcelas de terras em tamanhos menores, curiosamente não para os camponeses paraguaios, mas à imigrantes, sobretudo brasileiros.

En síntesis, el Seminario recomendó el traslado de los ocupantes de tierras de la Zona Central, a fin de disminuir la presión ejercida sobre los latifundios de dicha zona, y otorgar concesiones especiales del Estado a los latifundistas dispuestos a colonizar sus tierras con inmigrantes extranjeros. Recomendó, además, la colonización oficial por intermedio del IRA, en tierras fiscales o privadas expropiadas para el efecto (DORIA, 2010, p. 300-301, grifo nosso).

Vê-se que há uma contradição entre, de um lado, elaborar uma política de transferência de camponeses para assentá-los na Região Leste (possibilidade que já vinha sendo pensada desde a experiência de 1948, do programa STICA), ao mesmo tempo em que se almejava à imigração de camponeses estrangeiros.

Segundo Carlos Wagner (1990), Alfredo Stroessner chamou o projeto de colonização da região fronteira oriental do país de *Plano de crecimiento para fora*. O objetivo do ditador era basicamente expandir a fronteira agrícola do país, mas queria que a produção agrícola nas novas colônias fosse integrada ao mercado nacional e internacional, para alavancar as divisas provenientes do aumento das exportações. Com efeito, para a elite política e econômica paraguaia, segundo Wagner (1990), a economia do país somente cresceria “para fora” se fosse alicerçada no incentivo à imigração de camponeses brasileiros, tidos como detentores de uma experiência pioneira e de técnicas agrícolas consideradas modernas e, portanto, era a mão de obra ideal que o Paraguai precisava. Ao mesmo tempo, a integração da região leste possibilitaria a transferência dos camponeses²⁰ da zona central para a nova fronteira, aliviando a pressão fundiária naqueles departamentos (estados).

²⁰ Esse projeto de transferência de camponeses da Região Central do país não tinha nada de inovador, pois desde a experiência do programa STICA de 1948, já vinha sendo reivindicada pelos latifundiários da região. A novidade residia na modalidade da sua aplicação, a de convocar os inimigos do passado para realizar a transferência dos camponeses (SOUCHAUD, 2007).

Para pôr esses objetivos em prática, seguindo a orientação proposta por Frutos no Seminário de 1958, em 1960 o governo paraguaio promulgou o Decreto - Lei n.º 662, *Do Parcelamento Proporcional de Propriedades Maiores*, exigindo que os maiores proprietários de terras do país parcelassem uma parte de suas posses para fins de colonização. Nesse sentido, o Art. 1º. do citado decreto estabeleceu que as propriedades agrícolas acima de 10 mil hectares aptas à agricultura ficavam sujeitas ao regime de loteamento, mas não toda a propriedade e sim a parte excedente ao tamanho máximo que então passava a ser permitido. O Art. 3º definiu os tamanhos mínimo e máximo do lotes que seriam demarcados em comprimento da lei n. 662; não inferior a 20 hectares e não ultrapassar o limite máximo de 200 hectares.

Numa tentativa de incentivar e coordenar o processo de colonização na Região Leste, em 22 de março de 1963, promulgou-se o Decreto - Lei n.º 852 que substituiu o Instituto de Reforma Agrária (I.R.A) pelo Instituto de Bem-Estar Rural (I.B.R.).

A substituição do IRA pelo IBR tem como justificativa a instauração do chamado “Bem-Estar Rural”, que seria alcançado mediante a realização da reforma agrária, a ser organizada pelo IBR, tarefa para a qual o Instituto fora criado.

El Instituto de Bienestar Rural tiene por objeto transformar la estructura agraria del país y la incorporación efectiva de la población campesina al desarrollo económico y social de la Nación, mediante soluciones legales, que permitan eliminar progresivamente el latifundio y el minifundio, sustituyéndolos por un sistema justo de propiedad, tenencia y explotación de la tierra. Estas soluciones propugnarán la equitativa distribución de la misma, una adecuada organización del crédito, de la producción y su comercialización, asistiendo integralmente a los productores del campo para lograr su estabilidad económica, como garantía de su libertad y dignidad y como fundamento de bienestar social (Paraguai, Lei 852, Art. 2º, grifo nosso).

Quatro dias depois, no dia 26, foi promulgada a Lei n.º 854 que instituiu o novo Estatuto Agrário, cuja aplicação das normas então apresentadas ficaram sob a responsabilidade do recém criado IBR. No Art. 2º do Estatuto, o Bem-Estar Rural, tal como na justificativa da substituição do IRA pelo IBR, consistiria na transformação da estrutura agrária do país, obtida com a incorporação do campesinato paraguaio ao desenvolvimento econômico e social do país.

Entretanto, os camponeses paraguaios não foram os únicos “favorecidos” pela Lei nº 854. No Art. 14º, eram considerados beneficiários do Estatuto não somente os paraguaios, mas também os estrangeiros, com a única condição de que se devotassem as atividades

agropecuárias ou que se propunham dedicar-se habitualmente a elas, sejam nacionais ou estrangeiros. Tem-se a impressão de que a inclusão dos estrangeiros no rol dos beneficiários do Estatuto Agrário parece seguir também as orientações do Seminário de 1958, quando, naquela ocasião, os latifundiários da Região Leste reivindicaram mudanças nesse sentido.

Esses dispositivos constitucionais de promoção da reforma agrária, conforme ver-se-á a seguir, parecem beneficiar os camponeses paraguaios. Tanto a lei que criou o IBR quanto o Estatuto Agrário de 1963 aludem ao Bem-Estar Rural dos camponeses nacionais como uma meta a ser alcançada com as transformações da estrutura agrária que se empreenderia a partir de então. Mas, na prática, a reforma agrária de Stroessner não beneficiou os camponeses paraguaios tanto quanto os latifundiários e empresários estrangeiros. Na verdade, a transferência de camponeses paraguaios e o incentivo à imigração valorizavam as terras da região. Com isso, ganhavam as empresas ervateiras e ganhariam as companhias colonizadoras que compravam as terras das decadentes obras para loteá-las e vendê-las aos imigrantes vindos do Brasil.

Vale ressaltar que a reforma agrária do ditador Stroessner, a partir da década de 1960, esteve amparada, com o envio de técnicos e financeiramente, pelo programa *Aliança para o Progresso*, lançado, em março de 1961, pelo Presidente John F. Kennedy. Essa nova política anunciada pelo governo dos Estados Unidos tinha o objetivo de ajudar no desenvolvimento dos países pobres, provavelmente com a finalidade de mantê-los afastados do comunismo, ou seja, para evitar que o exemplo de Cuba se alastrasse na América Latina.

A ajuda técnica e os estudos necessários para avaliar a situação agrária de cada país seria tarefa do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da OEA. Para tanto, era necessário fortalecer o IICA. Na verdade, essa ideia já era discutida desde o final da década de 1950: primeiro, em maio de 1957, na reunião do Comitê Interamericano dos Representantes dos Presidentes Americanos; na Conferência Econômica da OEA, realizada em setembro de 1957, em Buenos Aires; depois na V Conferência Interamericana de Agricultura, realizada no México, em agosto de 1960, conjuntamente com a VI Conferência Regional da FAO. Nessa última reunião, se

[...] insistió ante los gobiernos sobre la necesidad de fortalecer el IICA y ampliar sus programas para establecer cátedras de estudios económicos, de derecho agrario y del uso y tenencia de la tierra para preparar personal idóneo para trabajar en programas de colonización y de Reforma Agraria en América Latina (IICA-CIDA, 1968, p. 7).

Finalmente, em agosto de 1961, na Conferência de *Punta del Este*, a reforma agrária

na América Latina foi incluída entre os 6 objetivos básicos do programa “Aliança para o Progresso”.

Impulsar, dentro de las particularidades de cada país, programas de Reforma Agraria Integral orientada a la efectiva transformación, donde así se requiera, de las estructuras e injustos sistemas de tenencia y explotación de la tierra, con miras a sustituir el régimen del latifundio y minifundio por un sistema justo de propiedad, de tal manera que, mediante el complemento del crédito oportuno y adecuado, la asistencia técnica y la comercialización y distribución de los productos, la tierra constituya para el hombre que la trabaja, base de su estabilidad económica, fundamento de su progresivo bienestar y garantía de su libertad (Punta del Este, Título I, Ponto 6 apud IICA, 1968, p. 8).

Para coordenar o trabalho das entidades envolvidas no Programa – OEA, Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – e pôr em prática os objetivos traçados em Punta del Este, criou-se o Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso (CIAP). Ainda à título de “Aliança para o Progresso”, em 1961, o IICA lançou o *Projeto 206 do Programa de Cooperação Técnica da OEA, Capacitação e Estudos sobre Reforma Agrária*. Ao menos no caso do Paraguai, além do envio de técnicos, os funcionários do IICA realizaram estudos nas principais colônias do IBR, cujas publicações resultantes desses trabalhos analisaremos mais adiante.

Para administrar a assistência creditícia aos agricultores, em março de 1961, o ditador Alfredo Stroessner substituiu o Banco do Paraguai pelo Banco Nacional do Fomento (BNF). Em 1962, para promover o desenvolvimento do setor agropecuário entre os anos de 1963 a 1969, o BNF obteve para o programa um empréstimo no exterior no valor de 58,9 milhões de dólares (DORIA, 2010).

Em síntese, a lei 662/60 (do parcelamento proporcional das grandes propriedades), o novo Estatuto Agrário, a criação do IBR e do BNF foi a estrutura que a ditadura de Stroessner montou para realizar a “reforma agrária pacífica” no país. E isso foi feito em sintonia com a política do governo dos Estados Unidos para com a América Latina.

Ao IBR coube a coordenação do processo de (re)ocupação, sendo sua tarefa promover a colonização oficial e também autorizar a privada. A partir de agora, analisar-se-á os programas de colonização na região leste criados pelo IBR.

3.1.2 As colônias do Instituto de Bem-Estar Rural

Um dos mais destacados ideólogos da política de colonização da região leste foi Juan

Manuel Frutos. Não é atoa que a oposição do Partido Colorado o considerava “dono” do IBR. Ao falar sobre a existência das grandes concentrações de terras inexploradas na região oriental, Frutos recuperara a frase de um importante intelectual paraguaio, Rafael Barret, que havia definido o Paraguai como um *país de terras sem homens e de homens sem terras*. Para Frutos (1979; 1985), com a política de implantação do *Bem-Estar Rural*, via colonização das novas áreas, do governo colorado, o Paraguai perderia a estigma de possuir grandes propriedades alheia à produção agropecuária.

A primeira colônia criada na região leste foi a *Colonia Juan León Mallorquín*, no Departamento de Alto Paraná. Conforme um estudo realizado na Colônia publicado em 1964 (GOMES, 1964), até o ano agrícola de 1963/64, o governo havia distribuído 998 lotes num total de 23 002 hectares, onde viviam aproximadamente 6 mil pessoas, as quais cultivavam apenas 20% das terras e 65% permaneciam com a mata intocada.

Temos ainda outro estudo do IICA, publicado no ano de 1966, sobre a Colônia *Repatriación*, localizada no Departamento de Caaguazú, funda pelo IBR em novembro de 1963. Esse informe é resultado de uma pesquisa de campo realizado pelos técnicos do IICA no decorrer do ano anterior, cuja finalidade era identificar os problemas críticos que limitavam a consolidação da colônia.

Conforme o informe (IICA, 1966), até 1965, em uma área de 28 mil hectares, viviam aproximadamente 10 mil pessoas. Nesses dois estudos (nas Colônias Mallorquín e Repatriación), a maioria dos camponeses entrevistados eram provenientes da Região Central. Entretanto, é interessante ressaltar que, de acordo com as pesquisas realizadas pelos técnicos do IICA (1964; 1966), a maior parte dos camponeses paraguaios se deslocaram para a nova zona de colonização de forma espontânea, estabelecendo-se nas colônias como *ocupante*, apesar do programa de transferência coordenado pelo IBR.

Além disso, com os objetivos de diagnosticar as principais deficiências que limitavam a consolidação das colônias, os técnicos do IICA (1964; 1966) avaliaram a origem das sementes utilizadas, a disponibilidade de assistência técnica no lote, os principais produtos cultivados e como se dava a comercialização das colheitas.

Em relação às sementes, a maioria dos camponeses visitados pelos técnicos plantavam as sementes que eles próprios guardavam ou dos colonos vizinhos e, por outro lado, a utilização de semente distribuída pelo STICA e BNF era insignificante. Só a semente do algodão era melhorada e adquirida não pelo STICA nem pelo BNF, mas do intermediário, com o qual o camponês se tornava dependente.

O estudo também verificou deficiência na assistência técnica e creditícia aos colonos.

Em relação à pesquisa de 1965 (IICA, 1966), durante o mês anterior à sua realização, em torno de 70% dos camponeses entrevistados não tinham recebido a visita dos agrônomos do IBR. E, 75% dos entrevistados também ainda não haviam recebido assistência creditícia. Esses números sugerem uma relação direta entre o recebimento do crédito agrícola e a visita dos técnicos do IBR, ou seja, tinha assistência àqueles colonos que também haviam recebido o crédito do BNF.

Sem assistência técnica e creditícia, a produção agrícola não poderia ser outra senão aquela destinada à subsistência da família camponesa. Assim, temos que, a maior parte da produção agrícola nessas novas zonas de colonização consiste nas pequenas lavouras destinadas para o próprio consumo, dentre as quais se destaca os cultivos da mandioca, milho, feijão. Uma pequena fração dos camponeses comercializava o excedente dessas culturas. Os produtos destinados para o mercado, quando cultivados, eram tradicionalmente o tabaco e o algodão.

A comercialização do excedente, do tabaco e algodão se dá fundamentalmente no próprio estabelecimento ou no povoado mais próximo. No caso do algodão, vimos que o camponês consegue a semente do intermediário, tornando-se dependente deste, porque, em troca desse financiamento, o camponês assume o compromisso de vender obrigatoriamente a colheita ao intermediário que, por seu tempo, também estabelece o preço a ser pago pelo produto.

Diante disso, no caso da Colônia Repatriación, os técnicos do IICA (1966) teriam identificado como empecilho à consolidação da colônia: o pouco conhecimento técnico de cultivo, logo podendo ocasionar a degradação do solo, surgimento de pragas e doenças. Não se notava a influência dos técnicos do IBR ou do BNF na adoção de novas técnicas e de novas culturas. E, para conseguir um capital inicial, verificou-se que a exploração florestal tinha um grande potencial de crescimento, já que, na colônia visitada, em torno de 75% das terras ainda permaneciam com a mata fechada. Embora essas conclusões se refere particularmente à colônia Repatriación, certamente nas demais colônias do IBR, a maioria dos ocupantes seguem sem assistência técnica e creditícia do IBR e BNF.

Nos anos posteriores às pesquisas do IICA (1964; 1966) nas colônias Mallorquín e Repatriación, temos um informe publicado em 1966 pelo IBR, no qual o Instituto lançara o *Programa de desenvolvimento agropecuário das zonas de colonização no triênio de 1966 a 1968*. O objetivo era instituir no decorrer do triênio (1966 a 1968) um amplo programa de assistência técnica, social e de crédito para acelerar a consolidação das zonas de colonização.

El Programa tiene como meta principal incorporar en el trienio 1966/68 a la producción agropecuaria nacional, 150.000 hectáreas de cultivos, distribuidas en especies agrícolas y forestales [...].

El logro de estas metas descansa sobre la acción productora de unas 40.000 familias agricultoras asentadas en las zonas de colonización y la asistencia técnica, económica y social que proporcionarán las instituciones que participan en la ejecución del Programa.

En el año 1966 se concentrará el esfuerzo sobre la asistencia a unas 20.000 unidades económicas, para aumentar en 1967 y 1968, en 10.000 explotaciones cada año, las que alcanzarán en el trienio a 40.000 explotaciones bajo el programa (IBR, 1966, p. 7, grifo do autor).

O informe trás dados sobre a quantidade de colônias e de estabelecimentos agrícolas até então existentes na zona de colonização na região oriental. Conforme o informe, o programa pretendia incidir sobre as colônias criadas ao longo de dois eixos de colonização: uma no leste, ao longo da rodovia Coronel Oviedo - Porto Presidente Stroessner; e, outra ao norte, Concepción – Horqueta - Pedro Juan Cabalhero e na rota Coronel Oviedo-Lima-Tacuatí-Ruta V (IBR, 1966).

Para o ano de 1966, a meta do programa era atender 30 colônias (14 no eixo norte e 16 no eixo leste) com cerca de 20 000 estabelecimentos agrícolas. O IBR ficara encarregado de organizar:

para el efecto un *Servicio de Asistencia Técnica y Social* que funcionará en casi todas las colonias incorporadas al Programa. Este servicio se integrará con el personal actualmente en operación en el campo, y un apreciable número de profesionales que serán contratados para el efecto. En el nivel de campo, el equipo se compondrá básicamente de un Agrónomo y un Asistente Social, los que tendrán como radio de acción una o dos colonias [...]. Se tendrá además, Supervisores Regionales en cada Eje y un Supervisor General, todos los cuales tendrán su sede en las propias zonas de operación, estando la central en la Ciudad de Coronel Oviedo, donde convergen los dos grandes Ejes de acción (IBR, 1966, p. 9).

O Serviço de Assistência Técnica e Social a ser criado pelo IBR teria a missão de prestar assistência técnica aos agricultores tais como: orientar as diferentes fases de produção das culturas recomendadas pelo IBR, instruir os agricultores para os métodos racionais de uso do solo, preparação e manejo das colheitas e auxílio para a comercialização (IBR, 1966, p. 9). Para prestar esses serviços, para o ano de 1966, o programa previa a necessidade de 19 assistentes sociais, 3 engenheiros agrônomos, 21 agrônomos e 21 médicos veterinários. Conforme o IBR destaca, um dos principais objetivos do programa seria mudar os hábitos e a destreza dos camponeses.

Para tanto:

[...] se emplean los métodos de enseñanza tradicionales utilizados en la educación de agricultores jóvenes y adultos, tales como las visitas individuales, charlas, proyecciones de películas, distribución de folletos, demostraciones de métodos y resultados sobre limpieza, preparación de terreno, siembra, carpidas, combate de plagas y enfermedades, cosecha, etc. Sin embargo, es menester mencionar que se ha dado mayor énfasis al método de visitas individuales al colono, debido a la poca disponibilidad de equipos y materiales educativos, así como al limitado conocimiento de los funcionarios en cuanto a otros recursos que pueden emplearse para lograr los cambios necesarios en los hábitos y destreza de los agricultores [...] (IBR, 1966, p. 35).

A maior parte dos estabelecimentos agrícolas teria no Serviço de Assistência Técnica e Social a única ajuda disponível, já que havia a previsão de atender com a assistência creditícia apenas 3 400 estabelecimentos, 17% do total das propriedades que seriam incorporadas ao programa no ano de 1966, localizadas em 15 colônias. No eixo norte seria atendido 5 colônias (Juan R. Chaves, Defensores del Chaco, Ex-Marengo, Ex-Friesland e o cinturão agrícola de Itacurubí del Rosario) e, no eixo leste, 10 colônias (Blas Garay, Domingo Montanaro, Caaguazú, Repatriación, Presidente Stroessner, Juan León Mallorquín, Félix de Azara, Puerto Presidente Stroessner e as colônias particulares de José Domingo Ocampo e Yguazú).

Nos anos seguintes, entre 1969 a 1974, a zona de colonização do eixo leste teve um novo plano de desenvolvimento intitulado *Proyecto de Desarrollo de las Colonias del Eje Este*. Esse projeto contou com a cooperação do IICA e, no Paraguai, envolveu o MAG, IBR e BNF.

Em 1976, o IICA (1976) publicou um informe sobre sua experiência na participação desse projeto. Conforme esse informe, o desenvolvimento das colônias do eixo leste era a prioridade do IBR. De nossa parte, a escolha do eixo leste foi em função do clima e da qualidade das terras da região, de origem basáltica, que tornava a região apta para a cultura da soja. Ao passo que os solos do eixo norte eram majoritariamente arenoso, impróprio para o desenvolvimento daquela cultura.

A ação do projeto abarcava especialmente os seguintes programas: produção agropecuária e assistência técnica, com o objetivo de incentivar principalmente a introdução da soja, que tinha boas possibilidades de exportação, além de aumentar a produção das culturas tradicionais como o algodão e o tabaco; programa de crédito, organizado pelo BNF; e, programa de comercialização, de encargo do IBR.

Uma das informações mais importantes presente no informe (IICA, 1976) diz respeito a titulação das terras. Em 1975, das quatro principais colônias do eixo leste, Repatriación,

General Stroessner, Santo Domingo e Juan León Mallorquín, de um total de 3 mil e 633 lotes, somente 500 haviam sido titulados, ou seja, menos de 14% dos agricultores teriam condições de conseguir acesso ao crédito do BNF.

Essa precariedade com que os camponeses se fixaram nas colônias, via assentamento efetuado pelo IBR ou de forma espontânea, é confirmada pelo Censo do IBR realizado nas colônias em 1974 e analisados por Alberto Alegre (1976), funcionário do IICA.

Alegre (1976) analisou especificamente o caso das colônias Repatriación, General Strossner e Mallorquín, colônias modelo do eixo de colonização leste. Conforme a tabela 7, que apresenta os dados do Censo de 1974 do IBR, citado pelo autor, até a data de realização do censo, nas três colônias havia 3 433 lotes de terras, nos quais viviam 2 405 famílias ou 22 mil e 992 pessoas. Entretanto, dessas famílias, depois de passados mais de uma década do estabelecimento das colônias, apenas 373 lotes haviam sido titulados pelo IBR, ou seja, apenas 18% dos colonos haviam recebido o título de propriedade e, portanto, estavam aptas para conseguir créditos agrícolas do BNF; enquanto que o restante das famílias continuava apenas com o direito de posse, o que não lhes assegurava nenhuma assistência creditícia por parte do BNF.

Tabela 7: Proporção de proprietários e ocupantes nas três maiores colônias do IBR, no eixo de colonização leste

| Colônias | Total de Lotes | Proprietários | Ocupantes |
|----------------------|----------------|---------------|-----------|
| Juan León Mallorquín | 1.337 | 204 | 725 |
| General Stroessner | 564 | 107 | 304 |
| Repatriación | 1532 | 62 | 1.032 |
| Total | 3.433 | 373 | 2.061 |

Fonte: Censo do IBR de 1974 (ALEGRE, 1976).

Alberto Alegre (1976) não citou a questão da assistência técnica prestada pelo IBR aos camponeses, talvez porque o Censo de 1974 realizado pelo IBR não o tenha abordado. Mas, é provável que somente os estabelecimentos titulados e que adquiriram empréstimos do BNF tenham tido algum tipo de assistência técnica, cuja relação havia sido suspeitada já nos dados

disponíveis da década de 1960, conforme analisamos.

Ao comparar o Censo de 1970 com os dados da década de 1960, conforme já analisamos, não se verifica praticamente nenhuma evolução tanto na questão da titulação da terra nem em relação à assistência técnica. Não poderia ser diferente o fato de a produção nas colônias ainda continuar sendo basicamente de subsistência, como de fato confirma o Censo de 1974 do IBR.

Isso porque, de acordo com o número das famílias recenseadas nas colônias Repatriación, Mallorquín e General Stroessner: 41% cultivavam em menos de 2 ha, 16% em 2 ha, 23% em 3 ha e 19% plantavam 4 ha. Essa pequena quantidade de terras que cada família cultivava se reflete na pouca atividade comercial dos produtos agrícolas, dado que 68% dos produtores recenseados não vendiam nada. Dos que comercializavam alguma coisa, quase 70% vendiam no próprio estabelecimento e o restante no povoado mais próximo.

Um assunto importante que deve ser notado no Censo de 1974 do IBR é a questão da concentração das terras nas colônias oficiais criadas pelo IBR. Ao confrontar os dados da tabela 7, percebe-se que há nas três colônias citadas 3 433 lotes ocupados não por um número proporcional de famílias, mas por 2 434, somando as proprietárias e ocupantes. Existe, portanto, uma diferença de 999 lotes a mais em relação à quantidade de famílias estabelecidas nas colônias. A explicação para isso seria a venda, sobretudo, do direito de posse ao vizinho, provavelmente um proprietário com o título de seu lote já em mãos, melhor sucedido.

Em relação à produção agrícola nas colônias, o Censo de 1974 (ALEGRE, 1976) mostrou que a mandioca, o milho e o feijão continuavam sendo as culturas de subsistência mais cultivadas; o algodão e o tabaco também permaneciam as principais culturas produzidas para o mercado. Nas colônias do IBR, eram raros os agricultores que cultivavam a soja.

Esses foram os dados que conseguimos obter sobre as colônias do IBR. Eles mostram que, passados mais de 10 anos de criação das primeiras colônias e de fundação do IBR, o programa de colonização da ditadura de Stroessner ainda não havia beneficiado os camponeses paraguaios. O próprio deslocamento dos camponeses da região central em direção às zonas de colonização da região leste se deu de forma espontânea, sem nenhum plano de colonização por parte do IBR.

Essa migração interna era motivada – conforme já apontava a pesquisa do IICA realizada na Colônia Mallorquín no ano agrícola de 1963/1964 (GOMES, 1964) e, posteriormente, reforçada por Alegre (1976) – pelas melhores possibilidades de sobreviver na região leste do que nos locais de origem, na região central.

Se, de um lado, as evidências apontam para a inexistência de um programa de

colonização que efetivamente tenha beneficiado os camponeses paraguaios, com o acesso a terra, bem como da prestação de assistência técnica e creditícia. Por outro, analisar-se-á a seguir alguns informes do Presidente do IBR, Juan Manuel Frutos, nos quais o autor tenta inculcar que o governo ditatorial promoveu o Bem-Estar Rural dos camponeses paraguaios, por meio da realização de um amplo programa de reforma agrária dita pacífica.

3.2 O discurso da reforma agrária na Era Stroessner

Para entender o discurso da reforma agrária na ditadura de Stroessner, utilizamo-nos de algumas publicações daquele que esteve no comando do IBR. Trata-se de Juan Manoel Frutos, que fora ex-presidente do país e era deputado nacional quando participou do Seminário de 1958, no qual se definiu as principais linhas políticas dos programas de colonização a serem criados na região leste. Em Julho de 1979, o Presidente do IBR participou de uma Conferência que se realizou em Taipei, na China. Na ocasião, Frutos proferiu um discurso sobre a reforma agrária que estaria em curso no Paraguai. A fala foi publicada sob o título *Bienestar Rural: Base del Desarrollo Nacional*.

Além disso, na Resolução Nº 517, de 11 de setembro de 1985, o Presidente do IBR lançou o Programa *Por 1.000.000 de Propriedades para 1.000.000 de Felices Proprietarios*. O objetivo era comemorar o centenário do Partido Colorado, em 1987, simultaneamente à criação de 1 milhão de propriedades, urbanas e rurais. Analisamos também um texto de divulgação desse programa de autoria de Frutos, de 1985, intitulado *Un millon de propiedades para un millon de felices propietarios*.

Conforme pontua o Presidente do IBR, para chegar ao chamado bem-estar rural, o governo ditatorial de Alfredo Stroessner teria promovido a realização de um amplo programa de reforma agrária, que teria promovido a democratização do acesso a terra no país:

la tierra constituye la principal riqueza del país. Es así que la *Reforma Agraria fue identificada como punto de partida para una acción multiplicadora del desarrollo*, por lo cual, la Reforma Agraria como instrumento para el Bienestar Rural ha merecido la máxima prioridad en los planes de desarrollo del actual Gobierno nacional (FRUTOS, 1979, p. 14, grifo do autor).

Para destacar ainda a importância da reforma agrária no regime de Stroessner, o líder do IBR destacara ainda, além das leis editadas no início da década de 1960, conforme já abordamos, a consagração constitucional da reforma agrária na Constituição de 1967, que

reservou um capítulo específico para o assunto.

O suposto êxito do processo de implantação da reforma agrária teria, conforme o discurso oficial, despertado o interesse dos organismos internacionais de financiamento, como o Banco Mundial e o BID, “los cuales actualmente participan en la financiación de los numerosos proyectos específicos de desarrollo rural integrado, que se vienen ejecutando en varias áreas de Reforma Agraria y que, lograrán acelerar el alcance de los objetivos del Bienestar Rural” (FRUTOS, 1979, p. 23).

Além do financiamento, os programas de assistência técnica do IBR também teriam contado com a cooperação internacional.

Centenares y miles de técnicos prestan asistencia técnica en el terreno, en la misma chacra, a los productores rurales. *Un ejército de Ingenieros, Agrónomos, Veterinarios, Extensionistas Sociales, etc., llevan los beneficios de la asistencia técnica a los modestos productores, permitiéndoles aumentar substancialmente su producción con menor esfuerzo* (FRUTOS, 1979, p. 26, grifo nosso).

A quantidade de famílias assentadas e de títulos expedido aos agricultores, bem como o aumento da produção agrícola, segundo Frutos (1979), demonstrariam que os programas de colonização colocados em prática entre os anos de 1960 a 1978 tiveram excelentes resultados e que, portanto, a promessa do bem-estar rural dos camponeses paraguaios havia sido cumprida.

Como consecuencia de la aplicación de estos programas y proyectos, se ha podido beneficiar a 230.000 familias paraguayas, que representan el 44% de la totalidad y que conocen hoy la magnífica realidad de trabajar en tierras fértiles a las que no tuvieron anteriormente. Este proceso ha representado la transferencia de más de 8.000.000 de hectáreas fiscales y privadas en beneficio del productor agrario, que conforman el 20% de la superficie del país (FRUTOS, 1979, p. 22).

Ao longo de 25 anos (1954 a 1979), conforme outra fonte de Duarte Frutos (1985), o governo ditatorial de Stroessner teria criado 400 000 novos propriedades urbanas e rurais. Mais da metade desses novos imóveis seriam rurais, pois, em 1950, existiam ao todo 142 618 imóveis, sendo as propriedades rurais apenas 16 500, ao passe que, em 1979, esse número teria saltado para 236 134 propriedades rurais que pagavam impostos.

Esse significativo aumento das propriedades, tanto rurais como urbanas, continua Frutos (1985), se refletiu na criação de 69 novos municípios, 661 novas colônias, 152 campos comunais e da incorporação de mais de 10 mil hectares à produção agropecuária entre 1960 a

1985.

Para ilustrar o suposto êxito da política agrícola do governo Strossner, Frutos (1985) citara o aumento da produção de algodão, tabaco e a soja. Segundo o presidente do IBR, como consequência do aumento da área explorada, em 1970, a produção de algodão teria sido em torno de 37 500 toneladas, ao passo que, em 1979, ao redor de 284 mil toneladas; em 1969, havia sido cultivada 9,1 mil toneladas de tabaco, em 1979, havia subido para 52 mil toneladas; e, a produção total da soja na safra de 1979 foi de 400 mil toneladas, o que teria representado um aumento de 431% em relação a produção de 1971.

Em suma, os informes divulgados pelo presidente do IBR (FRUTOS, 1979; 1985) apresentam, como resultados dos programas de colonização, de assistência técnica e creditícia do IBR e do BNF, uma grande transformação na questão da distribuição da propriedade da terra na região leste do Paraguai. Como decorrência da marcha para o leste, não se pode questionar o fato de que, a partir da década de 1960, centenas de colônias foram abertas, onde os camponeses fixaram moradia majoritariamente como ocupantes. Mas, por outro lado, é importante questionar quem de fato foram os maiores beneficiários da marcha para o leste no Paraguai.

Segundo Frutos, a reforma agrária no país teria as seguintes características:

a) UN PROCESO, en que una etapa cumplida, es la base para preparar y ejecutar otra etapa superior; b) ES REVOLUCIONARIA, porque opera profundos cambios de estructura al extremo de transferir el poder económico y social de una minoría en beneficio de las mayorías populares; c) *ES PACIFICA*, porque se ejecuta en el marco de la Paz y con la Ley como instrumento, en que se respecta la dignidad humana y la propiedad privada; d) *ES NACIONALISTA*, porque más de 97 por ciento de los beneficiarios son paraguayos. Se ejecuta con mentalidad paraguaya y por técnicos y funcionarios inspirados en la esencia de la nacionalidad; e) *ES ANTIOLIGARQUICA*, porque el cancelarse los privilegios de una minoría plutocrática, se beneficia al pueblo en general y, principalmente al campesino paraguayo. Esa minoría plutocrática es cancelada en sus privilegios por los Principios redentores de la justicia Social que se plasmaran en la Constitución Nacional y las Leyes Sociales (FRUTOS, 1985, p. 47, grifo nosso).

Dessas características, gostaríamos de comentar especificamente os conceitos *pacífica* e *nacionalista* da reforma agrária empreendida pela ditadura de Alfredo Stroessner destacadas por Manuel Frutos. O primeiro conceito destacado quer transmitir a ideia de que, para transformar a estrutura de posse da terra, não se precisou desapropriar nenhuma propriedade rural na região leste. Sobre isso, vale recordar sobre as recomendações do Seminário de 1958, especificamente a proposta do próprio Manuel Frutos, que havia sugerido *forçar* o

parcelamento das propriedades maiores.

Os grandes proprietários da região leste, que supostamente seriam atingidos se a proposta de Frutos fosse levada adiante, estavam representadas no Seminário e, curiosamente, não teriam se colocado contra tal iniciativa. Para Doria (2010), o estabelecimento de colônias, na verdade, valorizava as terras da região leste, cujos proprietários haviam se lançado aos negócios imobiliários desde a década de 1950. Vale lembrar que esses latifundiários também haviam reivindicado, no Seminário sobre a Reforma Agrária de 1958, modificações na legislação no sentido de permitir a venda de terras à agricultores estrangeiros. Portanto, a reforma agrária de Alfredo Strossner, na verdade, foi “pacífica” porque não contrariou os interesses dos latifundiários no país, muitos deles estrangeiros. Pelo contrario, foram os próprios detentores das terras que realizaram a reforma agrária de que fala Juan Manuel Frutos, ou seja, não houve reforma agrária alguma no Paraguai.

O segundo caráter da reforma agrária que destacamos, ou seja, o conceito *nacionalista*, não passa de um discurso que visara disfarçar a expressiva presença de capital e mão de obra brasileira no Paraguai. Além disso, é pouco provável que a ditadura de Stroessner de fato levava em conta, na política de marcha para o leste, o propagandeado bem-estar rural da população camponesa paraguaia. Os elementos para fazer esse questionamento podem ser retirados do próprio discurso do Presidente do IBR.

Actualmente, el 58% de la producción agropecuaria exportable del país, se genera en las áreas de reforma agraria. Y debe consignarse que entre los principales rubros agrícolas figura la *Soja* cuyo creciente cultivo obedece a la ejecución de la Reforma Agraria. Además de este rubro, el agricultor paraguayo produce en su finca, Algodón, tabaco, caña de azúcar, trigo, así como porotos, maíz, arroz, girasol, menta y otras variedades que le permiten evitar una dependencia exclusiva de la suerte de un solo producto (FRUTOS, 1979, p. 27, grifo do autor).

Entretanto, conforme nossa análise feita anteriormente sobre as colônias do IBR, constatamos que, até meados da década de 1970, as culturas da soja, trigo e menta praticamente não eram cultivadas nas principais colônias do IBR. Conjeturamos de que os milhares de títulos de terra emitidos pelo IBR e os créditos agrícolas do BNF, anunciados por Manuel Frutos (1979; 1985), na verdade não foram em benefício dos camponeses paraguaios. A quase ausência de serviços como a assistência técnica e creditícia nas colônias do IBR (embora Frutos fale de exército de agrônomos, etc.) reforça a hipótese.

3.3 A política de incentivo à entrada de capital e de mão de obra brasileira no Paraguai

A despeito do discurso em contrário, no fundo, o governo ditatorial no Paraguai considerava os camponeses nacionais incapazes de levar adiante o projeto de expansão da fronteira agrícola baseada na absorção das modernas tecnologias de produção. Com a política de aproximação das relações bilaterais com o Brasil, aprofundadas e consolidadas no governo de Stroessner, não é difícil concluir que o ditador paraguaio tinha o interesse na imigração dos agricultores eurobrasileiro.

Souchaud (2007) e Menegotto (2004) propõem que as políticas de transferência de camponeses da região central para as novas zonas de colonização no leste, durante as décadas de 1960 e 1970, elaborados pelo IBR (1966; 1976) e propagandeadas por seu Presidente (FRUTOS, 1979; 1985), conforme analisamos, no fundo foi utilizada como pretexto para camuflar a “brasileirização” (ou perda da soberania nacional, conforme a oposição de Stroessner) das terras situadas na Região Leste do país, provocada pela entrada massiva de imigrantes brasileiros.

Mesmo com todo aquele discurso nacionalista da reforma agrária feito pelo presidente do IBR, conforme vimos, outros membros de alto escalão do governo paraguaio não condenavam a entrada de brasileiros (tanto aqueles em busca dos promissores negócios imobiliários quanto de pequenos agricultores à procura de um pedaço de terra para plantar) no país, pelo contrário, consideravam essa imigração como o único caminho disponível para o desenvolvimento da região extremo oriental.

Podemos confirmar isso na opinião do General Marcial Samaniego, então gestor de um dos mais importantes ministérios do país, justamente o da Segurança Nacional. Para o general, “o Paraguai precisava de ‘gente, capital e tecnologia’. Para que, então, o Paraguai deveria ter medo do Brasil [...]. [a] agressão não é característica dos brasileiros” (MENEZES, 1987, p. 154).

Outro militar paraguaio, o capitão Alberto Fernandez, também defendeu a presença de brasileiros no país. Segundo afirmação dada à Revista Veja, o Paraguai, ao desejar a vinda desses agricultores, estava fazendo o que o próprio Brasil já fizera quando incentivou a imigração de camponeses da Europa. Segundo o capitão, “o presidente Alfredo Stroessner fez uma profunda alteração na política exterior de nosso país [...]. É uma questão de experiência e, como dizem os americanos, de know-how” (VEJA, 3 mar. 1971).

Na verdade, o próprio presidente do IBR afirmara que o Paraguai precisava do trabalho dos imigrantes brasileiros. Conforme matéria da Revista Veja de 1975, Frutos,

“como presidente do IBR, a 15 anos responsável pela política agrária do país. Segundo ele, os brasileiros ‘são homens de trabalho, com enxadas e tratores, e não aventureiros. O Paraguai precisa deles’ (VEJA, 24 set. 1975).

Portanto, a emigração de capital e de força de trabalho do Brasil para o Paraguai serviu, de um lado, ao regime de Stroessner, que via nos camponeses brasileiros a força de trabalho ideal para a transformação do país em um grande produtor agrícola; e, por outro, os incentivos que o governo paraguaio deu a essa imigração satisfazia não só o interesse individual dos empresários, interessados principalmente nos negócios imobiliários e na exploração da madeira; mas também dava uma nova esperança aos “colonos” brasileiros que viam na ida ao Paraguai uma nova oportunidade de acesso a terra.

Reportagem da Veja de 1975 sintetizou exatamente o que a imigração brasileira no Paraguai representava na década de 1970: “Para a oposição paraguaia, a presença brasileira é uma ameaça. Para o governo, um fator básico ao desenvolvimento do país. Para os brasileiros [diga-se fazendeiros e empresários] um excelente negócio – e, no caso dos menos dotados de recursos, uma oportunidade que não têm em seu próprio país” (24 set. 1975).

Para “atrair” os brasileiros, além de incluir os estrangeiros como beneficiários do Estatuto Agrário, conforme já vimos, o regime de Stroessner se utilizou ainda de outros mecanismos, como a concessão de créditos agrícolas do BNF aos imigrantes com terras escrituradas e a manutenção de impostos baixos (CHIAVENATO, 1980; CEP, 1985;).

Conforme já vimos, no Brasil também existia os créditos agrícolas subsidiados. Entretanto, no Paraguai, conforme explicara Alfredo da Mota Menezes (1987), o tempo de carência e o tempo para quitar os empréstimos eram mais longos e ainda com juros menores, praticamente a metade do que era cobrado no Brasil. Em 1977, por exemplo, enquanto, no Brasil, as taxas variavam entre 22% a 24%, com 1 ano de carência e 4 anos para pagar. No Paraguai, os juros caíam para 13% ao ano, com 3 anos de carência e 5 anos para pagar.

Domingo Laino analisou a política de crédito do BNF que beneficiava os imigrantes brasileiros:

Os empréstimos são outorgados para financiar o desmatamento, cuidados de plantio, colheita e equipamento. Quando os empréstimos são destinados às tarefas de desmatamento, à compra de máquinas ou ao capital de trabalho, os prazos vão até cinco anos, pagos em 5 cotas anuais; nos outros casos, os prazos vão de seis a oito meses, e os pagamentos são feitos no final de cada período. Os juros são de 12%, a comissão é de 1% e há uma hipoteca como garantia. O limite máximo do empréstimo é de 750 mil guaranis, para os pequenos e médios agricultores. Em 1974, o Banco Nacional de Fomento outorgou empréstimos de caráter agropecuário, num montante aproximado de 325 milhões de guaranis – cerca de 2,5 milhões de dólares (1979, p. 214).

Os recursos administrados pelo BNF eram provenientes de empréstimos externos, do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. De acordo com o Presidente do IBR (FRUTOS, 1979; 1985), esses empréstimos estariam sendo usados para a reforma agrária em benefício dos camponeses paraguaios. Contudo, esse crédito somente era concedido à agricultores que possuíam o título de sua propriedade e que produzisse as culturas demandadas pelo mercado externo, principalmente a soja.

Por outro lado, vimos que nas colônias do IBR eram poucos os beneficiados que conseguiam o título da propriedade. A maior parte dos camponeses paraguaios somente tinham em mãos um direito de posse. Sem o título, os camponeses não podiam oferecer a hipoteca do lote ao BNF como contrapartida aos empréstimos; conseqüentemente, ao contrario do que diz Manuel Frutos (1979; 1985), os camponeses nacionais não foram beneficiados pelo crédito agrícola. Na verdade, os imigrantes brasileiros, especificamente àqueles que conseguiram comprar terras e receberam as escrituras, foram os maiores favorecidos pelos empréstimos do BNF.

Quanto a manutenção de impostos baixos, Menezes (1987) observou que a carga tributário no governo de Alfredo Stroessner era baixa, pois virtualmente não existia o imposto de renda, os impostos sobre a terra eram irrisórios e, especialmente, não havia o confisco que havia no Brasil sobre a soja exportada.

Tudo isso refletia no preço pelo qual os agricultores recebiam (bem melhor em relação ao valor recebido no Brasil) pelas sacas de soja e demais cultivos no Paraguai. Isso era mais um fator atrativo à emigração para o país vizinho.

O apoio do governo de Stroessner à ida de brasileiros para o país ajuda a explicar a sorte das duas frentes de colonização iniciada em meados de século XX no Paraguai: uma dos camponeses paraguaios em direção ao leste e outro dos imigrantes brasileiros em direção ao oeste.

3.4 A dinâmica das duas frentes de colonização

Conforme já vimos, nos informes do IBR (1966) e de seu Presidente (FRUTOS, 1979; 1985), foram apresentadas a transferência de uma quantidade significativa de camponeses da região central e que teriam sido assentados nas colônias criadas na nova zona de colonização na região leste do país. Contudo, com o tempo, o simples assentamento dos camponeses em um pedaço de terra revelou insuficiente para mantê-los na colônia. Segundo Sylvain

Souchaud (2007), até o ano de 2002, eram raras as colônias do IBR que tinham conseguido subsistir e as poucas que ainda sobraram eram visivelmente decadentes.

As causas dessa situação das colônias do IBR estava diretamente relacionada à falta de créditos para financiar a produção agrícola, pois o camponês que não tinha o título de propriedade da terra, além de não poder ser incluído nos programas de crédito do BNF, não conseguia também contrair obrigações legais com terceiros, deixando-o sem opção para iniciar uma produção (CIPAE, CPES, 1995).

Nesse impasse, o intermediário, aquele que compra a produção do camponês, surge inicialmente como salvação. Ele financia a subsistência do camponês bem como a produção, para receber na colheita. Em troca exigia a fidelidade do produtor na comercialização da safra. Ao vender compulsoriamente a produção ao intermediário, além de receber preços inferiores aos praticados no mercado, qualquer problema que ocorresse na produção, essa dívida se tornaria impagável, o que representava a perda da terra.

Além dos problemas já apontados com a emissão dos títulos de propriedade aos assentados pelo IBR e em consequência disso, a falta de créditos agrícolas do BNF, procuramos mais explicações sobre as causas da decadência e do desaparecimento de muitas das antigas colônias do IBR. Nesse sentido, encontramos outras hipóteses, tais como a queda nos preços do algodão e tabaco, deficiência institucional do IBR, os problemas de colonização e loteamento e a dispersão das colônias uma das outras.

A queda nos preços locais e internacionais do algodão e do tabaco na década de 1970 teria afetado profundamente a sobrevivência dos camponeses paraguaios nas colônias. Conforme já apontamos, a produção comercial que os camponeses paraguaios mais se dedicavam eram precisamente as lavouras de algodão e tabaco e, portanto, qualquer crise do setor poderia afetar o desenvolvimento das colônias criadas pelo IBR.

Mas, apesar de coerente, devemos tomar cuidado com essa explicação, por dois motivos: de um lado, conforme apontamos, até meados da década de 1970, a maior parte dos camponeses paraguaios dedicavam-se principalmente às culturas de subsistência e, por outro, o algodão também era uma cultura bastante cultivada pelos camponeses brasileiros imigrantes no Paraguai, podendo igualmente serem afetados.

Conforme o acompanhamento do CIPAE e CPES (1995), as deficiências mais graves do IBR foram: a propina que grande parte de seus funcionários exigiam para realizar os trâmites com maior agilidade; não emissão de recibos legais; cobrança indevida dos agentes departamentais ou regionais pela assinatura de formulários de solicitação de terras; o agrimensor nem sempre seguia o plano original de loteamento, aumentando muitos lotes, em

troca de propinas, em detrimentos de outros lotes que viam seu tamanho serem reduzido; e, não existia nenhuma comunicação e coordenação entre os departamentos administrativos do IBR instados nas principais colônias.

Quanto às colônias do IBR, além de serem instaladas em regiões afastadas, foram criadas em locais isolados umas das outras, o que dificultava a comunicação entre elas, que, junto à falta de associações voluntárias, tornava difícil a integração interna das novas colônias (CEP, 1985). No caso dos colonos brasileiros, a prática de ajuda mútua entre parentes e vizinhos ou a associação em cooperativas pode ter sido crucial para a ascensão socioeconômica de uns ou a sobrevivência de outros.

Em suma, todos os fatores citados, de um jeito ou de outro, contribuíram para a debilidade da colonização oficial no Paraguai.

Nesta situação política e econômica das colônias, restam ao camponês, a longo prazo, as seguintes alternativas: ou se torna um malandro que explora e atraiçoa os companheiros [os espíões de Stroessner]; ou, depois de ter feito as roças e deixar a terra pronta para o cultivo, vende o lote a seu 'patrão', o intermediário, e trabalha para ele como peão; ou, finalmente, se muda para uma nova colônia, esperando talvez melhor sorte (EQUIPE EXPA, 1987. p. 66).

Um exemplo típico dessa situação é o caso da Colônia Blas Garay, uma das primeiras da reforma agrária, onde "há ruas nas quais a metade dos lotes já está nas mãos de uma só pessoa, por causa deste processo de endividamento" (EQUIPE EXPA, 1987. p. 66). Disso deriva uma das principais críticas ao modo como se processou a colonização oficial, pois muitos camponeses, sem o apoio técnico e creditício do governo paraguaio, acabaram vendendo seus direitos (o título não tinham) e se deslocaram para novas áreas (CEP, 1985). Conforme já apontamos, desde os primeiros anos de criação das primeiras colônias, os pequenos produtores empobrecidos vendiam seus direitos de ocupação, geralmente ao intermediário, conforme apontado pela Equipe Expa (1987).

Mas, posteriormente, essa prática se estendeu quando os sojicultores brasileiros, ávidos em aumentar seus negócios no país, passaram a comprar lotes nas colônias do IBR. Isso tem como consequência a expansão da soja para perto das comunidades camponesas paraguaias, provocando o envenenamento dessas pessoas e a contaminação dos recursos hídricos. Aí reside um dos principais agravos dos conflitos existentes atualmente entre os camponeses paraguaios e os médios e grandes agricultores brasileiros no Paraguai.

CAPÍTULO 3

A LUTA DOS “BRASIGUAIOS” PELO ACESSO À TERRA

4.1 A emigração de agricultores brasileiros para o Paraguai

Vimos no primeiro capítulo que, tanto na frente de colonização na região norte quanto no sudoeste/extremo oeste paranaense, parte expressiva dos migrantes que se deslocaram para esses locais, entre meados do decênio de 1940 até inícios da década de 1970, não conseguiram comprar seu pedaço de terra no Paraná.

Ao menos no que se refere ao caso dos brasiguaios, parte significativa dessa população de camponeses não conseguiu o acesso a terra na condição de proprietários nas duas frentes de colonização ditas “modernas” no Paraná. Mesmo aqueles que conseguiram adquirir algum lote, o tamanho da propriedade dificilmente ultrapassava as cinco ou 10 hectares; ou seja, se somarmos aqueles camponeses que não tiveram sucesso no financiamento e quitação de uma pequena propriedade mais aqueles que conseguiram um lote pequeno de mais, seguramente podemos afirmar que foram milhares os *colonos* ou *peões* que não tiveram êxito no empreendimento realizado no estado.

Não nos interessa a contenda historiográfica de quem conseguiu mais êxito no Paraná, entre, de um lado, os nortistas e mineiros, que acompanharam a rota do café no norte durante as décadas de 1940 e 1960 e, por outro, os *colonos* sulistas no oeste. Relevante é o fato de que nos dois grupos de migrantes é elevada a quantidade de pessoas que conseguiram o acesso à terra somente na condição de arrendatários, trabalhadores de *empreitadas*, colonos, parceiros ou como posseiros. É nesse fato que se encontra as bases da imigração brasileira no Paraguai.

Após conseguir o acesso a terra no Paraná na forma acima elencada, posteriormente, por meio de alguns anos de trabalho, seguido de boas safras e preços, possivelmente dava para adquirir uma pequena propriedade de terra, tanto nas frentes de colonização no oeste como no norte. Mas, vale lembrar que na maioria dos casos era insuficiente para a reprodução social da família, principalmente quando a produção agrícola se modernizou a partir da década de 1970.

Por si só, a quantidade de famílias que foram “forçadas” a deixar o estado, sobretudo na década de 1970, conforme visto anteriormente, já é mais que suficiente para termos uma explicação menos positiva do acesso à terra no decorrer da colonização “moderna” no Paraná.

Sobre as condições em que se deu o acesso à terra nas frentes de colonização no norte e no oeste, concordamos com a análise de Márcia Anita Sprandel. Para essa autora, de modo geral, as famílias chegavam ao estado buscando “arrendamentos; posses; trabalho assalariado como *peão* ou como *bóia-fria*; passam por períodos de atividades tipicamente urbanas; trabalham provisoriamente em terras de parentes já estabelecidos; sempre objetivando o acesso as suas próprias terras” (1992, p. 227-228).

Por outro lado, aqueles agricultores que possuíam um pequeno capital, no mais das vezes proveniente de herança, é provável que tenham conseguido desde o início se instalar no Paraná em uma propriedade sua, com possibilidades razoáveis de progredir; do contrário, a aquisição de propriedades rurais dependeu de boas colheitas e de bons preços em terras arrendadas ou mesmo financiadas pelas companhias colonizadoras e dificilmente acima das 10 hectares.

Foi nessas condições que essa população teve de lutar pela sobrevivência no meio rural paranaense. O resultado inevitável foi a extinção de muitas pequenas propriedades já nos primeiros anos após a introdução do plantio da soja e cultura conexas (de trigo, milho, etc., chamadas de “safrinha” ou “entre safra”). É verdade que nem todas as pequenas propriedades foram incorporadas as médias e aos grandes estabelecimentos rurais. Mas, somente conseguiram sobreviver mediante a migração de uma parte da família.

A situação dos arrendatários/parceiros foi ainda mais difícil do que a dos pequenos lavradores proprietários. O plantio mecanizado da soja passou a englobar todas as terras que anteriormente estavam disponíveis para esses tipos de contratos.

Assim, aos posseiros expulsos de suas terras pelas companhias colonizadoras, aos filhos das famílias pequeno proprietárias ou mesmo a família toda, aos arrendatários, parceiros, etc., a única saída para a sobrevivência era a migração. Pois, a essa população de camponeses, o direito de ficar no Paraná foi-lhe negado, mas os possíveis destinos eram vários; cada família de desenraizados podia “escolher” o rumo que queria tomar. Suas escolhas estavam restritas entre o trabalho assalariado na cidade ou aos poucos postos de trabalhos que restaram no campo após a modernização da agricultura, a maioria na condição de “boia-fria”. Quem ainda almejasse trabalhar por “conta própria” no campo restava a emigração rumo às novas fronteiras agrícolas.

Fora do Paraná, o destino eleito pela maior parte dos trabalhadores paranaenses foi o Estado de São Paulo, seguida pelos Estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, dentre outros.

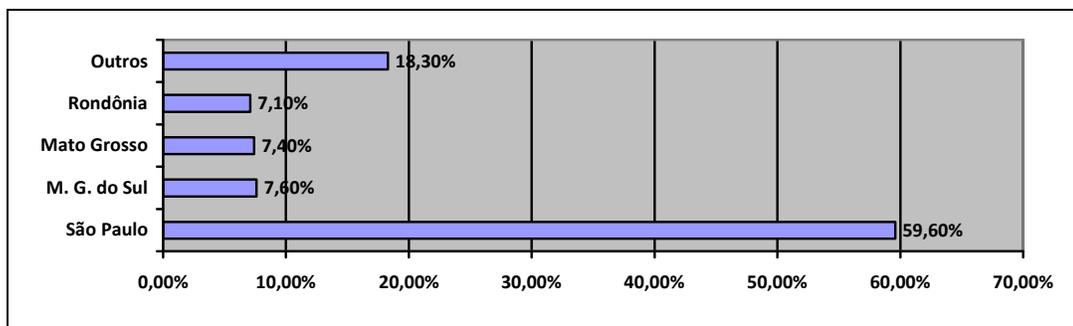


Gráfico 1: Destinos da população que saiu do Paraná: 1980
Fonte: CEM (1986, p. 42).

Além dos já mencionados, deve-se acrescentar ainda aquela população que optou por emigrar em direção a fronteira agrícola localizada no Paraguai, cuja luta pela terra naquele país foi o tema eleito para a nossa pesquisa. O movimento migratório de brasileiros para o Paraguai se iniciou em meados da década de 1950, concomitantemente com a ascensão do General Alfredo Stroessner ao poder, em 1954, e permaneceu tímido até o final do decênio de 1960. As maiores ondas migratórias ocorreram no decorrer da década seguinte, de 1970, atingindo-se o pico entre os anos de 1975 a 1979. Nos anos posteriores, a entrada de mais brasileiros no Paraguai começou progressivamente a declinar. Podemos visualizar essa tendência no Gráfico 2, que fora resultado de uma investigação feita em 1984 com 304 famílias brasileiras no Departamento de Alto Paraná,.

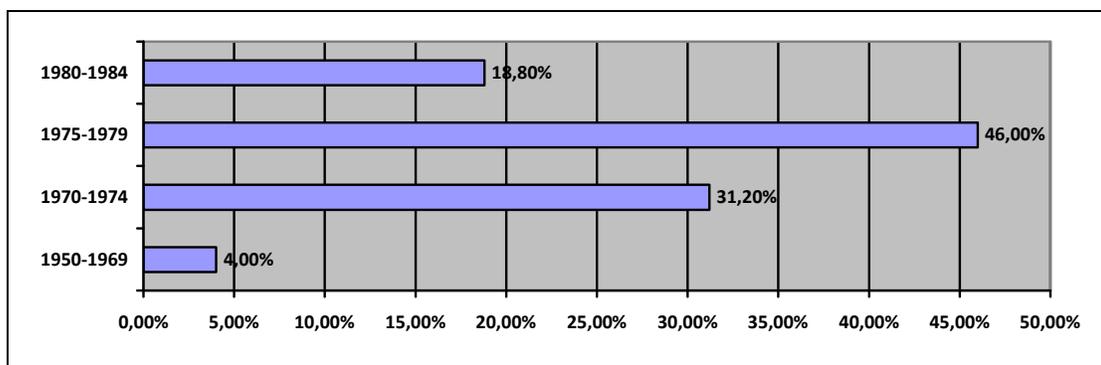


Gráfico 2: Período de chegada dos brasileiros ao Paraguai
Fonte: CEM (1986, p. 76).

A fim de explicar a intensidade da emigração para o Paraguai entre os anos de 1975-1979, podemos elencar duas razões. Uma trata-se da geada de 1975 que quase completara o processo de erradicação dos cafezais no norte do Paraná. Vimos, no primeiro capítulo, que os programas de erradicação do café já haviam sido implementados há mais de uma década, em relação à geada de 1975, mas foi essa geada que definitivamente acabou com o ciclo da

economia cafeeira paranaense. A consequência mais imediata foi a substituição dessa cultura pela lavoura mecanizada da soja, liberando uma imensa quantidade de mão de obra.

Uma parte dessa população seguiu rumo ao Paraguai, alguns tiveram primeiro uma experiência anterior no extremo oeste do Paraná. Outro motivo fora que, no caso do sudoeste/extremo oeste paranaense, o processo de extinção das pequenas propriedades (menos do que 10 ha) se iniciara a partir de meados da década de 1970, conforme vimos no primeiro capítulo.

Os fatores que causaram a imigração de agricultores brasileiros continuaram a se manifestar na década de 1980. Nesses anos, diminuiu-se ainda mais a quantidade de terras disponíveis para os contratos de arrendamento, conforme a mecanização progredia, mais mão de obra no campo era dispensada e, mais lotes diminutos eram anexados às médias e grandes propriedades. Parte dessa população continuou a “sonhar em adquirir um pedaço de terra” emigrando em direção à outra fronteira agrícola, como no caso do Paraguai. O Censo Demográfico paraguaio de 1992 revelou que a ondas imigratórias de brasileiros em direção ao país manteve sua intensidade em toda a década de 1980, conforme vê-se no Gráfico 3.

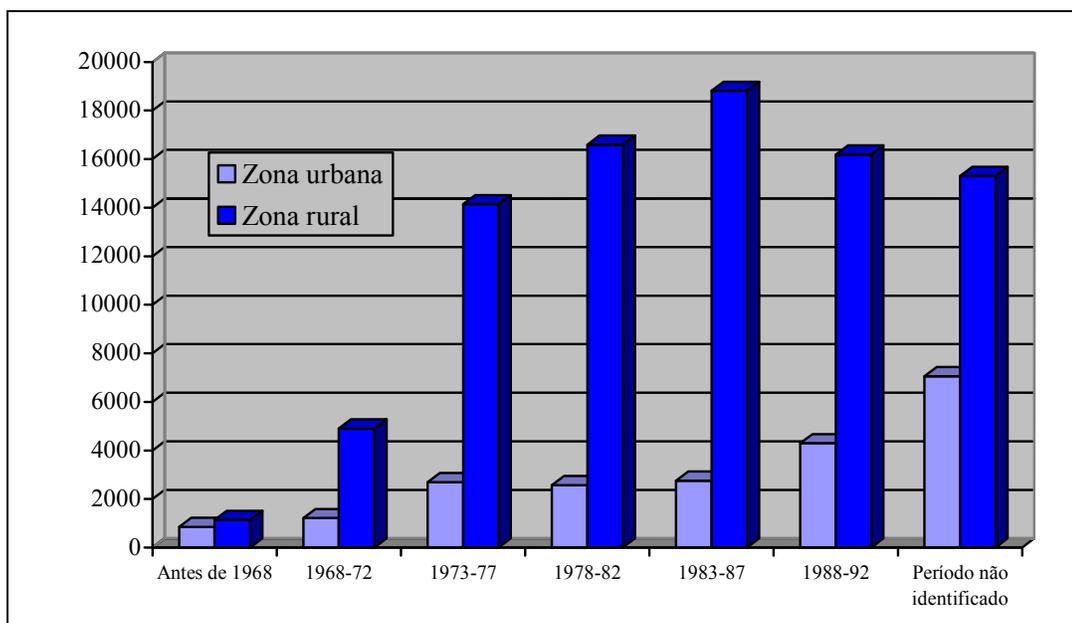


Gráfico 3: Pessoas residentes no Paraguai nascidas no Brasil, segundo o período de chegada
Fonte: Censo Demográfico de 1992 (Paraguai).

É importante observar que no transcurso da década de 1980 e inícios dos anos 1990, ao mesmo tempo em que mais brasileiros chegavam todos os anos ao Paraguai, outros retornavam ao Brasil. De um lado, podemos visualizar o processo de “expulsão” de imigrantes, por exemplo, da Colônia Santa Rosa, no Departamento de Alto Paraná. Distante a

60 quilômetros de Cidade do Leste, a colônia começou a ser aberta no início de 1970. O período de chegada de maior número de imigrante foi entre 1974 a 1978. No início de 1980, enquanto a migração em direção a colônia “quase parou”, a quantidade de pessoas que passou a sair da colônia se acelerou (SPM, 1994).

Por outro lado, ao mesmo tempo em que Santa Rosa e Santa Rita perdiam parte de seus imigrantes, as Colônias de Tuparendá e Cantina Cué, no Departamento vizinho de Caazapá, no início dos anos de 1980 ainda davam os primeiros passos no processo de abertura. Conforme o Censo Agropecuário de 1981, em todo esse departamento havia apenas 12 agricultores de nacionalidade brasileira. Uma década depois, em 1992, eram 588 (SPM, 1994).

A consolidação das áreas de (re)ocupação mais antigas e abertura de novas colônias Paraguai adentro fazia dos fluxos migratórios de brasileiros em direção ao país e internamente serem contínuos, pelo menos até inícios da década de 1990, quando as melhores terras do Paraguai estavam limpas e quase todas sob a posse de brasileiros, de pequenos agricultores à grandes empresários.

4.2 As motivações da “escolha” do Paraguai

Invariavelmente são dois os motivos que levaram centenas de milhares de homens e mulheres brasileiras, sem terra ou com pouca terra, para dentro do Paraguai. O primeiro era a possibilidade de conseguir adquirir a terra pela primeira vez ou ter acesso a uma área maior. Conseguir o primeiro objetivo era determinante para atingir o segundo, que era melhorar as condições de vida.

Ao decidir pela migração, o camponês tinha a esperança de que as dificuldades vividas no Paraná ficariam para trás ante as oportunidades que lhes eram oferecidas no Paraguai. Entretanto, como explicar, no transcurso das décadas de 1970 até inícios de 1990, a “escolha” do Paraguai para emigrar diante da existência de enormes extensões de terras ainda disponíveis para serem (re)ocupadas no Estado do Mato Grosso do Sul e na Amazônia Legal? Aos camponeses que saíram do Paraná com destino às novas frentes agrícolas abertas na década de 1970, a motivação central para realizar a migração era sem dúvida conseguir o acesso à terra. Agora, a escolha de determinado destino dependeu da experiência de vida de cada pessoa²¹.

²¹Quando citamos a expressão experiência, estamos pensando no conceito de experiência de Edward Thompson (1981), o qual nos permite compreender o desenvolvimento dos processos históricos como produto das ações

No caso dos brasiguaios, podemos elencar três motivos que foram decisivos para a escolha do Paraguai: 1, a influência da propaganda e dos corretores que percorriam o Paraná em busca de mão de obra e de possíveis compradores de terras no Paraguai; 2, muitos migrantes viam o “norte” do país com desconfiança; e, 3, mas não menos importante, as redes de solidariedade também despertaram o interesse de muitas pessoas em conhecer o Paraguai.

4.2.1 Por ação das companhias colonizadoras e de grandes proprietários

Os grandes proprietários de terras e donos de companhia colonizadoras foram os primeiros brasileiros que compraram grandes extensões de terras Paraguai. Conforme visto no capítulo 2, foi no decorrer do final da década de 1950 e no início dos anos de 1960 que a ditadura paraguaia de Alfredo Stroessner criou os incentivos que facilitaram a entrada de brasileiros no país.

Quem abriu o caminho foi Geremias Lunardelli. Conhecido no Paraná como o “rei do café” e também como grileiro, ele foi o primeiro fazendeiro brasileiro a adquirir grandes quantidades de terras no lado paraguaio, cuja iniciativa fora aprovada e louva pelo Presidente Getúlio Vargas. A fim de explicar os passos de Lunardelli até o Paraguai, vamos citar uma passagem do livro de Alfredo da Mota Menezes, que, apesar de longa, vale a pena.

A presença de brasileiros na agricultura do Paraguai começou nos primórdios de 1950. O primeiro grande nome brasileiro a comprar terras no Paraguai foi Geremias Lunardelli, o “rei do café”. Lunardelli já era uma figura conhecida no Brasil como colonizador de boa parte do Estado do Paraná. É bem possível que, por sua riqueza e conhecimento sobre agricultura, o governo paraguaio o tenha aceitado para iniciar uma produção agrícola diferente e colonizar uma região rica em terra e pobre em habitante. Com receio de ter problemas no Paraguai – de acordo com uma informação – Lunardelli indagou oficialmente a opinião do governo brasileiro. A resposta foi dada pelo Ministro do Interior e Justiça, Francisco Negrão de Lima, depois de submeter o assunto à apreciação do presidente Getúlio Vargas. A carta de Negrão de Lima para Lunardelli dizia que “nós aprovamos e louvamos esta iniciativa ... será muito bom estender suas atividades agrícolas para o país vizinho”. Com as bênçãos do governo brasileiro, Lunardelli chamou Manuel Nogueira, em Cravinhos, cidade do interior paulista, para escolher no Paraguai a melhor terra possível para atividades agrícolas. Eu entrevistei o Sr. Nogueira na cidade de Pedro Juan

humanas, no qual os homens agem “não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livre’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura das mais complexas maneiras e em seguida agem, por sua vez, sobre sua situação determinada” (1981, p.182). Enfim, os sujeitos de que a História se ocupa são, antes de tudo, segundo Harvey Kaye (1989), pessoas que trabalham, lutam e apostam em uma vida melhor, cada qual seguindo sua própria lógica, seja lutando contra a dominação, seja acomodando-se a ela quando julga necessário.

Caballero, onde depois ele fixou residência. Esta é uma história que o velho e lúcido Nogueira (81 anos de idade) contou-me em detalhes: quando Lunardelli o chamou para fazer uma viagem ao Paraguai para escolher terra na parte fronteira com o Brasil, ele, Nogueira, tentou influenciar Lunardelli a desistir de semelhante idéia. Para ele, o Brasil por aquele tempo possuía quantidades enormes de terra boa e barata e ir para o Paraguai lhe parecia absurdo, coisa de gente maluca. Além de o Brasil possuir boas terras, o Paraguai era, não só para ele como também para a maioria de sua geração e gerações seguintes, um lugar perigoso e não civilizado [...]. Lunardelli não tomou conhecimento dos argumentos de Nogueira, dizendo-lhe que olhasse a terra e concluísse se a mesma era boa ou não. “O resto não pertence a você, disse-lhe Lunardelli, mas a mim”.

Nogueira, que estava sendo contratado por bom preço, desistiu de influenciar Lunardelli e foi para o Paraguai. Na primeira olhada, ele concluiu sem demora que ali estava a melhor terra que havia visto na vida. Levou a boa notícia a Lunardelli, que então começou a comprar terras no Paraguai. Mais tarde, Lunardelli mandou 50 contos de réis a Nogueira, além do acordo inicial, como um presente extra pois a terra, na opinião de Lunardelli, era melhor do que Nogueira havia dito a ele. Primeiro, veio a fazenda Estrela com 90.000 hectares, logo a seguir as fazendas Piray, Aguará Vevé, Cerro Guazu, Cerro Cuatia e Hernandarias (1987, p. 133-134).

Mais adiante, Menezes concluíra acertadamente que o gesto de Lunardelli se constituiu na “ponta de lança” para a imigração brasileira no Paraguai.

Lunardelli foi o primeiro. Ele, para o bem ou para o mal, abriu o caminho futuro para milhares de brasileiros, que, com as bênçãos do regime de Stroessner, foram para o Paraguai, onde a mesma terra roxa encontrada no Paraná e São Paulo era vendida ainda por um preço muito baixo, livre, pelo menos enquanto os Colorados dominarem a política, de reforma agrária, de confisco, imposto de renda ou outros impostos pesados (1987, p.135).

Inicialmente, o objetivo desses latifundiários, ao comprar terras no Paraguai a partir de meados da década de 1950, era introduzir a cultura do café no país. Esse processo foi estimulado pelo governo paraguaio por meio do Decreto-Lei N. 38, de março de 1954, que, segundo Doria (2010), outorgava importantes benefícios às empresas cafeeiras que se instalassem no país. Assim, Lunardelli, até por volta de 1958, além de ter adquirido 350 412 hectares das melhores terras paraguaias, havia plantado cerca de 1 milhão de cafeeiros (MENEZES, 1987).

Entretanto, apesar da iniciativa de Lunardelli de plantar café, esse cultivo nunca deixou de ser uma cultura marginal no Paraguai (DORIA, 2010). Na verdade, conforme a análise de Sylvain Souchaud sobre o processo de compra de grandes extensões de terras pelos latifundiários brasileiros, somente a especulação já garantia excelente rendimento ao capital investido em terras no país, tanto que o autor caracterizou o processo de compra de terras no Paraguai, nas décadas de 1950 e 1960, como o “negócio do momento”.

A fines de los años 50 y comienzo de los 60 amplias extensiones de tierras fronterizas son objeto de movimientos especulativos. A menudo se compra para vender, en condiciones de dominios, los que pasando demanos de un propietario a otro, tienden a fragmentar las tierras, aunque éstas continúan siendo grandes y medianas propiedades y sobre todo adquieren más valor. *Inversionistas brasileños, ricos fazendeiros, financistas o empresarios de la agroindustria ocupan rápidamente la delantera de la escena. La adquisición de tierras en el Paraguay es el negocio del momento, el comprador va sobre seguro, las tierras tienen poco valor y será fácil revender con beneficios sustanciales. La confianza de los especuladores se basa en la situación que caracteriza los campos del Brasil meridional de las regiones sur y sudeste: presenta a la vez una tendencia al agotamiento de las reservas de tierras vírgenes y un excedente creciente de mano de obra rural.* Es el momento de instalar la agricultura comercial en el Paraguay, entonces dominante en los estados brasileños vecinos o cercanos; la hacienda del café hace su aparición en la margen derecha del río Paraná. *Directa o indirectamente las compañías privadas organizan la colonización vendiendo o alquilando parcelas a colonos* (SOUCHAUD, 2002, p. 97, grifos nosso).

A partir do final da década de 1960, o contrabando de madeiras de leis tornou a aquisição de terras no Paraguai um negócio ainda mais lucrativo. Os chamados colonizadores, antes de revender as terras, geralmente retiravam primeiro as madeiras de maior valor comercial, como o cedro, peroba, marfim, etc. Segundo cálculos do repórter Laercio Silva, o empresário podia livrar o investimento feito na aquisição da terra e ainda obter lucros antes de iniciar a exploração agrícola ou de venda de lotes.

Um metro cubico de cedro está sendo comprado "em pé", a Cr\$ 70, ou a 150, colocado nas serrarias. Enquanto isso, o alqueire de terra de primeira qualidade, coberto de mata, custa cerca de Cr\$ 300, podendo um só alqueire render de 13 a 20 metros cubicos de cedro.

Desse modo, o proprietário pode arrecadar mais de Cr\$ 1 000 em cada alqueire, sem ter nem sequer o trabalho de cortar as árvores. Mas se quiser ter esse trabalho e entregar diretamente nas industrias, então podem ser arrecadados quase 3 000 por alqueire de terra, somente com a venda da madeira [cedro] (FSP, 29 maio. 1973).

Muita dessa madeira foi contrabandeada, pois a exportação de madeira bruta era considerada ilegal pela legislação paraguaia, para serem processadas nas serrarias instaladas nos Estados do Paraná e Mato Grosso, onde as toras passavam a ser consideradas como produto brasileiro. Para se ter uma ideia do volume do contrabando de madeiras paraguaias, segundo matéria da FSP de 1973,

Apenas uma empresa, a Berneck e Cia, que possui nove filiais, traz do Paraguai, através de sua filial de Guaíra, cerca de 1 000 metros cúbicos de cedro por mês, devendo elevar essa cifra, nos próximos meses, para 2 500

metros cúbicos, quando passará a abastecer também sua filial de Toledo (PR) (29 maio. 1973).

Entretanto, mesmo com a existência da prática do contrabando de recursos florestais paraguaios em seu estado bruto, os empresários brasileiros instalaram muitas serrarias bem como levavam sua própria mão de obra do Brasil para o Paraguai. Podemos citar como exemplo o caso da Colônia Naranjal. Em 1977, poucos anos após o início da colonização (no início da década de 1970) já estavam em funcionamento na colônia 5 serrarias e acabara de chegar uma 6ª vinda de Catanduvas, do Estado de Santa Catarina, trazendo consigo cerca de 100 famílias como mão de obra (JB, 7 jul. 1977).

Em todo o Paraguai foram instaladas centenas de serrarias, quase todas elas migraram do Brasil para o outro lado da fronteira a partir do final da década de 1960, quando os recursos florestais no sul do país estavam cada vez mais escassos enquanto, por outro lado, no Paraguai havia toda uma faixa de fronteira com madeiras de leis em abundância disponíveis para serem exploradas.

Curiosamente, quem também embarcou nessa onda dos latifundiários brasileiros em comprar grandes extensões de terras no Paraguai e depois instalar serrarias foi João Goulart, ex-presidente brasileiro deposto pelos militares em 1964. Em 1965, Goulart comprou 22 mil hectares de matas em Puerto Stroessner (atual Cidade do Leste). Até o início de 1971, as terras ainda estavam intocáveis, pois, segundo suas palavras

Durante êstes seis anos, não tive condições de explorar as matas de Foz do Iguaçu [Puerto Stroessner] [...]. Primeiro porque sou criador de gado e não madeireiro; segundo porque só poderia tocar o negócio de madeira quando soubesse exatamente o que fazer com as terras depois de desmatadas (VEJA, 3 mar. 1971).

À altura de 1971 Goulart encontrara a solução: se associou à José Alves Formighieri, um experiente madeireiro brasileiro (era dono de serrarias no Paraná) para extrair e processar a madeira no Paraguai. O plano era exportar a produção para Dinamarca e Japão. Na figura 4 temos o registro fotográfico da serraria de João Goulart e Formighieri sendo construída.



Figura 4: Serraria de João Goulart sendo construída em Puerto Stroessner
Fonte: VEJA (3 mar. 1971).

No caso de Goulart não sabemos quais eram seus objetivos após a extração da madeira, mas, no geral, após essa fase, parte das terras eram transformadas em projetos de colonização, ou seja, loteadas, majoritariamente em pequenas e médias propriedades, para serem vendidas. Algumas empresas também comumente disponibilizavam parte das terras para os contratos de arrendamento ou contratavam mão de obra para realizar a limpeza das terras.

Podemos citar como exemplo a Colonizadora Naranjal (empreendedora a (re)ocupação da Colônia Naranjal e demais colônias vizinhas) que, além de vender terras, à altura da segunda metade da década de 1970 cultivava ela própria 150 alqueires de hortelã e havia reservado 1 mil e 600 alqueires para o plantio mecanizado da soja (JB, 7 jul. 1977). Para tornar toda essa terra apta ao cultivo mecanizado era muito mais vantajoso alugá-las a pequenos agricultores por um período médio de 4 anos do que contratar a mão de obra.

Esse processo já fora captado por Marcia A. Sprandel.

Os grandes proprietários brasileiros, donos de terras no Paraguai, passam a contratar famílias de pequenos produtores rurais, principalmente nos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, que são levadas como arrendatários para

aquele país. Ali, enquanto mantém lavouras – o mais das vezes comerciais – estas famílias desmatam e preparam as terras para o plantio de pastagens ou para a mecanização agrícola. Outras tantas áreas são transformadas em projetos de colonização privados, com sócios egressos dos círculos militares paraguaios e com o apoio do IBR, o que não impede, e muitas vezes contribui, para que tenham graves problemas de legalização das terras então compradas por militares de pequenos proprietários brasileiros, a partir principalmente dos anos 70 (1992, p. 63-64).

Também houve casos de empresários que contrataram trabalhadores no Brasil e os levaram para suas fazendas no Paraguai. Em agosto de 1985 os brasiguaios acampados em Sete Quedas (MS) denunciaram, em seus relatos, a “Colonizadora Norte do Paraná” que “teria atraído 800 famílias de brasileiros para a propriedade denominada ‘Três Mil Alqueires’, localizada em ‘Nova Dela’, ‘Departamento de Guadalupe’. Tais famílias afirmam ter vivido ‘uma infernal escravidão’” (SPRANDEL, 1992, p.105-106).

Em síntese, todo tipo de empresário ou fazendeiro brasileiro que tinham negócios no Paraguai souberam captar o anseio dos camponeses brasileiros pelo acesso à terra e canalizaram em direção àquele país trabalhadores, arrendatários e mesmo compradores de pequenos e médios lotes. Entretanto, resta-nos explicar a estratégia que o capital adotara para atrair esses trabalhadores para dentro do Paraguai.

O principal meio de divulgação do Paraguai foi através do envio de corretores, principalmente ao Paraná e, em menor proporção, a propaganda nos rádios. Os corretores e a propaganda tinham o objetivo básico divulgar entre os camponeses brasileiros a ideia de que se poderia ficar rico da noite para o dia no Paraguai. Era o último “Eldorado” que seria prometido a esta população de camponeses que posteriormente será conhecida como “brasiguaios”. Podemos claramente visualizar esse imaginário do Paraguai como *Eldorado* na figura 5, que retrata a chegada de brasileiros com suas mudanças no Paraguai.



Na marcha para o oeste, o agricultor brasileiro está atravessando em massa a fronteira.

● NOVO ELDORADO PARAGUAIO

Figura 5: Famílias recém chegadas ao Paraguai descarregando suas mudanças
Fonte: Foto de Carlos Sdroyewnki e Ariovaldo Santos (JB, 7 jul. 1977).

Esses emissários de companhias colonizadoras eram enviados especialmente nas regiões norte e sudoeste/extremo oeste do Paraná, onde, nos anos de 1970 até inícios de 1990, havia grande excesso de mão de obra e milhares de camponeses com pouca terra tendo dificuldades de sobrevivência.

Entre esses camponeses a propaganda era pouco, mais era corretor, tanto para ofertar quinhões de terra como para oferecer trabalho em fazendas. Isso por uma razão simples, o agricultor pobre não tinha acesso a jornais, como a Folha de São Paulo e outros grandes jornais de São Paulo, onde as vezes era propagandeada a venda de grandes extensões de terras no Paraguai, como esta da figura 6, e não pequenos lotes.

TERRAS NO PARAGUAÍ

Tenho 5.000 alqueires no Paraguai, comprados em leilão judicial (o melhor título que há). Tenho fazendas aqui no Brasil e vou abrir 2.000 alqueires no Paraguai, mas estou vendendo 3.000 alqueires em lotes de 600 ou 1.500, ou um de 3.000 alqueires. Terra roxa de primeira qualidade, bastante plana (100% mecanizável), com mata e madeira e boas aguadas. Localização excelente, Departamento Itapua, a 160 km de Foz do Iguaçu - Stroessner e 125 km de Encarnación - Pousadas, a 5 km da Barranca do Rio Paraná, divisa com Argentina. Estrada de 1ª, que atravessa a fazenda, c/50 m de largura. O asfalto chega até 20 km da Fazenda.

Contatos e informações adicionais, horário comercial c/Dilma (011) 279-3320 ou à noite c/Bacelli (011) 852-7252 - S.P.

REPRODUÇÃO N.º 11/1984/19

Figura 6: Anúncio de venda de terras no Paraguai
Fonte: FSP (23 nov. 1986).

O relato de um antigo funcionário da Colonizadora Jaime Longo, o qual atuara em Katueté e proximidades, elucida a preferência da companhia pelos corretores e não pela propaganda.

Não tinha propaganda, propaganda era só o carro do corretor, que tinha uma kombi né. E daquela kombi tava grudado Katueté, colônia Katueté – Paraguai e tal..E ele ia pra Rondon, ia pra Toledo buscá gente né, buscá pessoal que queria vê as terra.

A procura do pessoal daqui era poco, tinha argum que queria área maior. Eu vendi área grande assim.. pro nacional... Os colono assim comprava mais sitio, uma, duas, três colônia, alguns também comprava lote urbano pra montá algum comércio, era assim, vinha mais de Maripá, Entrerios, de Toledo... (José Branco apud SILVA, 2007, p. 187, grifo nosso).

O depoimento de outro brasileiro residente na localidade de San Alberto evidencia os motivos e as circunstâncias da ida ao Paraguai de muitos outros brasileiros:

Nosotros allá (en Paraná) no lo estábamos pasando muy bien. Entonces mi papá quería encontrar un mejor lugar para establecernos y ganar plata. En esos momento conoció a un vendedor de tierras y éste le habló de la posibilidad de venir al Paraguay, contándole las bondades de esta tierra. Mi papá vino a ver con ese vendedor y le gustó mucho la tierra, y compró 24 hectáreas en aquella época. Luego nos vinimos todos para acá, en 1969 (apud SPM, 1994, p. 33, grifo nosso).

Em diversos casos, o aliciamento de colonos feito pelos corretores assumia “contornos quase subversivos”, segundo informações do Inspetor da Polícia Federal de Foz do Iguaçu, Paulo Watanabe, dado a um repórter da Revista Veja em 1971.

centenas de corretores [...] estariam permanentemente aliciando brasileiros, seja para comprar terras no Paraguai, seja para acenar com tentadoras ofertas de trabalho a lavradores desempregados, assume contornos quase subversivos. Alertado contra a possível falta de garantias para emigrantes brasileiros e apreensivo com rumores que iam desde a transação com terras griladas até a escravidão, êle resolveu pedir um inquérito²². Nada de concreto foi apurado, embora a suspeita persista (VEJA, 3 mar. 1971).

Com suas promessas de prosperidade, as colonizadoras conseguiram motivar a ida de mais de 250 mil camponeses do Sul do Brasil, especialmente do Paraná, para dentro do Paraguai. “Para visitar a terra prometida, o interessado só precisa custear a condução até Foz do Iguaçu. De lá, fica por conta dos colonizadores, que o transportam de jipe ou caminhão” (VEJA, 3 mar. 1971, p. 35).

²² Mais adiante iremos analisar diversos casos de colonos que tiveram esses e outros tipos de dificuldades naquele país.

4.2.2 “Norte” do Brasil visto com desconfiança

Sabe-se que na década de 1970, quando o Brasil era governado por marechais e generais, os camponeses sem terra ou com pouca terra dos estados do sul do Brasil foram incentivados em ir para os programas de colonização no Centro-Oeste e para o Norte do país. Dezenas de milhares de famílias efetivamente foram para a região amazônica onde a ditadura propagandeava existir terras disponíveis para os pequenos agricultores.

Entretanto, apesar de quase não termos fontes, há evidências apontando que uma parte expressiva desses camponeses não viam o “norte” como uma boa opção para renovar a esperança de acesso à terra, principalmente devido as diferenças “de clima e de culturas de outras lavouras (que desconhecíamos)” (CARTA AO MIRAD, 1 abr. 1986). A principal cultura que era cultivada no Paraná e que não era adaptada ao clima do “norte” do país era a soja. Como essa cultura, a partir dos anos de 1960, era cultivada cada ano mais no Paraná, muitos pequenos agricultores foram “convencidos” por amigos, parentes ou corretores de que seria melhor ir para o Paraguai do que o “norte”, pois o primeiro teria clima e a “melhor terra do mundo” próprios ao cultivo da soja.

De fato, até 1970, a soja somente era cultivada, no Brasil e no mundo, em regiões de climas temperados e subtropicais, com latitudes próximas ou superiores aos 30 graus Celsius. Hoje sabemos que o Centro-Oeste brasileiro é um dos “celeiros agrícolas” do país, pois

Os pesquisadores brasileiros conseguiram romper essa barreira, desenvolvendo germoplasma adaptado às condições tropicais e viabilizando o seu cultivo em qualquer ponto do território nacional e transformando, somente no Ecossistema do Cerrado, mais de 200 milhões de hectares improdutivos em área potencial para o cultivo da soja e de outros grãos (EMBRAPA, disponível <http://www.cnpsa.embrapa.br/producaosoja/SojanoBrasil.htm> acesso 19 out. 2011).

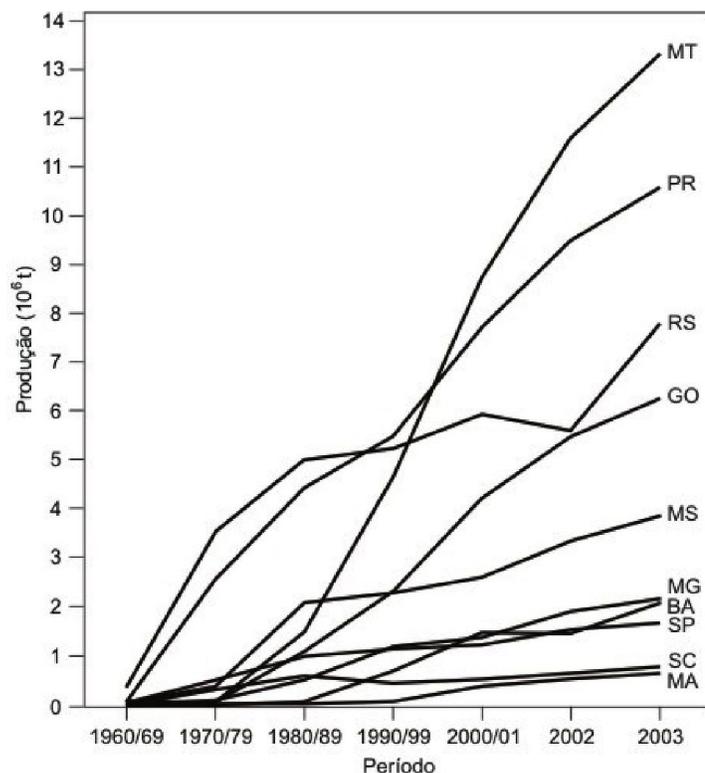


Gráfico 4: Produção da soja no Brasil - evolução por estado
Fonte: EMBRAPA.

A partir do momento em que a soja começou a ser cultivada nos trópicos, a resistência principalmente dos camponeses “sulistas” em migrar para “norte” praticamente deixou de existir. Podemos ver na gráfico 4 o fenômeno da expansão da soja no Centro-Oeste brasileiro, sobretudo a partir de ano de 1980, em parte graças ao desenvolvimento de cultivares adaptadas às baixas latitudes dos climas tropicais feitas por pesquisadores brasileiros. Não temos mais fontes para reforçar essa hipótese, mas, principalmente entre os camponeses “sulistas”, certamente existia essa resistência em migrar para a Amazônia Legal.

4.2.3 Importância das redes de solidariedade

Os próprios agricultores contribuíram, indiretamente, à propagação do Paraguai como um novo *Eldorado*. Se um camponês tivesse contato com algum corretor, logo tratava de repassar a boa nova ao amigos, principalmente em conversas de fim de noite ou em finais de semanas nos bares. Isso é o que evidenciara uma reportagem do Jornal do Brasil. Segundo o repórter Luiz Manfredini, no distrito de Quatro Pontes, município de Marechal Candido Rondon,

Entre os pequenos proprietários, entre os numerosos trabalhadores volantes - os chamados bóias-frias - quem ainda não partiu [para o Paraguai], está por ir. *E nos bares e nas varandas das casas, os lavradores vêem a noite chegar conversando sobre as maravilhas do país vizinho, descoberto agora como um filão quase que inesgotável de riqueza mais ou menos fácil, da mesma forma que eles próprios, ou seus pais ou avós, num dia que já se pulverizou no passado, de lá do Rio Grande do Sul, descobriram nas florestas paranaenses também um mundo cheio de promessas e de sonhos* (JB, 7 jul. 1977, grifo nosso).

Essas palavras de Luiz Manfredini elucidam o fato de que os agricultores sem terra no Brasil viam, e divulgavam, o Paraguai como um lugar onde a riqueza e a felicidade estaria ao alcance de todos, exatamente conforme divulgavam os corretores a serviço de fazendeiros e companhias colonizadoras instaladas naquele país.

Informados pela possibilidade de prosperidade, grupos de parentes e amigos levavam uns aos outros à nova terra, conforme conclui-se da narrativa de um morador de Katueté:

En el año 1962 salimos de Santa Catarina, con mi papá y mi mamá. Eramos todos chicos todavía, salimos todos juntos (...). Vinimos a Mariscal Cándido Rondón, Paraná, aquí en la frontera misma (...). *La motivación fue que un compadre trajo otro compadre, y porque la tierra era muy fértil*. En realidad no era una tierra pobre, era una tierra productiva... (apud SPM, 1994, p. 35, grifo nosso).

É importante salientar que essas redes de “solidariedade” nas escolhas dos locais aonde emigrar foram importante tanto para reforçar a decisão de emigrar quanto para superar as agruras dos primeiros meses no Paraguai.

4.3 Tempos de esperança: os primeiros anos dos camponeses brasileiros na luta pelo acesso à terra no Paraguai

No ano de 1971, os imigrantes já ocupavam ou estavam em processo de ocupação de uma extensa região no Paraguai. A Revista Veja fez um mapa (fig 7) da área fronteira onde supostamente estavam concentrados os brasileiros.

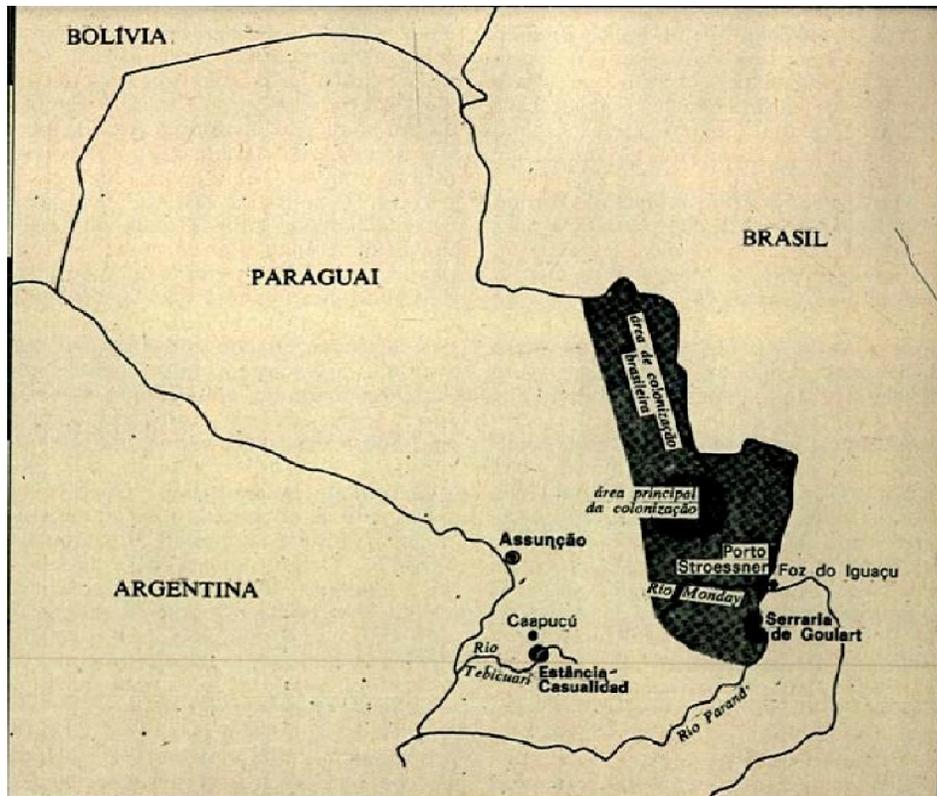


Figura 7: Território paraguaio majoritariamente sob domínio de brasileiros em 1971

Fonte: VEJA (3 mar. 1971).

No Final da década de 1970, um novo mapa (fig 8), agora da FSP, destacara os principais núcleos de ocupação brasileira. Nessa época já eram várias as colônias de brasileiros abertas no Paraguai e outras ainda se encontravam em processo de formação. Podemos observar na figura 8 que o acesso a todas as colônias partia da chamada *Ruta 7* (rodovia que liga Cidade do Leste, antigo Porto Presidente Stroessner, à Cidade de Coronel Oviedo. Desta segue para capital do país, Assunção, com a denominação de *Ruta 2*), existia várias entradas com estradas de chão que davam acesso às colônias de brasileiros no Paraguai.

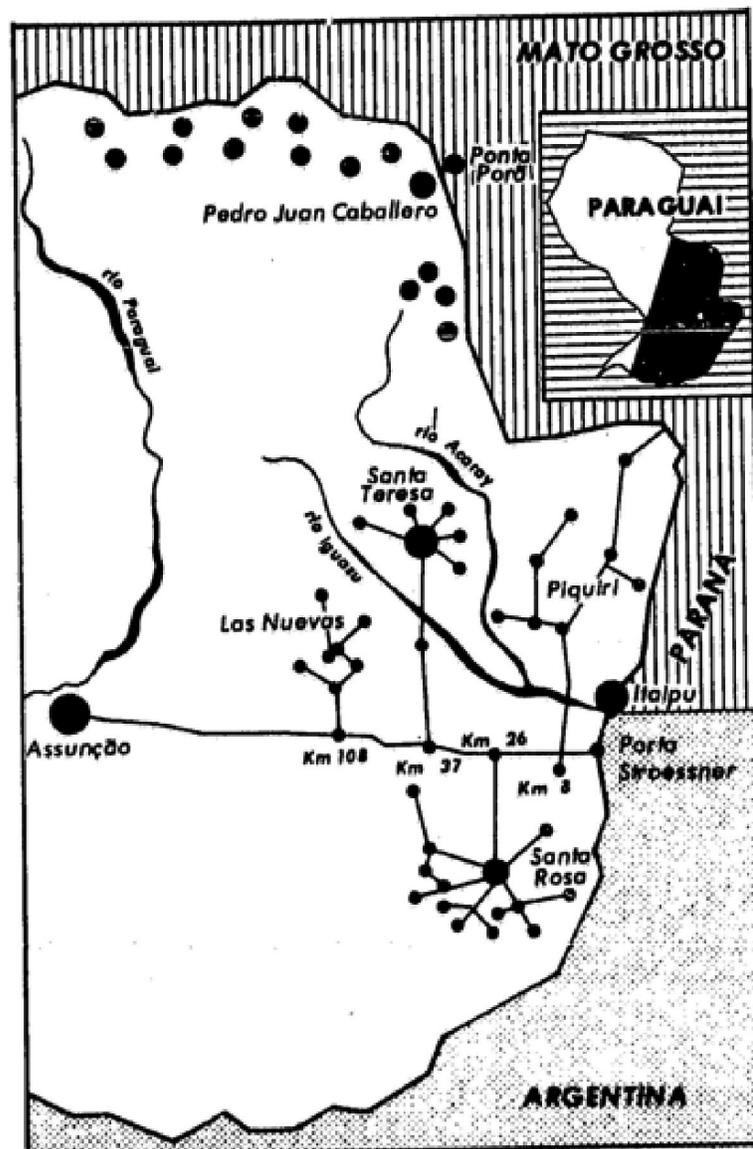


Figura 8: Território paraguaio majoritariamente sob domínio de brasileiros em 1979

Fonte: FSP (22 abr. 1979).

Na figura 9 temos um registro de época que nos fornece uma ideia de como eram os caminhos secundários, em meio à floresta ainda em pé, por onde os brasileiros percorriam até chegar à terra prometida.



Figura 9: Estradas secundárias que davam acesso às colônias abertas em meio à mata no Paraguai
 Fonte: JB (7 jul. 1977).

Conforme indicam as fontes (fig 8), no final da década de 1970 eram 4 os principais núcleos de colonização: Piquiri, Santa Rosa, Santa Tereza e “Las Nuevas”²³. Em torno destas inúmeras outras estavam sendo abertas. Essas colônias, conforme um estudo de CEM, contavam com um povoado central, onde eram construídas casas comerciais, de lazer, etc. A autoridade pública era representada pelo chamado *comissário* (equivalente a função de delegado no Brasil).

As Colônias obedecem ao seguinte esquema básico: um núcleo central, geralmente na faixa de terra denominada patrimônio, onde futuramente, segundo o projeto, se erigirá uma verdadeira cidade, e, a partir daí, as terras são divididas em glebas que se distinguem por numeração. Um comissário (delegado) representa as autoridades paraguaias em cada colônia (CEM, 1971, p. 5 apud ZAMBERLAM; CORSO, 2007, p. 29-30).

As demais infraestruturas, como as primeiras escolas, igrejas e demais espaços das comunidades no geral foram os pequenos e médios agricultores que se organizaram e as construíram. Entretanto, em algumas colônias os chamados “colonizadores”, como no caso de

²³ Mais adiante iremos analisar a situação dos imigrantes com relação as escrituras das terras principalmente no núcleo de Santa Tereza.

Lino Marchetti em Santa Teresa, apenas abriam as estradas principais e enviavam corretores ao Brasil para vender os lotes, nem o espaço para formação da comunidade era deixado (FSP, 22 abr. 1979).

As condições em que os camponeses passavam pela aduana paraguaia de Puerto Strossner (atual Cidade do Leste) já evidenciava a precariedade que seria as condições de sobrevivência no Paraguai. Matéria da Revista Veja de 1971 assim descrevera a movimentação de camponeses brasileiros na travessia da fronteira:

Com frequência, nestes últimos três anos, dezenas de famílias, vindas de Minas, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, empreendem uma nova e impressionante marcha para o oeste em caminhões que mais parecem humildes carros alegóricos das antigas bandeiras. Carregados de camas desconjuntadas, armários precários, roupas modestas e, às vezes, de vacas melancólicas, porcos subnutridos, cachorros sardentos e galinhas agitadas, no entanto a sua carga mais importante é a esperança (3 mar. 1971, p. 34).

A reportagem evidencia as condições de miserabilidade com que as milhares famílias de pequenos agricultores brasileiros adentravam todos os dias em território paraguaio, ou seja, a grande maioria com recursos escassos. O que movia essas pessoas a ponto de entrar em outro país era a *esperança* de conseguir um pedaço de terra.

Podemos perceber esses sonhos no relato de Sebastião Pereira, dado a um repórter da revista Veja no início do ano de 1971, momento em que a ida de camponeses brasileiros para o Paraguai ainda estava no início.

de sonhos jamais realizados em Cascavel, é um dos brasileiros mais recentes a cruzar a fronteira, convicto de que “*aqui existe largueza, acho que vai haver um pedacinho para mim*”. Por enquanto derruba matas, ganhando seis cruzeiros por dia, e mora com a família num rancho miserável, construído tôscamente com troncos de árvores. Não há desânimo no seu rosto alegre. Sorri quando lhe perguntam se vai ter sucesso. E há até uma ponta de orgulho, quando comenta: “*Eu vim a pé, mas só volto a cavalo*” (VEJA, 3 mar. 1971, p. 35, grifos nosso).

Essa aspiração dos camponeses brasileiros em conseguir um lote de terra no Paraguai foi colocado em evidencia na fotografia de Carlos Namba, de 1971 (Fig 10), que explica a motivação dos mais pobres em emigrar para o Paraguai. O caso de Pereira e a fotografia de Namba mostram que o início da luta pelo acesso à terra dessa população não foi fácil.



Figura 10: “Uma grande faixa de terra roxa: boa para cultivar a esperança”
 Fonte: Foto de Carlos Namba (VEJA, 3 mar. 1971).

Em 1975, um jornal do sul do Brasil noticiara a situação precária que muitos brasileiros viviam no Paraguai, principalmente com as irregularidades nos processos de venda de terras.

em geral desiludidos com as possibilidades de viver no seu país de origem, essas milhares de pessoas, procedentes do Mato Grosso e do interior do Paraná, desinformadas da realidade política agrária do Paraguai, estão empregando todas as suas economias para adquirir terras naquele país e para custear sua morada, alimentação e implementos agrícolas. Contrariam vultuosas dívidas e estão agora escravizados e impossibilitados de voltar ao Brasil, mesmo porque sua vida na região da fronteira é totalmente controlada (ZERO HORA, 12/06/1975 apud SPRANDEL, 1992, p. 64).

Passados mais de uma década do início da ocupação brasileira, as condições de vida nas colônias todavia eram enormemente precárias, conforme matéria da FSP com informações sobre a vida dos brasileiros na colônia Paraguasil, também chamada de Itakyry:

Tem umas cinqüenta casas de madeira ao longo de uma só rua, comprida, poeirenta e cheia de buracos. São mais de 200 habitantes e os paraguaios não chegam a 20. Como outras vilas de gente e casas iguais, não tem rede pública de luz elétrica nem água encanada. Tem uma igreja, uma escola, um ambulatório (onde raramente aparece um médico), a “Alcaldia de Policia” (sustentada pela comunidade), além de botequins e a Comercial José de Barros, um bar e empório bem suprido de mercadorias vindas do Brasil sem o pagamento de qualquer imposto. Nesse bar, que funciona como uma

espécie de clube nas tardes de sábado e domingo, os agricultores - loiros, barbudos ou bigodudos, falando um português com carregado sotaque de seus ancestrais alemães e italiano - jogam baralho e bebem cerveja “Pilsen”, um dos poucos produtos da indústria paraguaia com grande aceitação pelos brasileiros (22 nov. 1981).

Embora essa descrição se refira especificamente a uma colônia, no caso Paraguasil, ela ilustra a situação das colônias de brasileiros no Paraguai de um modo geral. Até o início da década de 1980, conforme a reportagem de Luis Salgado Ribeiro, o resultado da “invasão” brasileira naquele país era a constituição de “vilas pobres em terras férteis” (fig 11), onde “não se dispõe de nenhum melhoramento urbano e nem infra-estrutura para armazenamento e comercialização das safras agrícolas” (FSP, 22 nov. 1981).



Vilas pobres em terras férteis, o resultado da “invasão” brasileira.

Figura 11: “Vilas pobres em terras férteis, o resultado da ‘invasão brasileira’
Fonte: Foto de Jorge Araújo (FSP, 22 nov. 1981).

Embora algumas das antigas colônias se destacaram em termos de desenvolvimento econômico e social, tais como Santa Rita, Katuetê, La Paloma, Santa Rosa, etc., ainda nos dias de hoje a maior parte das inúmeras colônias de brasileiros encontram-se em situação parecidas com aquela encontrada, por jornalistas e religiosos, no início da década de 1980.

Ou seja, as “vilas” não eram e, em muitas delas, pode-se dizer que não são prósperas, apesar de todo o dinamismo da produção agrícola. Até o início da década de 1981, as vilas eram um espaço quase que exclusivamente de lazer, para onde os agricultores iam à igreja,

botequins, mercearias, etc. Quase todas ainda possuem as ruas de chão batido, esburacadas e poeirentas.

Quanto as fontes de emprego, nos dias atuais basicamente eles estão concentradas no campo, sobretudo nos períodos de plantio e colheita, no comércio e nos inúmeros silos tanto de brasileiros que fizeram fortuna no país (como o catarinense Tranquilo Favero) quanto das empresas transnacionais.

4.3.1 Abertura das “roças”

Assim que conseguiam acesso a um pedaço de terra no Paraguai, os camponeses procuravam formar as primeiras “roças” com culturas de subsistência, tais como mandioca, batata doce, arroz, feijão e milho para criar galinhas e porcos, podendo o excedente ser comercializado. Posteriormente, para terminar de pagar a terra ou para conseguir comprá-la (depois que expirasse o contrato de arrendamento), mais áreas eram abertas destinadas ao cultivo das primeiras lavouras comerciais, principalmente a soja.



Figura 12: Produção manual dos primeiros anos
Fonte: Milton Alberto Scherner.

A narrativa abaixo expressa a estratégia dos camponeses para poder sobreviver nos primeiros anos:

Era tudo selva quando meus pais entraram no Paraguai. Eles armaram acampamento com lona no meio do mato. Alguém sempre vigiava a noite para se proteger dos animais selvagens. Logo após de armar o acampamento começaram de derrubar o mato. No começo foi com serrote e machado. Não tinha nada por perto para comprar arroz, feijão, sal e açúcar. Eles somente compravam o básico em uma cidade vizinha onde eles pegavam carona. (DALKE, 2009 apud FIORENTIN, 2010, p. 50).

O relato acima evidencia, e a pesquisa do CEM de 1971 confirma que, como ferramentas de trabalho, nos primeiros anos de colonização, os agricultores se utilizavam essencialmente de instrumentos manuais, tais como a foice, machado, enxada e nem todos tinham máquinas de plantar manual. Apenas algumas famílias possuíam carroça e trilhadeira, que faziam a colheita para todos os pequenos agricultores próximos.

Com a foice e o machado, os colonos derrubaram as primeiras matas, davam um tempo para secar e depois queimavam. Feito isso, sobrava uma área cheia de tocos e troncos de árvores que não queimara, onde, se utilizando daquelas antigas “plantadeiras”, os cereais e a soja eram plantados. Na colheita, no caso principalmente da soja, as lavouras eram ceifadas e organizadas em pequenos montes, depois em maiores, onde instalava-se as trilhadeiras. Na figura 13 temos uma trilhadeira utilizada pelos pequenos agricultores na localidade de San Cristobal (Departamento de Alto Paraná). Podemos ver na figura que mesmo as terras estando já prontas para o cultivo mecanizado, no entanto os pequenos agricultores ainda continuavam a realizar a colheita se utilizando das trilhadeiras.



Figura 13: Trilhadeira utilizada pelos pequenos agricultores
 Fonte: <https://picasaweb.google.com/113681980611402806089/SanCristobalCristobal#5094925871752930034>. Acesso: 31 out. 2011.

A figura acima mostra que à altura de 1981, nas colônias mais antigas, as terras já estavam quase todas limpas. Com isso, a produção da soja já podia ser mecanizada. No caso dos pequenos agricultores, a contratação de colhedeiros e tratores tornava o empreendimento economicamente inviável. Por isso, comumente a limpeza e a colheita ainda eram feitas de forma rudimentar (fig 13 e 14).



Figura 14: Produção semi-mecanizada da soja
 Fonte: Nani Góis (VEJA, 23 dez. 1981).

Até o início da década de 1970, a atividade agrícola básica era as culturas de subsistência. A pesquisa de CEM de 1971 (apud ZAMBERLAM; CORSO, 2007) mostrou que 83,8% dos colonos plantavam feijão, arroz, milho e soja. A safra era vendida quase que exclusivamente à atravessadores ou comerciantes. Poucos eram sócios de cooperativas. Outros 13,6% plantavam a menta (hortelã), que propiciava ótimas safras se cultivadas nos primeiros anos de abertura das terras. O óleo extraído da menta, por destilação, era utilizado como lubrificante em motores, especialmente de avião, de alto valor comercial. Graças à menta, muitos agricultores teriam conseguido quitar suas terras já nos primeiros anos, entretanto, até então, a falta de alambique impedia o aumento da sua produção.

A partir da segunda metade da década de 1970, segundo Souchaud (2007), a rotação das culturas do trigo e da soja substituiu rapidamente o cultivo da menta. A partir de então, a

chegada dos primeiros tratores de esteira removia os tocos que ficara para trás acelerando à progressiva mecanização da produção agrícola. Após as destocas, os arrendatários terminavam de limpar as terras, catando as raízes deixadas para trás e, por fim, entregavam-nas aos proprietários totalmente limpas para o cultivo mecanizado.

Silva (2007) sintetiza bem este processo que começa com a derrubada das matas, depois com a introdução das primeiras culturas tanto para fins comerciais quanto para a subsistência, passando pela limpeza final dos terrenos até elas ficarem prontas para o uso das colhedoiras (também conhecida como ceifas):

Logo após a abertura das glebas e limpeza dos terrenos, as primeiras lavouras eram voltadas para culturas de subsistência, que dividiam a atenção dos colonos com o cultivo da menta. O cultivo dessa planta propiciava bons ganhos aos colonos, sendo ela muito produtiva nos primeiros anos, quando os solos eram novos e ainda possuíam grande concentração de matéria orgânica da antiga floresta. Por exigir muita mão-de-obra, os colonos contratavam meeiros nortistas para o cultivo e destoca dos terrenos, o que levava em média de dois a quatro anos; porém, quando os serviços com máquinas pesadas se tornaram disponíveis na colônia, essa prática foi sendo abandonada e o cultivo da soja passou a ser aplicado quase que imediatamente após a abertura dos terrenos (SILVA, 2007, p. 190).

Ao contrário da menta, a introdução da lavoura da soja não significou uma novidade ao Paraguai. Ela já havia sido introduzida no país em 1921 para abastecer as indústrias azeiteiras locais, mas passou a ser exportada somente a partir de 1967 (IBR, IICA, 1976). No início da década de 1970, a soja havia alcançado excelentes preços no mercado internacional, incentivando os agricultores brasileiros a irem ao Paraguai cultivar a soja, ao mesmo tempo em que eram “expulsos” pela mesma soja no Brasil. Além dos excelentes preços, os agricultores que tinham suas terras escrituradas também tiveram o apoio da ditadura de Stroessner para a produção da cultura.

Para tanto, a partir do início da década de 1970, visando aumentar as exportações, Strossner adotou uma política de planificação do setor agrícola. Segundo Doria (2010), essa nova estratégia do governo paraguaio refletia às mudanças na orientação dos Estados Unidos, que estava interessado no desenvolvimento do setor agrícola do Paraguai, para que este país pudesse arcar com suas dívidas externas. No capítulo dois, vimos que os Estados Unidos, nos programas Ponto Quatro e Aliança para o Progresso, interferiam diretamente nas políticas de desenvolvimento do setor agrícola paraguaio. Nos anos setenta, por meio da *Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID)*²⁴, participam apenas da

²⁴ A USAID fora criada por J. Kennedy como parte do Programa Aliança para o Progresso.

orientação e não mais diretamente.

Para evitar os desvios que ocorreram nas concessões de créditos dos anos de 1960, uma das recomendações da USAID foi para que o BNF concedesse crédito apenas àqueles agricultores que teriam condições de pagar os empréstimos no prazo estabelecido (DORIA, 2010). Assim, no Primeiro Programa Nacional de Soja de 1972, apenas aqueles agricultores que possuíam as escrituras das terras e com a produção já “semi-mecanizada” poderiam ser beneficiados pelos programas de crédito do BNF, pois esses estariam em melhores condições para aumentar a área cultivada bem como modernizar a produção, conforme almejava o governo ditatorial (IBR, IICA, 1976).

Com essas exigências, já vimos que quase todos os camponeses paraguaios assentados pelo IBR foram excluídos dos programas de crédito do BNF, bem como os brasileiros arrendatários e mesmo pequenos proprietários, os quais muitos tiveram dificuldades de conseguir as escrituras das terras.

Mas, a questão central resultante do *boom* da soja foi a própria imigração brasileira no Paraguai. A crescente demanda por essa cultura, associada à qualidade das terras, também ajudam a explicar a impressionante entrada de agricultores brasileiros naquele país durante a década de 1970. Com toda essa mão de obra disponível, em poucos anos foi possível a abertura de extensas áreas ao cultivo da soja e culturas conexas naquela região.

Isso explica a razão pela qual no ano de 1969 apenas 2 000 toneladas de soja foram destinadas ao comércio exterior, ao passo que, cinco anos depois, as exportações representavam um aumento de 5 500%, ou seja, foram 110 000 toneladas de soja exportada em 1974 (IBR, IICA, 1976, p. 13). Essa expansão prosseguiu em ritmo elevado nos anos sucessivos. Na década de 1970, a produção da soja resultou numa significativa transformação econômica do Paraguai, que, combinado com a construção das hidrelétricas de Itaipu e Yacyretá, resultaram no “milagre econômico paraguaio”.

No início da década de 1980, os departamentos fronteiriços de Alto Paraná, Canindeyú e Amambay já estavam ocupados com a policultura mecanizada (soja, trigo, milho, girassol, etc.). Mas, a entrada de brasileiros e a expansão do complexo da soja não pararam por aí, continuou Paraguai adentro, em direção aos departamentos de Caaguazú, Caazapá, San Pedro e Misiones.

Após vermos a formação das vilas, da abertura das primeiras roças, a seguir, analisar-se-á as condições de acesso à terra dos brasileiros no Paraguai.

4.4 O acesso à terra dos brasileiros no Paraguai

Conforme já vimos, entraram no Paraguai primeiro os fazendeiros, depois estes atraíram, sobretudo via corretores, os camponeses sem terra ou com pouca terra, os quais atravessaram a fronteira esperançosos em conseguir melhorar suas condições de vida. Esses agentes disponibilizavam o acesso a terra por meio do aluguel ou com a venda até mesmo facilitada de pequenos lotes.

Além das colonizadoras privadas, de empresários e fazendeiros brasileiros, o IBR também vendia terras devolutas (comumente vendia grandes áreas para os programas de colonização privados) aos pequenos agricultores brasileiros. Como exemplo, encontramos o caso da Colônia Epopeya Nacional (fronteira MS) que, segundo reportagem da Revista Veja, em 1975 contava com cerca de 2 mil brasileiros.

Dentre eles a Veja citara o caso do agricultor Zé Pernambucano, "dono de 20 hectares de boa terra, quase toda desmatada, e adquirida do IBR a longo prazo" (VEJA, 24 set. 1975, p. 52).

Como entrada, não pagou mais que 200 cruzeiros; durante dois anos não precisou pagar nada; a partir daí, tudo o que deve são 480 cruzeiros por safra, em cinco vezes. Mas a liberalidade do governo paraguaio não pára por aí, e pode ser eloqüentemente atestada por ele: está há quatro anos no país e só efetuou um pagamento. 'Não apareceu ninguém ainda para cobrar o resto', explica (VEJA, 24 set. 1975, p. 52).

O colono Miguel Sanchez Parra teria sido um dos últimos a chegar à Epopeya Nacional, vindo de Goioerê (PR). "Ele pagou apenas um 'permiso' de 20 cruzeiros para ocupar seu lote de 20 hectares", onde pretende "encher a terra de feijão, milho e arroz" (VEJA, 24 set. 1975, p. 52).

Em relação a compra de lotes de colonizadoras privadas, podemos citar o caso de Lindo Kelmm, gaúcho, recém emigrado. Vendera 7 alqueires em Terra Roxa (PR) por Cr\$ 520 mil. Foi para o Paraguai onde comprou 30 alqueires por Cr\$ 293 mil na colônia chamada de Vila Aurora. Com o capital que sobrara, aplicara parte na mudança e o restante empregaria na construção da casa, na derrubada da mata e plantio de 10 alqueires de soja já no primeiro ano agrícola (JB, 7 jul. 1977).

Caso de Agostinho Sciavinato, gaúcho. Não teria precisado vender toda a terra no Rio Grande para comprar no Paraguai. No Paraguai, vai pagar 4 250 cruzeiros pelos 25 hectares negociados, sendo metade à vista e a outra parte em prestações. Pare melhorar suas condições,

esperava conseguir adquirir uma camioneta para vender mais rapidamente o que produzia (VEJA, 3 mar.1971).

Esses são registros de pequenos agricultores que conseguiram comprar seus quinhões de terras no Paraguai. Muitos deles, com dificuldades de sobrevivência no Brasil, conseguiram melhorar significativamente suas condições de vida no Paraguai.

Também há registros de diversos casos de brasileiros que se instalaram no Paraguai como posseiros. Já citamos uma queixa de imigrantes brasileiros submetidos a trabalhos escravo na “Fazenda 3 mil alqueires”, de propriedade da “Colonizadora Norte do Paraná”. Além disso, ela também é acusada, em outra fonte, de ter expulsado posseiros da colônia Karapá, onde os camponeses já viviam há mais de 10 anos.

No ano de 1985, esta terra foi adquirida pela colonizadora Norte do Paraná, que passou a dividir a terra e a vender os lotes. Os posseiros, por suas vez, submetidos a uma crescente expropriação, em geral sem possuir condições para a aquisição de um lote, vêem-se forçados a seguir adiante (CEM, 1989, p. 16).

A localidade de Acaray (distante cerca de 40 quilômetros de Puerto Stroessner) é outro caso onde camponeses brasileiros (juntamente com paraguaios) estabeleceram-se como posseiros. Entretanto, conforme religiosos, quando as terras já estavam produzindo, teria aparecido uma pessoa chamada Olga de Ramos Giménez dizendo-se proprietária das terras. Com ordem de abandonar o local, os posseiros teriam pedido auxílio do IBR, mas não obtiveram nenhum tipo de resposta.

Os agricultores se recusaram a abandonar suas casas e cultivos. Em resposta, a senhora Giménez retornou com caminhões carregados de soldados, que lançaram contra a população indefesa, destruíram casas e arrasaram as plantações. Como consequência, muitos deixaram o lugar (D’ANGELIS; MAZZAROLLO, 1981, p. 14-15).

À altura de 1979, reportagem da FSP estimara em 2 mil o número de famílias de camponeses brasileiros que haviam se apossado de algum pedaço de terra no Paraguai. Do total, pouco menos de mil estariam concentradas somente na região de General Dias, ligado ao núcleo de Piquiri, uma das primeiras regiões colonizadas por brasileiros e, o restante estaria espalhado na fronteira com o Estado do Mato Grosso do Sul (22 abr. 1979).

Conforme o Centro de Estudos Migratórios, esses posseiros foram incentivados em ir para o Paraguai. As autoridades paraguaias locais ainda garantiam aos posseiros que estes não teriam problemas futuros com a posse da terra. Entretanto, logo que as mesmas estavam

produzindo, começavam a aparecer os supostos proprietários, como se vê no relato do gaúcho Sebastião Alves:

Fiquei 15 anos no Paraguai. No começo a promessa era muito boa. Quando nós chegamos lá não havia muitos brasileiros e não havia muita dificuldade para conseguir a terra. As autoridades diziam pra gente que não havia problema nenhum, que podia trabalhar a terra e que o governo jamais ia fazer o despejo do pessoal. Diziam até que aqui não tem despejo, pode trabalhar quanta terra quiser (CEM, 1989, p. 16, grifo nosso).

Outra fonte indica que esses posseiros teriam “consciência de que estão sendo utilizadas para limpar o terreno para empreendimentos futuros” (FSP, 22 abr. 1979). A reportagem cita como exemplo o caso do posseiro Agostinho Borget, chegado à região de General Dias no ano de 1967:

Fizemos as estradas, tiramos o mato, abrimos a terra. Depois apareceu o dono da terra, um tal de Humberto Vergueiro, que pediu um preço muito alto para vender. A gente não aceitou. Agora vem o pessoal do IBR e diz que desapropriou a terra, que a gente tem que pagar para eles. Mas eu não acredito (FSP, 22 abr. 1979).

Esses foram os casos de violência contra posseiros brasileiros dos quais temos conhecimento, graças ao esforço de religiosos e jornalistas em conhecer a situação dos brasileiros pobres no Paraguai nas décadas de 1970 e 1980.

Além da compra e da posse, a forma mais comum de acesso a terra para grande parte dos brasileiros pobres no Paraguai foi por meio do arrendamento. Essa forma de acesso à terra existia apenas enquanto havia terrenos ainda não desflorestados. Os proprietários dessas terras, para não arriscar muito com financiamentos na preparação dos terrenos, as alugavam para os agricultores sem terra. No final do contrato, o proprietário recebia-as de volta pronta (e sem custos) para o cultivo mecanizado.

Por isso, mesmo quem não conseguia comprar terras assim que chegava ao país, e esse foi o caso de uma grande parte dos imigrantes brasileiros, sempre se conseguia dois, três alqueires para plantar por um período de até três anos sem pagar arrendamento (FSP, 22 nov. 1981). Dezenas de milhares de famílias migraram nessas condições, arrendavam terras no Paraguai confiantes de que poderiam comprar seu próprio quinhão mais tarde.

Entretanto, depois de passado os primeiros anos de abertura das colônias, as terras se valorizavam, o que impedia os arrendatários comprarem suas terras. Se conseguiam, era algumas hectares, por volta de dois, três alqueires, o que definitivamente não garantia a

subsistência da família. Conforme um documento dos brasiguaios, Carta ao MIRAD (1 abr. 1986), a grande maioria só conseguiu a acesso a terra na condição de arrendatário.

O arrendamento, segundo depoimento de um imigrante em 1984, funcionava assim:

Se toma 10 Has. y uno paga un porcentaje. Se paga un 20 por ciento durante 3 años y luego el trabajador entrega ya su tierra al dueño totalmente limpia y el trabajador se va y busca otro terreno bajo este mismo sistema, así hay mucha gente que trabaja en el Brasil. Este sistema no es tan bueno para progresar ya que al empezar a trabajar el dueño de la tierra le da provistas y cuando llega el fin de año y se hacen las cuentas resulta que el patrón ya había entregado todo a cuenta al ocupante, y no le sobra nada al trabajador, ese es el problema. Por supuesto que es mejor si uno posee un poco de tierra propia (Pesquisa CEREP *apud* CEP, 1985, p. 124).

Esse entrevistado teria saído da localidade de Londrina (PR) com destino à Itakyry, no Paraguai. Ali teria permanecido por 4 anos, mas depois se mudado para Campo Limpio, onde ficara 2 anos, até chegar em Minga Porá. Segundo os autores da pesquisa (CEP, 1985), esses deslocamentos teriam obedecido a duração dos contratos de arrendamento, sendo que os locais escolhidos para migrar ofereciam terras para novos contratos.

Há registros de outros casos de camponeses sem terra brasileiros que se estabeleceram no Paraguai como arrendatários, como Teodoro Luiz da Costa: era trabalhador volante em Assis Chateaubriand (PR) quando emigrou para Naranjal onde passara a trabalhar como meeiro numa terra de 10 alqueires pertencente à outro brasileiro, Benedito Landa. Com o acesso a essa terra, começara à plantar sua própria soja e ainda cultura de subsistência (JB, 7 jul. 1977).

Em 1979, os arrendatários Júlio Félix Danileschi e Santos Gonçalves deram depoimento sobre seus itinerários ao repórter Luis Padovani (FSP, 22 abr. 1979). Aquele era arrendatário de Palotina (PR), quando, em 1974, teria migrado para o Paraguai, onde estaria cultivando 11 alqueires. O motivo da ida ao Paraguai seria a oportunidade de acesso à terra que aquele país oferecia. “No Brasil não dá mais pra viver. O dono da terra exige cada vez mais, a família vai crescendo. Eu bem que queria comprar terra no Brasil, mas pobre lá não consegue nada. Então eu vim pra cá” (FSP, 22 abr. 1979).

O segundo afirmara ter sido arrendatário em Marechal Cândido Rondon e, no Paraguai, estaria cultivando um lote de 2 alqueires pelo mesmo sistema. A justificava para a migração é parecida com a dada por Danileschi. “É que lá no Brasil a gente perdeu o lugar na terra porque o dono mecanizou tudo. Aqui, pelo menos, a gente tem um pedaço pra trabalhar, ainda que tenha que dar metade para o dono. Mas tá melhor que lá” (FSP, 22 abr. 1979).

Os dois arrendatários citados acima, antes de emigrar para o Paraguai, residiam no

sudoeste/extremo oeste do Paraná. E, a decisão de partir do Brasil surgira da necessidade de encontrar terras para cultivar, já que os contratos de arrendamento no Paraná não eram mais renovados devido ao cultivo mecanizado, conforme já vimos no primeiro capítulo. Vimos também que no norte do Paraná, a erradicação dos cafezais foi acompanhada também pela mecanização das novas culturas introduzidas, tendo como consequência também a extinção das terras disponíveis para os arrendamentos/parcerias que também eram praticados na região.

Relembramos essa questão para analisarmos a distinção que se faz dos fluxos migratórios de brasileiros em direção ao Paraguai. Em um primeiro fluxo, os trabalhadores que haviam colonizado o norte do Paraná teriam ido para o Paraguai majoritariamente na condição de meeiros ou de trabalhadores assalariados das companhias colonizadoras e dos fazendeiros (ALBUQUERQUE, 2005; SILVA, 2007; MARQUES, 2009; FIORENTIN, 2010). E, em outro fluxo posterior, mais camponeses foram para o Paraguai, não em busca de trabalho remunerado, mas atraídos pelo desejo de aumentar o tamanho das terras que tinham no Brasil²⁵.

o fluxo migratório em direção ao Paraguai ocorreu primeiramente com os agricultores sem a posse de terra ou com pouca terra e, posteriormente, com pequenos proprietários. No caso do primeiro grupo, provenientes principalmente da região norte do Paraná, a migração para o Paraguai aconteceu pela contratação por meio de colonizadoras ou por fazendeiros que necessitavam de mão-de-obra para a abertura de novas áreas.

No caso do segundo grupo, formado por pequenos proprietários ou com pouca terra, a motivação se deu pela ação das colonizadoras, principalmente brasileiras, que apresentavam disponibilidade “de terras de boa qualidade a preços baixos (em relação ao Brasil), sendo possível, assim, com a venda de suas propriedades no Paraná, comprar uma área bem maior no Paraguai” (FIORENTIN, 2010, p. 64).

Fiorentin (2010) não especificou qual seria a origem da maior parte dos agricultores do segundo fluxo migratório, se do sudoeste/extremo oeste ou do norte paranaense, ou ainda se o fluxo tinham origens das duas regiões. De nossa parte, acreditamos não ter havido uma distinção dos tipos de fluxos migratórios, seja no tempo ou no espaço. Pois, dezenas de milhares de famílias, tanto do norte quanto do sudoeste/extremo oeste do Paraná, foram para o Paraguai, primeiro em busca de trabalho ou de terras para arrendar, esperando com isso comprar sua própria terra. Ao mesmo tempo, outras tantas famílias, também de ambas as

²⁵ Essa distinção dos fluxos migratórios de brasileiros que foram para o Paraguai entre “nortistas” e “sulistas” é um desdobramento da contenda sobre o acesso à terra nas duas frentes de colonização no Paraná, conforme vimos no primeiro capítulo.

regiões, tinham um pequeno e insuficiente pedaço de terra no Paraná, vendiam-na para comprar um terreno maior no Paraguai. Essas duas situações ocorriam simultaneamente.

A migração motivada pelo desejo de aumentar o tamanho da propriedade, comumente atribuído aos pequenos proprietários sulistas do sudoeste/extremo oeste do Paraná, deve-se mais ao fato de essas pequenas posses terem se tornado insuficiente para a reprodução social da família, sobretudo depois da modernização conservadora da agricultura. Por outro lado, uma quantidade muito grande de famílias “sulista” que foram para o Paraguai também não tinham um pequeno pedaço de terra para vender no Brasil e tentar adquirir um maior no outro lado da fronteira.

Diante disso, não classificamos, *a priori*, os “nortistas” como arrendatários, meeiros, etc. nem os “sulistas” como pequenos e médios proprietários. Entre sulistas e nortistas, antes de emigrar ao Paraguai, há, entre ambos, quem tinha alguma posse e tantos outros que nada possuíam. Analisamos isso no primeiro capítulo.

Dos camponeses que tinham um quinhão de terra no Paraná, grande parte deles não conseguiram comprar um pedaço “bem maior” no Paraguai, isso ao menos no caso daqueles que tinham menos de 10 hectares no Brasil, os quais constituíam a grande maioria dos migrantes que eram proprietários no Paraná antes de ir para o Paraguai.

Para analisar essa questão do acesso a terra no Paraguai em números, temos poucos e limitados dados. São três fontes. A primeira é referente a uma pesquisa feita pelo *Centro de Estudios Rurales y Evaluación de Proyectos (CEREP)*, produzida à pedido da Conferência Episcopal Paraguaia (CEP) e custeada pela *Inter American Foundation (IAF)*. Nesse estudo, o CEREP entrevistara, no ano de 1984, 29 imigrantes brasileiros residentes nas localidades de T. R. Pereira (Itapúa), San Sebastián (Canindeyú) e General Díaz (Alto Paraná). Além dessa pesquisa, o CEREP também citara dados de outra pesquisa, realizada pela ALPAR, em 1979, realizada com 702 chefes de família de imigrantes brasileiros residentes no Departamento de Alto Paraná.

A segunda fonte é um relatório da Pastoral dos Migrantes, elaborado por Ana Delazeri e Ilda Conradi (2004), intitulado “Perfil do migrante brasileiro e paraguaio na fronteira”. Os dados foram coletados entre abril e julho de 2004 nas localidades sob jurisdição das Dioceses de Dourados (MS) e Alto Paraná (PY). No caso do Paraguai foram entrevistados 437 brasileiros residentes nas localidades de Salto del Guairá, La Paloma, Puente Kyha e Corpus Christi.

A terceira pesquisa entre imigrantes brasileiros no Paraguai foi realizada pelos Missionários Scalabrinianos na Diocese de Encarnación, cujos dados foram coletados entre os

dias 10 a 23 de maio de 2006 e publicada em 2007 por Jurandir Zamberlam e Giovani Corso. A pesquisa ouviu um universo de 1 394 famílias residentes nas localidades de Maria Auxiliadora, Tirol e Naranjito, dentre as quais, 57% procediam do Brasil, 25% de outros municípios do Paraguai, 16% eram naturais de um dos três municípios e, 2% tinham procedência da Argentina ou de outros países. Sobre essa pesquisa, é importante salientar que na elaboração das tabelas, os autores não distinguiram os dados de acordo com a nacionalidade ou procedência dos entrevistados. Dentro desses dados, Zamberlam e Corso observaram que, “apesar das limitações do instrumento de coleta, foi possível identificar dentro do percentual relacionado aos procedentes do Paraguai (41%), muitos descendentes diretos de brasileiros, ou seja, pessoas que nasceram de pais brasileiros, construíram famílias no Paraguai e consideram-se paraguaios” (2007, p. 87).

A primeira questão que destacamos foi a comparação entre a disponibilidade de terras no Paraguai em relação a situação anterior no Brasil, cujo levantamento fora realizado pela ALPAR. Os dados obtidos foram (ver tabela 8): 47% dos imigrantes eram trabalhadores assalariados no Brasil e, desses, 36% permaneciam sem o acesso a terra no departamento de Alto Paraná; 40% possuíam menos de 20 hectares no lugar de origem e, 29% continuaram com menos de 20 hectares no Paraguai; e, dos 13% dos imigrantes que tinham 20 hectares ou mais no Brasil, sobem para 35% no Paraguai.

Tabela 8: Disponibilidade de terra no Brasil e depois no Paraguai

| Disponibilidade de terra | No lugar de origem (em %) | No Departamento de Alto Paraná (em %) |
|--------------------------|---------------------------|---------------------------------------|
| Assalariados no campo | 47 | 36 |
| Menos de 20 ha | 40 | 29 |
| 20 ha ou mais | 13 | 35 |
| Total | 100 | 100 |

Fonte: Pesquisa ALPAR, 1979 (*apud* CEP, 1985, p. 117).

Fundamentalmente, os dados revelam que quase a metade dos imigrantes brasileiros no Paraguai entrevistados não eram proprietários de terras no Brasil e, uma boa parte deles continuou não sendo naquele país. Por outro lado, de acordo com a pesquisa, cerca de 10% dos migrantes teriam conseguido acesso a um pedaço de terra pela primeira vez. Outro apontamento a ser feito é o número daqueles que eram proprietários de menos de 20 hectares no Brasil, os quais conseguiram aumentar a área de suas terras no Paraguai, reflexo da

diferença no preço praticados nos dois países.

Uma segunda questão que nos indica a situação socioeconômica dos imigrantes brasileiros no Paraguai se refere ao tipo de ocupação. Ainda com informações do levantamento da ALPAR, de um total de 1 856 pessoas, com idade entre 30 e 49 anos, a grande maioria teria declarado trabalhar por “conta própria”. Entretanto, uma quantidade significativa desses imigrantes combinam o trabalho assalariado com o empreendimento “por conta própria” na sua parcela de terra ou arrendada.

Tabela 9: Tipos de residência²⁶ e categorias de ocupação, com idades entre 30 e 49 anos e resistência rural. Departamento de Alto Paraná

| Tipos de Residência | Tipos de ocupação | | | | | | | |
|---------------------|-------------------|------|--------|-----|-------------|------|-------|-----|
| | Conta Própria | | Patrão | | Assalariado | | Total | |
| | Quat. | % | Quat. | % | Quat. | % | Quat. | % |
| Unipessoal | 1 | 25 | - | - | 3 | 75 | 4 | 100 |
| Nuclear | 1.179 | 75 | 14 | 0,9 | 380 | 24,1 | 1.573 | 100 |
| Estendido | 128 | 64,6 | - | - | 70 | 35,4 | 198 | 100 |
| Composto | 73 | 90,1 | - | - | 8 | 9,9 | 81 | 100 |
| Total | 1.381 | 74,4 | 14 | 0,8 | 461 | 24,8 | 1.856 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa ALPAR, de 1979 (*apud* CEP, 1985, p. 86).

Na pesquisa do CEREP, de 1984 (CEP, 1985, p. 84), o número de imigrantes que, paralelamente ao trabalho por conta própria, realizavam trabalhos remunerados é significativamente maior do que os dados da pesquisa ALPAR, 58% teriam declarado trabalhar “fora” e, por outro lado, 42% somente por “conta própria”.

E, nos dados da pesquisa da Diocese de Encarnación, 61% do universo de 1 394 famílias declararam-se agricultores, mas na fonte não se especifica se o empreendimento agrícola era realizado por “conta própria” ou se outra. Da mesma forma, não sabemos se a ocupação “empregado” se refere unicamente aos trabalhadores da cidade ou se inclui também a mão de obra assalariada empregada no campo.

²⁶ Em relação aos tipos de residência, unipessoal se refere aos lares com apenas uma pessoa, nuclear à família, estendido à família com um ou mais parentes e composto se refere à residência familiar onde vive uma ou mais pessoas que não são parentes.

Tabela 10: Pesquisa Diocese de Encarnación. Ocupação familiar

| Ocupação da Família | M ^a . Auxiliadora % | Tirol % | Naranjito % | Total geral % |
|---------------------|--------------------------------|---------|-------------|---------------|
| Agricultor | 68 | 63 | 58 | 61 |
| Comércio | 11 | 9 | 12 | 11 |
| Empregado | 17 | 23 | 21 | 21 |
| Desempregado | 0 | 1 | 3 | 2 |
| Outra | 4 | 4 | 6 | 5 |

Fonte: Zamberlam; Corso (2007, p. 89).

O terceiro ponto que destacamos é de suma importância para entendermos qual o tipo de acesso à terra que os imigrantes brasileiros conseguiram no Paraguai. Trata-se de dados referente à condição do produtor. Estas estatísticas indicarão razoavelmente a percentagem dos brasileiros que conseguiram o acesso à terra no Paraguai na condição de proprietários, arrendatários e posseiros.

Na pesquisa CEREP (ver tabela 11), de um lado, apenas 7% dos imigrantes não teriam nenhum tipo de acesso a terra no Paraguai, portanto não possuíam nenhum empreendimento agrícola “por conta própria”. Esse é o pessoal que dependia exclusivamente do trabalho remunerado, tanto nas lavouras como nas vilas.

Tabela 11: Formas de acesso a terra dos brasileiros no Paraguai

| Forma de acesso a terra | Porcentagem |
|------------------------------|-------------|
| Proprietários | 31 |
| Ocupante de terra Fiscal | 17 |
| Ocupante de terra particular | 45 |
| Não tem acesso a terra | 7 |
| Total | 100 |

Fonte: Pesquisa CEREP, 1984 (Adaptado *apud* CEP, 1985, p. 163).

Por outro lado, apenas pouco mais de 30% dos brasileiros considerados pela pesquisa CEREP, à altura do ano de 1984, haviam conseguido alcançar seus objetivos no Paraguai, ou seja, conseguiram tornar-se proprietários de um quinhão de terra naquele país. Em contraste, quase a metade dos imigrantes (45%) ainda eram ocupantes de terra particular, principalmente como arrendatários e agregados. A pesquisa CEREP também revelara que 17% dos imigrantes

eram ocupantes de terras fiscais, ou seja, pessoas que conseguiram obter o acesso à terra mediante a posse.

Desses dados, podemos concluir que mais da metade dos imigrantes brasileiros no Paraguai cultivavam apenas pequenas “roças”, empreendimento que, no mais das vezes, não garantia totalmente a subsistência da família, quanto mais gerar excedente de capital para comprar terras mesmo que parcelado. O mesmo também vale para aqueles que haviam conseguido comprar apenas um pequeno lote.

Duas década depois da pesquisa CEREP, temos a pesquisa realizada, em 2004, com 437 imigrantes brasileiros residentes nas localidades de Salto del Guirá, La Paloma, Puente Kyjha e Corpus Christi, cujos dados referentes à condição do produtor foram estes: proprietário (43,2%); empregado (25,8%); arrendatário (7,1%); outras ocupações na agricultura ou não responderam (23,9%) (DELAZERI; CONRADI, 2004).

Dois anos mais tarde, pesquisa na Diocese de Encarnación, realizada em 2006, apresentara os seguintes resultados quanto à condição do produtor: proprietário (64%), arrendatário/percentagem (10%) e, não possui acesso à terra (26%) (ZAMBERLAM; CORSO, 2007).

Essas duas pesquisas, comparadas com aquelas realizadas na década de 1980, mostram, de uma lado, a quase extinção da prática do arrendamento no início da primeira década deste século e, por outro, o aumento dos entrevistados que se declararam proprietários.

Entretanto, em primeiro lugar, deve-se considerar que desde o início da década de 1980, os migrantes que não encontraram as oportunidades que lhes foram prometidas no país vizinho começaram a retornar e ainda continuam a voltar (basta acompanhar na imprensa a quantidade de brasiguaios acampados nos Estados do Mato Grosso do Sul e Paraná).

Mesmo aqueles que tiveram algum êxito, a maioria somente teve acesso à lotes de terra com até 25 ha, conforme estes dados da Diocese de Alto Paraná: até 25 ha (15,3%); 26 a 100 ha (3,4); não possui terra ou não respondeu (75,7%) (DELAZERI; CONRADI, 2004). Em segundo lugar, à medida que as terras estavam prontas para receber o cultivo mecanizado, progressivamente a prática do arrendamento deixara de existir.

Portanto, o aumento da proporção de proprietários em comparação com os arrendatários deve-se, em primeiro lugar, ao retorno massivo dos brasiguaios que não tiveram êxito e, em segundo lugar, ao fim da prática do arrendamento após completada a etapa de limpeza das terras.

Existem muitos casos de colonos que, de pequenos proprietários no Brasil, no Paraguai conseguiram se tornar agricultores razoavelmente bem sucedidos economicamente.

Fiorentin (2010) entrevistou alguns agricultores residentes no Paraguai, nas localidades de Curva da Lata (Katueté) e Gleba 11 (Mbaracayu), cujas experiências apontam para casos desse tipo. Dos oito agricultores entrevistados, a metade havia vendido uma área de 5 alqueires no Brasil e adquirido outra de 20 alqueires no Paraguai, outros dois haviam recebido 10 e 20 alqueires de terras no país como herança, um tinha vendido 1 alqueire e comprado 10 no Paraguai e, outro chegou ao país como arrendatário, condição na qual permanecera até a data da entrevista, realizada em 2009.

Dos sete agricultores que haviam conseguido comprar 10 ou mais alqueires de terra, os dados citados pela autora indicam que 4 haviam conseguido prosperar no Paraguai, inclusive conseguindo comprar mais terras ao longo de 20 ou 30 anos de trabalho. Dos demais, consta que dois perderam a terra: um havia perdido para um *cerealista* por conta de dívidas e outro por problemas de documentação²⁷.

A julgar por esses dados, não dá para negar a ascensão socioeconômica, no Paraguai, de muitos daqueles que eram antigamente pequenos agricultores no Paraná. Não é difícil de encontrar exemplos desse tipo no Paraguai. Entretanto, a maior parte daqueles que eram pequenos proprietários no Brasil não conseguiram ficar “ricos” no Paraguai como lhes fora prometido. E, entre os colonos que já eram sem terra no Brasil, certamente são raros aqueles que conseguiram ascender economicamente no país vizinho. Na verdade não achamos nenhum caso deste tipo.

Ao que parece, a ida ao Paraguai teria sido “uma busca de solução que aos poucos foi se transformando em pesadelo”. Enquanto havia matas fechadas, havia a disponibilidade de terras “para abrir e fazê-la produzir” (CARTA AO MIRAD, 1 abr. 1986).

Abrimos, destocamos, produzimos nas terras, abrimos estradas, construímos escolas, cadeias públicas, postos policiais, postos fiscais, formamos vilas e povoados, enfim, desbravamos a terra às custas de muitos sacrifícios e humilhações. Quando chegamos, poucos conseguiram comprar um pedaço de terra do IBR, a colonizadora oficial do Paraguai. À maioria se empregou como diaristas nas grandes propriedades de empresários e fazendeiros brasileiros em cultivos provisórios, através de concessão de pequenas áreas de terras para posterior plantio de capim, ou soja e como arrendatários (CARTA AO MIRAD, 1 abr. 1986).

Na verdade, a ida desses brasileiros para o Paraguai constituiu uma verdadeira exportação do problema agrário brasileiro. O incentivo dado pelos governos militares à modernização da agricultura e as supostas facilidades que teriam no Paraguai levou dezenas

²⁷ Mais adiante iremos analisar outros casos de perda das terras e outros que tiveram dificuldades em obter as escrituras.

de milhares de agricultores familiares para dentro do país vizinho. Entretanto, depois que as terras ficaram limpas, sobraria para a Nova República resolver o problema de acesso à terra dessa população de camponeses.

4.5 Problemas com as escrituras da terra

Nos anos de 1970 e 1980, o Paraguai do general Alfredo Stroessner, a julgar pelas fontes que temos, foi lugar privilegiado para a atuação de toda espécie de pessoas inescrupulosas. Isso na venda de terras, na compra da produção, na tiragem de documentos pessoais e das escrituras das terras, dentre outros.

Além do sofrimento e sacrifício despendido na compra de um quinhão de terra, a quitação da sonhada propriedade, no mais das vezes, não garantia tranquilidade ao agricultor. Segundo religiosos que acompanharam o drama de diversas famílias de imigrantes brasileiros no Paraguai, uma das lutas mais dramáticas se desenvolvia na busca pela escritura das terras, “solenemente prometido quando da venda do imóvel, mas sistematicamente negado após a quitação do débito compromissado” (D’ANGELIS; MAZZAROLLO, 1981, p. 13).

Além dessa falta de honestidade de muitos negociantes de terras, de acordo com documento da CNBB (PAVANELLO, 1992), muitos problemas com a obtenção das escrituras têm origem principalmente em três tipos de fraudes: 1, quando a mesma terra era vendida, ao mesmo tempo, duas ou mais vezes à diferentes compradores; 2, na compra de lotes cuja terra havia sido grilada pelo vendedor; e, 3, em outros casos, quando empresas fantasmas cobravam as prestações e na hora de emitir o título simplesmente desapareciam.

A situação dos títulos de terras dos brasiguaios é uma das mais graves dificuldades. Compram terras griladas ou até mesmo terras vendidas a 4 ou 5 pessoas ao mesmo tempo. Muito comum foram empresas fantasmas cobrarem as prestações e desaparecerem sem fornecer os títulos. Muitos brasiguaios chegaram a pagar totalmente 3 ou 4 vezes pela mesma terra, sem conseguir a escritura. E sem a escritura não conseguia o crédito agrícola (PAVANELLO, 1992, p. 2).

Os casos de venda de um mesmo imóvel à mais de um agricultor eram mais comuns quando o vendedor era algum membro do governo paraguaio, sobretudo das Forças Armadas. Isso porque a base de sustentação de Stroessner no poder se baseava na distribuição de vantagens em troca da fidelidade ao ditador; em muitos casos, esse benefício foi em terras. Esses beneficiários, por sua vez, comumente vendiam as terras em tamanhos menores aos imigrantes brasileiros.

Contudo, ao vender a terra para os pequenos agricultores, posteriormente, podia aparecer uma companhia colonizadora interessada nas mesmas terras e então oferecia uma oferta bem melhor por ela. Esse seria os casos em que o trecho do documento abaixo se refere.

A gente comprava a terra e pagava. Recebia um título. Depois de algum tempo vinha alguém dizendo que o documento não valia. Tinha que pagar a terra de novo. Teve companheiros que pagaram a terra 3 vezes, [...]. No final muitos companheiros foram despejados, presos e prá completar foram expulsos perdendo tudo (CARTA À POPULAÇÃO, 21 jun. 1985).

Nesses casos, a situação para os imigrantes era ainda mais complicada, porque geralmente um membro do exército paraguaio estava envolvido na contenda, que certamente não teria nenhum empecilho que pudesse de lhe impedir que mobilizasse a polícia paraguaio para expulsar os pequenos agricultores em benefício do outro comprador mais ilustre, no caso um grande negociante imobiliário, também brasileiro.

A prática de venda de terras da qual o vendedor não era proprietário ocorria, comumente, quando o chamado “colonizador” tinha, por exemplo, 15 mil hectares para loteá-la em tamanhos menores e vendê-las. No entanto, ao invés das 15 mil ha, o colonizador vendia terras ao redor além do que realmente possuía. Conforme as fontes disponíveis, esse tipo de fraude ocorrera de forma mais generalizada em dois núcleos de colonização: de Santa Teresa, seguida, em menor escala, quanto ao número de vítimas, pelo núcleo de Santa Rosa del Monday

Até o início da década de 1980, essas duas formas de conflitos citadas eram favorecidas pela falta de cartório de registro das propriedades, pois “em todo o Paraguai, só existe um cartório de registro, o 'Registro Nacional de la Propriedad', em Assunção, o que dificulta saber quem são os reais donos das terras" (FSP, 23 nov. 1981). Por isso, com informações da FSP (23 nov. 1981), os negócios seriam feitos com base em recibo de “compra e venda”, e isso não garantia nenhuma segurança aos compradores pequenos agricultores.

Essa parte da população brasileira no Paraguai não tinham quase ninguém a quem recorrer diante das inúmeras arbitrariedades cometidas pelas autoridades paraguaias locais, que quase sempre agiam a mando de empresários brasileiros ou paraguaios. Poderiam reivindicar seus direitos sobre a posse de suas terras na justiça. Mas isso seria um ato considerado inadmissível pelos poderosos pretensos proprietários, que colocavam, com isso, a

cabeça do confrontador à prêmio, conforme relatou o agricultor Teodorodoro Gella²⁸ ao repórter Luis Padovani: "E se a gente for para a Justiça, com advogado e tudo, pode ganhar, mas não adianta nada. Teve um colono, o Antônio Cardoso, que ganhou a questão na Justiça e por isso mesmo teve que abandonar tudo e fugir, pra não morrer" (FSP, 22 abr. 1979).

Em diversos casos, além de se deparar com algum dos tipos de fraude elencados acima (ou outro que seja), o pesadelo dos agricultores ainda assumia contornos mais dramáticos quando intermediários se ofereciam aos agricultores para providenciar o título: pegavam dos colonos os contratos de compra e venda e os recibos de pagamento para depois usar esses documentos a fim de extorquir:

É comum certos elementos, muitas vezes protegidos por autoridades locais, oferecem-se como mediadores para aquisição do vital documento [escrituras], tomarem dos colonos os contratos de Compra e Venda e respectivos recibos de pagamentos, prometendo resolver a questão em Assunção, e depois voltarem alegando extravio, demora normais, devolvem documentos rasurados (a devolução e fato pouco habitual), exigindo altas somas em dinheiro para contornarem situações imprevistas, e, não raro, surpreendendo com definições de que tal área pertence a terceiros... (D'ANGELIS; MAZZAROLLO, 1981, p. 18).

Esse cenário de extorsão para todo lado também fora narrado, em 1979, por Luis Padovani que, juntamente com uma equipe do Centro Pastoral do Migrante da Arquidiocese de São Paulo, percorreram diversas colônias de brasileiros no Paraguai. Dessa visita resultou a reportagem de uma página intitulada *Brasileiros no Paraguai, uma ilusão*. Segunda a reportagem, são fatos comuns vividos pelos colonos brasileiros: "Expulsão dos colonos da terra, roubo de madeira, violência, ameaças, inutilização dos recibos de pagamento [da terra]" (22 abr. 1979).

Conforme a reportagem (FSP, 22 abr. 1979), os problemas com a posse definitiva da terra seria a principal causa da *ilusão* dos colonos brasileiros no Paraguai. De acordo com cálculos de Padovani, sessenta por cento dos brasileiros que haviam comprado lotes no país, até 1979, tinham ou ainda poderiam ter problemas com a escrituração das terras, "uma etapa do processo que culminará com o abandono ou a expulsão da terra" (FSP, 22 abr. 1979).

Estariam nessa situação aproximadamente 30 mil famílias, em torno de 200 mil pessoas, "que derrubaram a mata, abriram estradas, construíram cidades e agora estão sendo expulsas" (FSP, 22 abr. 1979). Mais de dois anos depois, em 1981, o repórter Luís Salgado

²⁸ O caso deste colono será retomado quando abordaremos os problemas que surgiram pela posse da terra, envolvendo pequenos agricultores *versus* empresários e outros personagens poderosos, no núcleo colonial de Santa Teresa.

Ribeiro e o fotógrafo Jorge Araújo, também da FSP, percorreram por oito dias as zonas de colonização de brasileiros no Paraguai. Como resultado desse trabalho, entre os dias 22, 23 e 24 de novembro de 1981, a FSP publicou uma série de reportagens sob o título geral de *A ilusão brasileira no Paraguai*. Ou seja, tal como na reportagem de Padovani, de 1979, a palavra “ilusão” fora novamente utilizada para sintetizar a ida esperançosa de colonos brasileiros ao Paraguai.

Em 1981, o jornalista Juvêncio Mazzarollo acreditava na existência de aproximadamente 400 mil brasileiros no Paraguai e, dos quais, oitenta por cento não teriam títulos de propriedade (FSP, 23 nov. 1981). Esses dados revelam a dramática situação dos pequenos agricultores brasileiros no Paraguai no final da década de 1970 e início dos anos 80, mesmo entre aqueles que conseguiram pagar suas terras.

A seguir, continuaremos a investigação dos problemas com o título das terras. Mas agora sairemos da expressão geral “pequenos colonos brasileiros no Paraguai”, para analisarmos casos específicos, sobretudo no núcleo de Santa Teresa.

4.5.1 Núcleo colonial de Santa Teresa

O Núcleo colonial de Santa Teresa, localizada no Departamento de Caaguazú, foi uma das zonas de colonização que mais vitimou camponeses brasileiros no Paraguai. Conforme reportagem de Luis Padovani (FSP, 22 abr. 1979), a colonização da região teria se iniciado em 1970, após o IBR ter autorizado um projeto de colonização de um fazendeiro brasileiro chamado Lino Marchetti²⁹.

A área de colonização aprovada pelo IBR seria de 15 mil hectares, localizada entre os rios Iguazú e Acaraí. Nesse projeto de colonização, estava previsto a “abertura de estradas, construção de escolas, destinação de áreas para as comunidades” (FSP, 22 abr. 1979). Entretanto, Marchetti teria aberto apenas a estrada principal e enviado corretores ao Brasil para vender as terras.

Em 1972, cerca de dois anos após Marchetti ter iniciado a venda dos lotes, aparecera na região um suposto general paraguaio, chamado Mario La Terça, “dizendo-se o verdadeiro proprietário da maior parte das terras” que fora vendida por Marchetti (FSP, 22 abr. 1979). Era o início das perseguições aos imigrantes brasileiros que haviam comprado terras de Lino Marchetti na região.

²⁹ O fazendeiro Marchetti também atuou no sudoeste do Paraná, onde igualmente perseguiu muitos posseiros na região.

Aparentemente, os problemas surgiram porque Marchetti teria vendido muito mais terras do que possuía. Além do projeto de colonização de uma área de 15 mil ha aprovada pelo IBR, Marchetti vendera mais 30 mil ha cujo proprietário era e continuava sendo desconhecido, uma vez que La Terça não apresentou a documentação que comprovasse ser ele o legítimo proprietário das terras vendidas além da conta por Marchetti (FSP, 22 abr. 1979).

Para piorar ainda mais a situação dos pequenos agricultores, além de La Terça, não demorou para aparecer outro personagem que, assim como este, iria aterrorizar a vida de muitos brasileiros na região. Trata-se de Eutímio Ioanides, conhecido pelos colonos como “o Grego”. Ele era um antigo sócio de Lino Marchetti e, pelo que consta, Ioanides tomara o lugar de Marchetti como dirigente da Colonizadora Grego-Paraguaio (FSP, 22 abr. 1979).

O núcleo colonial de Santa Teresa, de acordo com o Padre Benjamin, teria chegado a contar com cerca de 1 500 famílias, mas, em função dos problemas que surgiram com La Terça e com o Grego, muitos imigrantes, temendo por suas vidas, teriam abandonado a colônia. Até 1979, dois terço das famílias teriam ido embora daquela região (FSP, 22 abr. 1979).

A reportagem da FSP, de 1979 (22 abr.), apresentara o caso de alguns brasileiros que teriam tido algum tipo de problema com La Terça e/ou com o Grego, que nos parece valer a pena citá-los. O primeiro é o do camponês José Martin Neto. Por volta de meados de 1970, este agricultor teria vendido seu pequeno lote no município de Assis Chateaubriand, localizado na região oeste do Estado do Paraná, e investido no pagamento de 40% dos Cr\$ 4 mil num lote de 10 alqueires pedidos pelo corretor enviado por Lino Marchetti. No Paraguai, com outras 16 famílias de agricultores brasileiros, Martin Neto fundara a comunidade de San Rafael, pertencente ao núcleo de Santa Teresa.

Nós chegamos aqui e era tudo mato bravo. Aquelas promessas de estrada, escola, eram tudo mentira. Mas a gente já tava aqui mesmo e então ficou. Abrimos as estradas, fizemos a igreja, construímos as casas, tudo isso depois que trouxemos a mudança nas costas para dentro do mato (FSP, 22 abr. 1979).

Entretanto, logo depois de limpar a terra e iniciar a produção, aparecera La Terça dizendo-se o verdadeiro proprietário da terra.

Ele [La Terça] disse que a terra era dele, que o Lino Marchetti tinha vendido a mais, e então o paraguaio fez a divisão da área como quis. Como a gente protestou e disse que já tinha pago e que a terra era nossa, ele mandou depois um tal de coronel Infancio, que é lá de Itaipu, junto com pistoleiros que

tomaram os contratos da gente na ponta do fuzil (FSP, 22 abr. 1979).

Conforme reportagem da FSP, Martin Neto fora preso e ameaçado de morte pelo bando de La Terça. Outro caso foi o de Teodoro Gella. Em 1969, esse agricultor comprara de Lino Marchetti uma área de 40 alqueires. Entretanto, “como os outros colonos, Teodoro estava defendendo a sua propriedade ante as pretensões de Mario de La Terça, até que a esse problema somou-se um caso com Ioanides” (FSP, 22 abr. 1979).

O problema de Gella com o grego teve origem a partir de uma compra de madeira. O agricultor teria comprado madeira no valor de 180 mil guaranis, mas só teria recebido equivalente ao valor de 134 mil guaranis. "Quando eu fui buscar a diferença com o Grego - disse o colono - ele falou que eu não tinha nada para receber ali e me mandou embora, ameaçando com os jagunços" (FSP, 22 abr. 1979).

No núcleo de Santa Teresa, a reportagem (FSP, 22 abr. 1979) ainda publicara o caso de mais dois camponeses brasileiros, ambos vítimas do tal Grego. O primeiro é o do agricultor Henrique João Vantiennen. Em 1969, Vantiennen comprara de Lino Marchetti 20 alqueires na comunidade de San Carlos. Havia pago metade à Marchetti e, a outra metade, ao próprio Grego. Entretanto, quando Vantiennen terminara de pagar o restante da terra ao Grego:

Em lugar de ganhar a escritura da propriedade, o colonizador pediu o contrato antigo para que fosse trocado, pois a empresa era outra. Para receber o novo contrato, Vantiennen teve que pagar mais 92 mil guaranis, e em lugar dos 20 alqueires delimitados anteriormente, surgiram no papel apenas 10 alqueires, situados “em qualquer parte da gleba” (FSP, 22 abr. 1979)

Entretanto, conforme reportagem da FSP, mesmo sob ameaça, Vantiennen se recusara sair de suas terras. Possivelmente, como represália a este ato:

o colono viu um genro ser preso pela “Comissaria” de Polícia de Santa Teresa, e toda a comunidade ouviu durante a noite os gritos de Emílio Vantiennen sendo espancado até que os sons foram bruscamente interrompidos. Nem a família e nem o bispo diocesano conseguiram ver Emílio ou o que restou dele (FSP, 22 abr. 1979).

Angelo Batistus foi outro brasileiro que comprara 50 alqueires também em San Carlos e teve problemas com o Ioanides. Esse colono teve sua madeira roubada e estaria ameaçado de perder 37 alqueires de sua propriedade. Sobre a sua situação, bem como a dos demais imigrantes brasileiros na região, Batistus teria dado o seguinte depoimento: "Se eu soubesse

que aqui era assim, eu não tinha vindo. *Acho é que eles estão usando a gente para desmatar a terra e depois eles tomam conta de tudo. O plano acho que é esse, sim*" (FSP, 22 abr. 1979, grifo nosso)

A suspeita do agricultor brasileiro Batistus, grifada acima, parece exprimir o motivo pelo qual os pequenos agricultores foram tão incentivados em ir para o Paraguai, principalmente pelos “colonizadores” sem honestidade. Vejamos mais casos, parecidos com os vistos até aqui, em outros núcleos de colonização.

4.5.2 Problemas com escrituras registrados em outras colônias

Além de Santa Teresa, também encontramos registros de problemas com a escrituração das terras nas Colônia Laura e Dr. J. Euljio Estigarribia, ambas do núcleo de Hernandárias, e nas localidades de Santa Rosa del Monday, Naranjal e Pequiri, todas no Departamento de Alto Paraná.

Na Colônia Laura, segundo reportagem do JB (7 jul. 1977), os pequenos agricultores adquiriram as terras da empresa chamada Imobiliária Paranaense em 1971, encarregada de colonizar esta fração da Industrial Paraguaia, num total de 2 mil e 500 hectares, onde plantavam menta, soja e milho. Entretanto, quando as terras já estavam produzindo, em 1975 surgira um novo proprietário, o General Germán Martínez, com um título das mesmas terras expedido pela Industrial Paraguaia. O General exigia que os colonos - que haviam pago 12 mil guaranis (Cr\$ 1 mil e 500) por alqueire, além de terem realizados numerosas benfeitorias - deixassem a terra ou lhe pagassem 30 mil guaranis (Cr\$ 3 mil 750).

Diante dessas ameaças, os agricultores recorreram ao presidente da cooperativa local que, às expensas dos colonos, teria feito 28 viagens até Assunção. O IBR, por sua vez, decidiu que o verdadeiro título era o do General Martínez e, seu presidente, Juan Manuel Frutos, deu um prazo de dois meses para a saída dos colonos (JB, 7 jul. 1977).

Na colônia Dr. J. Euljio Estigarribia, em 1981, cerca de 8 000 famílias estariam passando por dificuldades na obtenção das escrituras das terras adquiridas da Industrial Mbaracayú, mesmo após a quitação das parcelas devidas. Segundo contrato de Compra e Venda firmado, a vendedora se comprometera a “outorgar o título de propriedade em prazo não maior que 30 dias após quitada a compra. Entretanto, inúmeros colonos estão há cinco anos esperando que se cumpram os 30 dias fixados pela colonizadora” (D’ANGELIS; MAZZAROLLO, 1981, p. 13).

Em Santa Rosa del Monday, embora poucos os casos de ameaças e perseguições,

"houve quem perdesse tudo o que pagou, tendo que comprar a terra novamente ou desistir e voltar ao Brasil" (FSP, 22 abr. 1979). Nessa Colônia, em 1979, já com cinco anos de colonização, o otimismo dos imigrantes era grande com a nova colonizadora, que teria aberto as estradas e deixado espaços para escolas, igrejas e áreas comunitários. Conforme destacara Padovani, "das dezenas de agricultores entrevistados, nenhum possui o tão desejado certificado [escritura da terra]". Mas, a maioria dos colonos estavam esperançosos de que as escrituras seriam "entregue no mês que vem" (FSP, 22 abr. 1979).

Entretanto, na comunidade de Naranjal, que pertencia ao núcleo de Santa Rosa, havia ocorrido uma fraude parecida com aquela cometida por Lino Marchetti, no núcleo de Santa Teresa. No caso de Naranjal, o primeiro "colonizador", Oscar Muxfeld, empresário brasileiro, teria embolsado o dinheiro dos agricultores que haviam adquirido terras na comunidade e os deixado sem as escrituras, já que também teria vendido terras a mais. Nesse caso, a financeira "Cuatro Ventos", do Paraguai, "assumiu a colonização e passou a cobrar as terras como se os colonos já não as houvessem pago [ao colonizador Oscar Muxfeld]" (FSP, 22 abr. 1979).

Uma das vítimas de Oscar Muxfeld e da Cuatro Ventos, de acordo com o repórter Padovani, fora o colono Ello José Kempf. O agricultor morava no município de Maravilha (SC), quando decidiu emigrar para o Paraguai depois de ouvir as promessas de João Muxfeld, irmão de Oscar Muxfeld. No Paraguai, Kempf adquiriu 101 ha em Naranjal, mas, com a fraude de Oscar Muxfeld, perdeu o que pagou a este e passou a dever à Cuatro Ventos a importância de 20 mil guaranis por hectares, valor que se dizia incapacitado de pagar (FSP, 22 abr. 1979).

Em função de problemas parecidos com os de Kempf, até 1979, 20 famílias já teriam ido embora da comunidade de Naranjal. Os problemas com as escrituras das terras e as fraudes na venda de lotes parecem se repetir em todas as zonas de colonização que envolvia pequenos agricultores brasileiros, pois "tanto nas áreas de colonização mais antigas, como a de Piquiri, como nas que apresentam menos problemas, como a de Santa Rosa del Monday, contam-se nos dedos os colonos que receberam as escrituras definitivas de propriedade" (FSP, 22 abr. 1979). No caso específico de Piquiri, por exemplo, à altura de 1979, a colonização já era mais ou menos de 20 anos e, mesmo assim, eram poucos os brasileiros que tinham recebido as escrituras.

4.6 Extorsões na comercialização da produção agrícola e na exigência de documentos pessoais

Depois do acesso a terra, a questão crucial que se segue é a comercialização do excedente produzido pelos camponeses. Nos primeiros anos de abertura das colônias, as formas mais comuns, as vezes únicas, disponíveis para vender as safras era por meio de intermediários e comerciantes locais.

Para complicar, a licença aos intermediários, também conhecidos como *cerealistas*, operarem apenas era concedida a adutores do partido *oficialista*, ou seja, do Partido Colorado. Ao extorquir algum agricultor, este não tinha a quem recorrer, uma vez que o extorsionário bem como o *alcaide* (Prefeito) e o *comissário* faziam parte do mesmo “grupo”.

Tanto que muitos agricultores procuravam vender sua produção somente à vista, como, por exemplo, no caso de Afonso Ridgher, que já havia pago duas vezes pela terra que comprara na Colônia Mbaracayu. "Só vendo minha produção ‘al contado’, como dizem os paraguaios ou com o dinheiro ‘em cima do toco’, como preferem os mineiros" (FSP, 23 nov. 1981). Mas nem sempre era possível vender com o pagamento imediato, a maioria estaria a mercê dos *cerealistas*, "que compram o produto como querem e pagam se quiserem", teria afirmado outro brasileiro no Paraguai, Enrico Bertolini (FSP, 23 nov. 1981).

Além de correr o risco de não receber pela colheita, comumente, na época da safra, os preços dos produtos despencavam. Documentos dos brasiguaios, *Carta à População* (Mundo Novo, MS, 21 jun. 1985) e *Carta ao MIRAD* (Campo Grande, MS, 1 abr. 1986), citam como exemplo a soja: custando em Assunção 88 guaranis o quilo, a soja tem que ser depositada a 70 guaranis ao intermediário, já descontados os fretes e o imposto de 2,5. Conforme explicam nesses documentos, esse preço não seria suficiente para cobrir o preço gasto na semente e nos financiamentos feitos para preparar as roças.

Outro tipo de extorsão que vitimara muitos brasileiros no Paraguai foi a exigência do *Visto* ou do *Carnê de Imigrante*. É interessante notar que nas décadas de 1970 e 1980 o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) ainda não existia, portanto, para adentrar no país vizinho, os brasileiros precisavam providenciar o *visto*. Entretanto, as fontes evidenciam que, mesmo sem nenhum tipo de permissão, os brasileiros passavam com suas mudanças pela aduana paraguaia de Puerto Stroessner livremente.

Essa abertura da fronteira paraguaia ocorrera, em primeiro lugar, porque havia toda uma política (a qual envolvia interesses tanto do general Alfredo Stroessner quanto de latifundiários, conforme já explicamos no segundo capítulo) que almejavam a imigração de

camponeses brasileiros e, em segundo lugar, se as formalidades para entrar no Paraguai tivessem sido respeitadas, dificilmente os pobres teriam tido condições de emigrar para o país guarani.

Contudo, se não foi um entrave para entrar, uma vez alojado em território paraguaio, o visto e o carnê de imigrante passavam a ser exigidos principalmente pelos comissários, o qual, durante as décadas de 1970 e 1980, era a única autoridade pública presente na maioria das colônias. Conforme as fontes indicam e de acordo com Sprandel (1992), em muitos casos esses gestores relativizavam as leis de acordo com suas convicções e, em casos ainda mais graves, segundo a Comissão Pontifícia de Justiça e Paz do Paraná (CPJP/PR), parte dos comissários se especializaram “em tirar dinheiro dos colonos sob qualquer pretexto” (D’ANGELIS; MAZZAROLLO, 1981, p. 18).

Um desses “pretextos” era precisamente revistar os imigrantes nos bares, estradas e, por vezes, ia-se até a casa dos agricultores averiguar se estes portavam o Carnê de Imigrante. Essas situações costumavam ocorrer principalmente em época de colheita, quando os comissários sabiam que os brasileiros tinham vendido sua produção.

Uma comissão de brasiguaios fez denúncias nesse sentido ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) em 1986: “O Paraguai é um país sem segurança econômica, é a mesma carestia. Também tem a perseguição do documento. Cada colheita tem um documento. Chega d’um lugar pro outro o documento não vale nada” (CCA/MIRAD, Caderno de atendimento n.3, p. 9-10 *apud* SPRANDEL, 1992, p. XI).

Tirar o Carnê de Imigrante consumia entre 250 mil e 500 mil guaranis, dependendo do nível de corrupção dos gestores. À muitos brasileiros no Paraguai, conforme documento dos brasiguaios acampados em Mundo Novo (MS), esse valor era um empecilho à legalização da permanência naquele país.

A documentação era muito cara. A gente não tinha condições de fazer. Se não fizesse os documentos seria preso, espancado, depenurado. Era obrigado trabalhar de graça, sem comer e ainda tomavam as coisas da gente. Davam tiros prá assustar e até casos de morte (CARTA À POPULAÇÃO, 21 jun. 1985).

Aquele imigrante que não tinha documento quando abordado pelos comissários via-se obrigado a pagar para ser liberado. Se não tivesse como pagar, o “indocumentado” era levado à *Comisaría* onde comumente era torturado. Em casos ainda mais extremos de violência, muitos agricultores eram submetidos à trabalhos forçados por oficiais locais da ditadura de Stroessner. Esse seria o caso de um agricultor chamado Waldomiro Henriques Martins, o

qual, antes de voltar ao Brasil e acampar em Mundo Novo, com centenas de outras famílias de brasiguaios, morou por cinco anos na localidade de Porto Adela, no Paraguai. Nos seus dois primeiros anos em que viveu nesse local, ele e outros brasileiros teriam sido obrigados, por um tal capitão Ayalla, a trabalhar pelo menos um dia por semana, de graça, na limpeza do quartel ou no sítio desse oficial.

Quando a gente faltava um dia, era obrigado a trabalhar oito dias seguidos, e os milicos armados iam buscar a gente em casa. Uma vez, mais de cinquenta brasileiros ficaram presos por oito dias no sítio desse capitão. Então, nós conseguimos apoio do consulado brasileiro e fomos numa turma de mais de quinhentos “brasiguaios” até o sítio do capitão (FSP, 22 set. 1985).

Segundo contou Martins, o capitão, ao ver os imigrantes chegarem acompanhados de autoridades brasileiras, teria liberado na hora os presos. A partir disso, os brasileiros de Porto Adela teriam se livrado do trabalho forçado, mas, em contrapartida, passaram a ter de pagar 5% da produção ao quartel (diga-se para o capitão).

É importante ressaltar que a maioria dos imigrantes brasileiros não tiveram nenhum problema parecido com os casos que citamos ou com qualquer outro que seja. Entretanto, o medo de ser abordado (mesmo quem possuía o Carnê de Imigrante) vitimara praticamente todos os imigrantes brasileiros pobres no Paraguai. O Serviço Pastoral dos Migrantes relatara o medo e a insegurança que atormentava muito imigrantes:

Una cosa que existió y existe es el miedo y la inseguridad. Había tanta gente que no salía de acá, porque de repente tenía que rendir cuenta de un documento y no lo tenía, y, entonces, debía pagar para seguir adelante: ¡y lo que se ha pagado por ahí para poder salir de una situación así (SPM, 1994, p. 53).

O medo e a insegurança não se restringia aos brasileiros indocumentados, muitos daqueles que tinham condições de pagar pelo Carnê de Imigrante se deparavam com a corrupção dos gestores locais até quando os procuravam para solicitar os documentos.

Los inmigrantes que están acá, algunos no tuvieron problemas, otros sí tuvieron, porque pagaron para conseguir su tarjeta y después no consiguieron y de ahí que tuvieron que ir a otro lado para gestionarlo. No consiguieron porque le dicen que se habían perdido los papeles en otro lado. Así hay gente que pagaron 2 o 3 veces y no le dieron. Pagaron 10.000 guaraníes por obtener su tarjeta (CEP, 1985, p. 187).

Um padre da Paróquia de Santa Rosa (PY) também fizera denúncia nesse sentido:

La gente que ha perdido documentos en la manos de personas que no tenían escrúpulos y la plata perdida son quejas sin fin, sin fin!, según lo que escuchamos desde junio al iniciar este proyecto... (en referencia al apoyo de la Pastoral de los Migrantes para la documentación de los inmigrantes brasileros). Ocurrieron abusos increíbles! Yo conseguí muchos protocolos (desde hace tres o cuatro años). Investigamos, averiguamos en Migraciones. No se encontró nada, ni un sólo carnet de inmigrante! (SPM, 1994, p. 53).

Essas fontes nos indicam as dificuldades e angústias que muitos imigrantes brasileiros tiveram com a questão da documentação, pois, de um lado, os pobres não tinha condições de arcar com os custos e, por outro, quem tinha condições de pagar (no mais das vezes sob muito sacrifício) frustrava-se ao não receber o desejado documento. Foi nesse contexto que, em fins de 1993, o Presidente paraguaio Juan Carlos Wasmosy estivera na Colônia Naranjal, onde prometera que o governo do país iria favorecer a concessão da cidadania paraguaia aos imigrantes sem grandes custos. Essa promessa animara os brasileiros, conforme podemos inferir do relato de um pequeno proprietário residente na localidade de Santa Rita (PY):

Yo creo que hoy, la mayoría de los inmigrantes pretende nacionalizarse y escuché, por palabra del propio Presidente de la República, en Naranjal, la garantía para la nacionalización de los inmigrantes (...). Yo veo eso una maravilla desde el punto de vista de las autoridades. Es una maravilla. Estoy hace 11 años acá en el Paraguay. No tengo más en el Brasil, tengo todo acá. Y por qué no voy a ser paraguayo? Quiero ser paraguayo, ...! (SPM, 1994, p. 56-57).

Entretanto, não foi dessa vez que o problema dos brasiguaios com a documentação seria solucionada. Cerca de seis anos mais tarde, no ano de 2000, informe do Seminário de Migrações Brasil-Paraguai concluíra que a documentação ainda era um dos principais problemas que os imigrantes brasileiros enfrentavam no Paraguai.

Según el trabajo que realiza la pastoral de los migrantes en la diócesis (Departamento de Alto Paraná y Canindeyú), se puede percibir que la gran mayoría de los actuales migrantes brasileños no cuenta con ninguna documentación o están con documentación incompleta (SPM, 2000, p. 1).

Mais recentemente, pesquisa das Dioceses de Dourados (MS) e Alto Paraná (PY) feita com 437 imigrantes brasileiros residentes no Departamento de Alto Paraná, no ano de 2004, revelara que apenas 13,8% dos entrevistados tinham o Carnê de Imigrante válido, outros 14,0% tinham o Carnê, mas já estava vencido, 7,9% tinham apenas o protocolo e, 64,3% nunca encaminharam o pedido do documento. A Identidade Paraguaia era o documento que permitia aos brasileiros votar e ser votado no Paraguai, mas para tirá-la era necessário antes providenciar o Carnê de Imigrante. Nos dados levantados pela pesquisa em tela, apenas

27,5% dos entrevistados possuíam a Identidade Paraguaia, cujos números quase coincidem com os 27,8% que tinham o Carnê de Imigrante, vencido ou não (DELAZERI; CONRADI, 2004).

Essa situação pouco mudara em relação a outro informe do Serviço Pastoral dos Migrantes, de 1999, quando se estimava que 70% dos imigrantes brasileiros não tinham esses documentos. Dos poucos que tinham providenciado, de acordo com o Serviço Pastoral dos Migrantes, a maioria eram os chefes de família, o qual geralmente era o homem, para poder registrar as terras ou outros bens: “Uno de la familia, normalmente el padre, tiene su documentación de inmigrante y cédula paraguaya, para poder tramitar título de tierra u otros bienes. Pocas señoras tienen documentación legal y algunas ningún documento ni brasileño ni paraguay” (SPM, 2000, p. 1).

Na verdade, para poder tramitar títulos de terras no Paraguai bastava ao imigrante apresentar o Registro Geral brasileiro, exceto na faixa de segurança nacional cujo projeto fora aprovado recém em 2005. De qualquer forma era o Carnê e a Identidade que teoricamente garantia a segurança dos imigrantes, entretanto, a pesquisa da Diocese de Alto Paraná mostrara que mais de 60% dos imigrantes ainda não tinham esses documentos mesmo à altura do ano de 2004.

Essa situação irregular da maioria dos brasileiros, conforme a CPJP/PR, tornava-os

presas fáceis de espertalhões, experimentados em extorquir altas somas com promessas de viabilizar os documentos necessários. Ou, propicia toda sorte de pressões e humilhações, face as ameaças e práticas usuais de prender-se qualquer colono com base em sua não legalização no país (D'ANGELIS; MAZZAROLLO, 1981, p. 17).

Além dessas fraudes, a situação irregular ainda dava margem à exploração do trabalho, precisamente porque, segundo explicação do Serviço Pastoral dos Migrantes, “los brasileños residentes en Paraguay, los más pobres, tienen miedo de clamar o buscar informaciones, por que la policía o agentes de migraciones les cobran multa o prenden” (SPM, 2000, p. 1). Outra fonte reforça o ambiente de medo que os imigrantes pobres viviam no Paraguai. Na pesquisa da Diocese de Alto Paraná os entrevistadores perguntaram aos imigrantes se tinham outra observação a fazer além das perguntas do questionário, numa dessas fichas um imigrante observou que “A pessoa sem documento vive em situação de tensão, insegurança e medo” (DELAZERI; CONRADI, 2004, p. 35).

Essa é a explicação do fato das empresas agrícolas darem preferência à mão de obra de imigrantes brasileiros “impingindo-lhe preços baixos e condições injustas, valendo-se

geralmente da situação irregular de grande parte desses migrantes, que nada reclamam, pois são carentes até de documentação pessoal como imigrante” (D’ANGELIS; MAZZAROLLO, 1981, p. 16-17).

Mas não eram apenas empresas agrícolas que se aproveitavam do estado de ilegalidade de grande parte dos brasileiros, pois relatos obtidos pelos pesquisadores do CEREP dão conta de que diversos fazendeiros brasileiros costumavam explorar os camponeses compatriotas por não possuírem os documentos que lhes garantia a permanência no Paraguai.

Esto les lleva a una situación de estafa, a una situación de explotación por parte muchas veces de las autoridades paraguayas y por parte también hasta de los propios compatriotas de estos inmigrantes que los utilizan como mano de obra barata, explotada, porque no tienen cómo reclamar por carecer de documentación (CEP, 1985, p. 125).

Ou seja, o brasileiro que não estava com sua permanência legalizada no Paraguai – nessa situação estava mais de 60% dos imigrantes – além de estar sujeitos à possíveis extorsões da oficialidade paraguaia local, ainda estavam a mercê de explorações no trabalho, pois não contavam com nenhuma proteção trabalhista.

CONCLUSÃO

Como já destacou Alfredo da Mota Menezes (1987), a imigração brasileira no Paraguai foi uma herança que o general Alfredo Stroessner deixara à sociedade paraguaia. Esse fenômeno migratório, a segunda maior comunidade de brasileiros no exterior, depois dos Estados Unidos, somente ocorreu porque o ditador paraguaio, em sua política de crescimento para fora, abriu as fronteiras do país, primeiro para a entrada de latifundiários, principalmente brasileiros, depois para o ingresso de aproximadamente 250 mil camponeses, vindos sobretudo do estado do Paraná, mas com raízes históricas e geográficas em diversos estados brasileiros.

Essa política do governo paraguaio que deu boas vindas à entrada de capital e de mão de obra brasileira no país nascera do entendimento, por parte da elite política e econômica paraguaia, de que os camponeses paraguaios não seriam capazes de transformar a região fronteira oriental do país em uma próspera zona de produção agropecuária. Essa preferência por camponeses estrangeiros ficara definida no Seminário sobre a Reforma Agrária de 1958, quando os representantes dos latifundiários, interessados nos negócios imobiliários, reivindicaram mudanças na legislação a fim de permitir a posse de terras aos estrangeiros na fronteira.

Coincidência ou não, logo em 1963, Alfredo Stroessner promulgou uma lei que instituiu o novo Estatuto Agrário, no qual se incluiu os estrangeiros como beneficiários da reforma agrária então em curso. Para conduzir esse processo, no mesmo ano se substituiu o IRA pelo IBR. Desse modo, no início da década de 1960, o caminho para a (re)ocupação brasileira na região fronteira oriental já estava preparado.

Entretanto, incentivar a imigração de camponeses estrangeiros ao mesmo tempo em que havia uma enorme quantidade de camponeses paraguaios sem o acesso à terra na Região Central do país poderia colocar a sociedade paraguaia contra o regime stronista. Por isso a política de transferência dos camponeses da Região Central para o oriente se desenvolveu como uma forma de diminuir os conflitos fundiários na região e, sobretudo, disfarçar a imigração em massa de brasileiros no país.

Na verdade, os conflitos fundiários que existiam na Região Central do Paraguai preocupava mais o governo dos Estados Unidos do que à Stroessner. Isso porque, nos anos 1960, o mundo vivia a Guerra Fria e, em 1959, a Revolução Cubana implicou na implantação de um regime socialista em pleno quintal dos Estados Unidos.

Para evitar que o exemplo cubano se alastrasse para outros países da América Latina e Caribe, o governo dos Estados Unidos lançou em 1961 o programa *Aliança para o progresso*, cujo objetivo era ajudar no desenvolvimento dos países pobres. No caso do Paraguai, isso se refletiu na ampliação do apoio técnico e financeiro concedido ao país para investir em diversas áreas.

No plano da reforma agrária, o IBR ficara incumbido de realizar o assentamento dos camponeses paraguaios na região oriental do país e prestar a assistência técnica aos assentados, ao passo que, ao BNF, coubera a tarefa de administrar os programas de assistência creditícia.

Entretanto, devido as inúmeras debilidades do IBR, tanto na parte de estrutura quanto de pessoal, mas principalmente em virtude da falta de interesse pela realização efetiva da reforma agrária, a colonização promovida pelo IBR não prosperou. Nas colônias criadas pelo Instituto, uma pequena minoria recebeu as escrituras das terras. Foram justamente esses poucos que tinham condições de receber o empréstimo do BNF, sendo os mesmos que se beneficiaram com a pouca ajuda técnica que o IBR prestara, apesar do presidente do IBR, Juan Manuel Frutos, propagandear a existência de “um exército de engenheiros, agrônomos, assistentes sociais, etc”.

Quanto à grande maioria dos camponeses, até o deslocamento da Região Central e a instalação nas colônias ocorreu de forma espontânea, sem nenhum tipo de auxílio por parte do IBR. Para esses camponeses, apesar da falta de apoio, a região leste ainda oferecia melhores possibilidades de sobrevivência ante à miséria e às ameaças dos latifundiários na Região Central do Paraguai.

Em suma, a propalada reforma agrária “pacífica e integral” da ditadura de Alfredo Stroessner e do cacique do IBR, Juan Manuel Frutos, foi mais discurso do que prática. Na realidade, tinham uma visão depreciativa dos camponeses nacionais e um discurso que qualificava a mão de obra brasileira.

Se, de um lado, as colônias do IBR não prosperaram, por outro, a imigração de capital e mão de obra brasileira transformou o Paraguai em um grande exportador de grãos. Entretanto, apesar de todo o dinamismo da produção agrícola que se vê atualmente na região fronteira oriental do Paraguai, isso não significa que os braços que realizaram a limpeza das terras nos anos de 1970 até inícios de 1990 tenham prosperado no país.

Conforme a análise do primeiro capítulo, o itinerário migratório de grande parte desses camponeses não se resume na ida para o Paraguai, pois já haviam tido uma experiência anterior no Paraná. Na década de 1950, quando esse estado se transformara na principal

fronteira agrícola do Brasil, migrar para o estado nesse período era o sonho de grande parte dos camponeses brasileiros. O confronto dos Censos Demográficos de 1950 e 1960 revelaram que somente no decênio de 1950, mais de 990 mil pessoas naturais da Região Nordeste, dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina vieram para o Paraná em busca de trabalho e do acesso à terra.

Até o final da década de 1960, essa população efetivamente conseguiu ter o acesso à terra, mas foi sobretudo na condição de arrendatário/parceiro ou como proprietários de áreas inferiores a 10 hectares. O Censo Agropecuário de 1970 evidenciou isso. No norte do Paraná, 49% dos produtores eram arrendatários/parceiros e outros 5,6% eram ocupantes. No oeste do Paraná, as pessoas que dependiam do acesso à terra de outrem para trabalhar era um pouco menor, 28,6% eram arrendatários/parceiros e outros 11% eram ocupantes.

Já os camponeses que conseguiram comprar terras, no norte do Paraná 60% dos proprietários possuíam um lote inferior a 10 hectares e, no sudoeste/extremo oeste paranaense, essa percentagem era um pouco menor, 45% dos estabelecimentos não tinham mais do que 10 hectares.

Entretanto, na década de 1970, após a erradicação dos cafezais no norte do Paraná e ante a modernização da agricultura brasileira, os arrendatários/parceiros progressivamente perderam o acesso à terra e os pequenos proprietários, principalmente aqueles que tinham menos de 10 hectares, não tiveram condições de se adaptar à nova agricultura, tanto que passaram a ser anexadas às médias e grandes propriedades.

Diante disso, somente na década de 1970, mais de 80 mil estabelecimentos com menos de 10 hectares deixaram de existir e outros 81 940 arrendatários perderam o acesso à terra em todo o estado do Paraná. Como consequência, nesse período saíram das lavouras paranaense mais de 1 milhão e 268 mil camponeses.

Isso nos leva a concluir que não só a base da imigração brasileira no Paraguai foi a falta de terras disponíveis no Brasil como grande parte dos imigrantes brasileiros, isso tanto “nortista” quanto “sulista”, já entraram naquele país sem nenhum capital ou com muito pouco.

Aproveitando-se do sonho dessa população de camponeses em conseguir o acesso à terra, os chamados “colonizadores” brasileiros no Paraguai e seus emissários enviados ao Brasil foram os principais responsáveis pela canalização desses camponeses para dentro do Paraguai nas décadas de 1970 e 1980.

No Paraguai, em nossa conclusão, a experiência frustrada no Paraná se repetira, ou seja, grande parte dos camponeses brasileiros conseguiram o acesso à terra no país enquanto

havia terras disponíveis para os contratos de arrendamento, e outros, tantos apenas conseguiram adquirir um pequeno lote.

As pesquisas realizadas com imigrantes brasileiros no Paraguai comprovaram isso. À julgar pelos dados da pesquisa realizada pela ALPAR, em 1979, aproximadamente apenas 10% dos imigrantes brasileiros no Paraguai conseguiram adquirir uma propriedade rural pela primeira vez. Isso certamente representaria uma quantidade significativa, não fosse o tamanho da terra ser pequeno demais.

Já o agricultor que tinha um pequeno terreno no Brasil, esses conseguiram aumentar sua propriedade migrando para o Paraguai, mas não tanto. Pois, ainda conforme dados da ALPAR, dos 40% de imigrantes que tinham menos de 20 hectares no Brasil, 29% continuaram com menos de 20 hectares no Paraguai.

Cinco anos mais tarde, outra pesquisa, agora da CEREP, revelara que a maior parte dos brasileiros ainda continuavam não sendo proprietários no país, pois 45% entrevistados eram arrendatários, outros 17% eram ocupantes e 7% não tinham nenhum tipo de acesso à terra.

A proporção de brasileiros proprietários no Paraguai somente melhorou nas pesquisas de 2004 e 2006, quando atingira a proporção de 43,2 e 64%, respectivamente. Entretanto, isso somente foi possível porque a maior parte dos brasiguaios que não tiveram êxito na aquisição de terras (pelo menos que fosse minimamente suficiente para a sobrevivência das famílias) começaram, desde o início da década de 1980, a voltar para o Brasil (e ainda continuam voltando).

Entre aqueles agricultores que ainda conseguiram adquirir um pedaço de terra, uma parte significativa teve graves problemas com o recebimento das escrituras devido à honestidade duvidosa de muitos negociantes de terras no Paraguai. Os casos mais comuns de extorsões foram a prática da venda de um mesmo lote a mais de um comprador, venda de terras griladas e, em alguns casos, empresas cobravam as parcelas das terras dos agricultores, mas no momento de emitir o título, desapareciam.

A falta de êxito na compra da sonhada terra não foi a única frustração dos brasiguaios. Além disso, eles tiveram muitas dificuldades na comercialização da produção. Os agricultores temiam em vender a produção para os chamados *cerealistas*, principalmente porque havia o risco de não se receber pela produção, ou mesmo ser roubado no peso, etc. Entretanto, principalmente nos primeiros anos de abertura das colônias, as vezes os intermediários eram a única opção de venda da produção.

Outra dificuldade que vitimara quase todos os brasiguaios, direta ou indiretamente (porque havia um medo generalizado de serem abordados nas estradas, nos bares, etc), foi a exigência do Carnê de Imigrante. Pesquisa de 2004 revelara que mais de 60% dos imigrantes entrevistados nunca haviam encaminhado o pedido do documento. Nos anos de 1970 até inícios de 1990, essa situação deu margem para a ocorrência de inúmeros casos de extorsão. Em algumas colônias, onde as leis eram relativizadas de acordo com as convicções do comissário, mesmo a posse do valioso documento não garantiu a tranquilidade do imigrante.

Por fim, ante esses resultados que obtivemos em nossa pesquisa, podemos afirmar que a imigração brasileira no Paraguai foi mais um capítulo de um velho problema agrário brasileiro, a concentração da propriedade da terra. Essa concentração já existia desde os tempos do regime de sesmarias, mas foi com a chamada Lei de Terras de 1850 que o problema se agravou. Pois, ao transformar a terra em mercadoria, podendo ser adquirida somente por meio da compra, de um lado, restringiu o acesso da mesma aos camponeses e, por outro, possibilitou o seu acúmulo, inclusive para fins de especulação e como reserva de valor.

O resultado foi a constituição de imensos latifúndios, no mais das vezes nem adquiridos por meio da compra, mas através da grilagem mesmo. Em se tratando de terras novas, esses agentes, travestidos de “colonizadores”, incentivavam a vinda da outra parte da população, aquela que não tinha o capital para adquirir suas terras, mas, em contrapartida, possuíam a força de trabalho para desbravar e sonhar com seu próprio quinhão de terra.

Isso foi uma constante em todo o processo de (re)ocupação do território nacional a partir de meados do século XIX, ou seja, a entrada do capital precedera a entrada dos camponeses. Quando os imigrantes europeus aqui chegaram, as terras já estavam apropriadas. Na expansão da cafeicultura no Paraná, a mesma coisa, assim como a história se repetira com os brasiguaios e em inúmeros outros casos.

Podemos concluir também que só o acesso a um quinhão de terra não garante a reprodução social dos camponeses. No Paraná, assim como no Paraguai, vimos que uma quantidade significativa conseguiram efetivamente adquirir uma pequena propriedade. Mas, quando o processo de (re)ocupação se consolidou, o lote diminuto passava a não mais garantir a sobrevivência da família. Portanto, para além do acesso à terra, também há uma questão de como sobreviver nela.

REFERÊNCIAS

Folheto

CARTA À POPULAÇÃO. Documento assinado pelos “Brasiguaios acampados em Mundo Novo”. Mundo Novo, 21/06/85. 1 p.

CARTA AO MIRAD. Correspondência ao Senhor Ministro, assinada pela Comissão dos Brasiguaios no Paraguai, Campo Grande, 01/04/86.

D'ANGELIS, Wagner Rocha; MAZZAROLLO, Juvêncio. A migração brasileira no Paraguai. IN: PAZ, Cadernos de JUSTIÇA e. *Migração: o caminho da miséria*. Ano 2. Número 3. Curitiba: Comissão Pontifícia Justiça e Paz do Paraná, 1981.

DELAZERI, Ana Maria; CONRADI, Ilda. *Pesquisa: Perfil do migrante brasileiro e paraguaio na fronteira*. Brasil, Paraguai: Dioceses de Dourados e Alto Paraná. Pastoral dos Migrantes. Equipe Sem Fronteira, 2004. 46 p.

ORTIZ, J. *Brasiguayos: un pueblo sin patria*. s/d.

PAVANELLO, Vitorio. *Os brasiguaios no Mato Grosso do Sul*. Brasília: CNBB, 1992. 2 p.

SERVICIO DE PASTORAL DE LOS MIGRANTES. Seminario de Migraciones Brasil - Paraguay, 2000, Ciudad del Este. *Documentación de brasileños en Paraguay*. Ciudad del Este: [s.n.], 2000. 10 p.

SILVERO, Claudio; BASTIAN, Itelvina. *Realidad actual del Paraguay y situación migratoria*. Asunción: Servicio Pastoral de los Migrantes, 1999. 5 p.

Jornais e revistas

JOÃO Goulart, criador de gado: os planos de um próspero fazendeiro no Paraguai e no Uruguai. *Revista Veja*, São Paulo, 3 mar. 1971. p. 30-33.

MANFREDINI, Luiz. O novo Eldorado paraguaio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 jul. 1977.

OS brasileiros no Paraguai. *Revista Veja*, São Paulo, 24 set. 1975, p. 46-51.

PADOVANI, Luis. Brasileiros no Paraguai, uma ilusão. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 abr. 1979. Primeiro Caderno, p. 8.

POR um sonho, a travessia de uma fronteira. *Revista Veja*, São Paulo, 3 mar. 1971. p. 34-35.

RIBEIRO, Luiz Salgado. A ilusão brasileira no Paraguai. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 nov. 1981. Primeiro Caderno, p. 8.

_____. As terras sem títulos, drama para os colonos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 nov. 1981. Primeiro Caderno, p. 5.

_____. A volta dos “brasiguaios”, exilados pelo desemprego rural. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 set. 1985. Terceiro Caderno, p. 42.

SILVA, Laercio. Madeira bruta vem ilegalmente do Paraguai até serrarias do Paraná. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 29 maio. 1973. Interior, p. 18.

Diversos

EMBRAPA. Tecnologias de Produção de Soja. Disponível em <http://www.cnpso.embrapa.br/producaosoja/SojanoBrasil.htm>. Acesso: 20 jan. 2012.

IBGE. Censos Demográficos de 1970 e 1980. Paraná.

_____. Censos Agropecuários de 1920, 1940, 1950, 1960, 1975, 1980, 1985, 1995/1996. Paraná.

Lei N. 2.004, de 19 de dezembro de 1924. *Crea o Instituto Paulista da Defesa Permanente do Café*. Brasil.

Lei N. 852, de 22 de março de 1963. *Que crea el Instituto de Bienestar Rural*. Paraguai.

Lei N. 854, de 29 de março de 1963. *Que establece el Estatuto Agrario*. Paraguai.

Bibliografia

Igreja

ARNS, D. Paulo Evaristo. Migrações: considerações gerais. In: CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS DE SP. *O vaivém da sobrevivência*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS (CEM). *Cadernos de Migração*. Brasiguaios. São Paulo: Agen, 1989.

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS DE SÃO PAULO (CEM/SP). *Migrações no Brasil: o peregrinar de um povo sem terra*. São Paulo: Paulinas, 1986.

COMITÉ DE IGLESIAS PARA AYUDAS DE EMERGENCIAS (CIPAE); CENTRO PARAGUAYO DE ESTUDIOS SOCIOLÓGICOS. *Conflicto de Tierra: Defensa Jurídica de Campesinos*. Comité de Iglesias para ayudas de emergencia/Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, 1995.

CONFERENCIA EPISCOPAL PARAGUAYA (CEP). *El fenómeno migratorio en el Paraguay*. Asunción: Cuadernos de Pastoral Social, 1985.

EQUIPE EXPA. *Em busca da terra sem mal: movimentos camponeses no Paraguai – 1960/1980*. Trad. Luiz João Gaio. São Paulo: Loyola, 1987.

SERVICIO PASTORAL DE LOS MIGRANTES (SPM). *Migrantes Brasileños en Paraguay (Principales problema y demandas)*. Asunción: SPM, 1994.

ZAMBERLAM, Jurandir; CORSO, Giovanni. *Emigrantes brasileiros no Paraguai: presença scalabriniana*. Porto Alegre: Solidus, 2007.

IICA e IBR

ALEGRE, Alberto. Evolución de efectos de las principales tipos de colonización y causa de los problemas relevantes encontrados. In: *Colonización y formas asociativas en el Paraguay*. Bogotá: IICA, 1976.

FRUTOS, Juan Manuel. *Un millón de propiedades para un millón de felices propietarios*. Asunción: Editorial El Foro, 1985.

_____. *Bienestar Rural: Base del Desarrollo Nacional*. S/l: De la Revista Horizonte Asiático, 1979.

GOMES, E. *Estudio en la colonia Juan León Mallorquin*. Bogotá: IICA, Proyecto 39, 1964.

INSTITUTO DE BIENESTAR RURAL (IBR). *Programa Regional de Desarrollo de las zonas de Colonización*. Trienio 1966-68. Asunción: informe principal, 1966.

INSTITUTO DE BIENESTAR RURAL; INSTITUTO INTERAMERICANO DE CIENCIAS AGRÍCOLAS (IICA). *Aspectos de la comercialización agrícola en el Paraguai y la acción del IBR*. Asunción, 1976.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE CIENCIAS AGRÍCOLAS. *Proyecto 206 – Programa Interamericano de Desarrollo Rural y Reforma Agraria*. Bogotá: AEDITAS Editores, 1968.

_____. *Contribución al planeamiento para la consolidación de la Colonia Repatriación*. Bogotá: Editorial Aptares – Tercer Mundo S.A., 1966.

Bibliografia Geral

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. *Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai*. 2005. 265f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

ALMEIDA, Ana Maria Chiarotti. *“A morada do vale”*: sociabilidade e representações (um estudo sobre as famílias pioneiras em Heimtal). 1995. 319f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

AMANCIO, Silvia. M. *Ontem, luta pela terra; hoje, monumento histórico: a Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná em suas variadas versões*. 2009. 178f. Dissertação

- (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.
- ARIAS NETO, José Miguel. *O Eldorado: representação da política em Londrina, 1930/1975*. Londrina: Ed. UEL, 1998.
- BALLER, Leandro. *Cultura, identidade e fronteira: transitoriedade Brasil-Paraguai (1980-2005)*. 2008. 186f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2008.
- BARRET, Rafael. *El dolor paraguayo*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1979.
- BATISTA, Luis. C. *Brasiguaios na fronteira: caminhos e lutas pela liberdade*. 1990. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.
- CANCIAN, Nadir Aparecida. *Cafeicultura paranaense, 1900/1970*. Curitiba: Grafipar, 1981.
- CHIAVENATO, José Julio. *Stroessner: retrato de uma ditadura*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.
- CORTÊS, Cácia. *Brasiguaios: os refugiados desconhecidos*. Campo Grande: Brasil Agora, 1993.
- DORIA, Luis A. Campos. *Apuntes de historia económica del Paraguay*. Desarrollo, auge y decadencia de una economía de enclaves. Asunción: Intercontinental Editado, 2010.
- FERRARI, Carlos Alberto. *Dinâmica territorial na(s) fronteira(s): um estudo sobre a expansão do agronegócio e a exploração dos brasiguaios no norte do Departamento de Alto Paraná – Paraguai*. 2009. 212f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Grande Dourados, Dourados, 2009.
- FIORENTIN, Marta Izabel. *A experiência da imigração de agricultores brasileiros no Paraguai (1970-2010)*. 2010. 112f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- FRITSCH, Winston. 1924. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 713-774, 1980.
- GONCALVES, Alfredo José. Migrações Internas: evoluções e desafios. *Estudos Avançados* [online]. 2001, vol.15, n.43, pp. 173-184. ISSN 0103-4014. doi: 10.1590/S0103-40142001000300014.
- GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial : migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)*. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOUTZAGER, Peter. *Os últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995)*. Trad. Graziela Schnaider. São Paulo: Globo, 2004.

KAYE, Harvey. J. *Los historiadores marxistas británicos: un análisis introductorio*. Zaragoza: Universidad Prensas Universitarias, 1989.

LAINO, Domingo. *Paraguai: Fronteiras e penetração brasileira*. Tradução de Jorge Rajoy. São Paulo: Global, 1979.

LUZ, France. *As migrações internas no contexto do capitalismo no Brasil: a microrregião “norte novo de Maringá” – 1950/1980*. 1988. 475f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

MARQUES, Denise Helena França. *Circularidade na fronteira do Paraguai e Brasil: o estudo de caso dos “brasiguaios”*. 2009. 153f. Tese (Doutorado), Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MARTINS, J. S. *Expropriação & Violência*. A questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

MENEGOTTO, Ricardo. *Migrações e fronteiras: os imigrantes brasileiros no Paraguai e a redefinição da fronteira*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

MENEZES, Alfredo da M. *A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai, 1955-1980*. Campinas: Papirus, 1987.

MORO, Dalton Áureo. *Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural, no Norte do Paraná*. 1991. 353f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estud. av.* [online]. 2001, vol.15, n.43, pp. 185-206. ISSN 0103-4014. doi: 10.1590/S0103-40142001000300015

PRIORI, Angelo. *O protesto do trabalho: história das lutas sócias dos trabalhadores rurais no Paraná – 1954-1964*. Maringá: EDUEM, 1996.

_____. Movimentos sociais no campo: perspectiva de abordagem e análise historiográfica. In: PELEGRINI, S.C.A.; ZANIRATO, S.H. (organizadoras). *Narrativas da pós-modernidade na pesquisa histórica*. Maringá: Eduem, 2005.

SILVA, Danusa de L. G. *“Um pé aqui e outro lá”*: experiência transfronteiriças e viveres urbanos de brasiguaios (Marechal Cândido Rondon/PR – 1990-2010). 2010. 106f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2010.

SILVA, H. M. *Fronteireiros: As condicionantes históricas de ocupação e colonização do oriente paraguaio. A região de Katueté, no Departamento de Canindeyú – 1970 – 2000*. 2007. 291f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. In: CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS DE SÃO PAULO. *O vaivém da sobrevivência*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.

SILVA, Ronaldo Alexandre do Amaral e. *Brasil-Paraguai: marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954-1973*. 2006. 113f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais IREL, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SOUCHAUD, Sylvain. *Geografía de la migración brasileña en Paraguay*. Tradução do Frances María Crinstina Carámbula. Assunção: AGR, 2007.

SPRANDEL, Marcia. Anita. *Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais*. 1992. 499f. Dissertação (Mestrado), Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

_____. Remando por este mundo de Deus – terras e territórios nas estratégias de reprodução camponesa. In: WOORTMANN, E. F. (Org.) *Significados da terra*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

SWAIN, T. N. Fronteiras do Paraná: da colonização à migração. In: AUBERTIN, C. et al. *Fronteiras*. Brasília: Editona UnB; Paris: ORSTOM, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOMAZI, Nelson Dacio. “Norte do Paraná”: história e fantasmagorias. 1997. 338f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

VALIM, Ana. *Migrações: da perda da terra à exclusão social*. São Paulo: Atual, 1996.

WAGNER, Carlos. *Brasiguaios: homens sem pátria*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

ZAAR, Miriam Hermi. A migração rural no oeste paranaense/Brasil: a trajetória dos “brasiguaios”. *Scripta Nova*, Barcelona, 2001, n.94.

ZAMBRANO, Lelia. *De brasileiros a “brasiguaios”*: a emigração brasileira para o Paraguai a partir dos anos de 1970. 2009. 241f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.